

A.M. - ... deixaria de ser uma linha auxiliar do comunismo.

L.H. - Nesses artigos ele incitava à ação?

A.M. - Ele falava nos problemas nordestinos e, subliminarmente, empurrava idéias marxistas.

A.M. - Era marxista?

A.M. - Como são dom Paulo Evaristo Arns e dom Hélder, que agora mesmo declarou que o marxismo têm coisas boas e que os católicos foram buscar essas coisas no marxismo ou o marxismo foi buscá-las no catolicismo. São homens que não separaram uma coisa da outra.

A.C. - Aliás, o argumento dele é de uma inteligência! Ele cita são Tomás, que recuperou Aristóteles. Eu fiquei abalada com a dialética dele.

A.M. - São Tomás viveu num mundo há 1300, 1200 anos atrás! Nós estamos num mundo, numa velocidade... É preciso lembrar que o homem andou a cavalo como o meio rápido de deslocamento, desde a Idade da Pedra até o século passado! E hoje já está no foguete, andando a 40.000 km/h no espaço. Então é preciso ver o mundo de hoje e não querer... Esse desequilíbrio teve uma porção de conseqüências. Mas não vamos filosofar, porque...

A.C. - Mas essa filosofia é muito importante, porque, no fundo, o senhor está dizendo que a aceleração, a propagação rápida das idéias muda o impacto dessas idéias também.

A.M. - Eu estou dizendo: encontrei um Nordeste diferente daquele o que eu tinha deixado um ano antes.

L.H. - E o fato do senhor estar comparando o padre Almeri a dom Evaristo torna mais relevante a ação desse padre. Hoje em dia quase toda a Igreja é progressista, mas, naquela época, ele se destacava.

A.M. - Sim. Ele escrevia mais ainda.

O que dom Evaristo escreve e diz... Depois eu vou falar sobre o problema da Igreja, quando eu contar sobre um grupo de que fiz parte e que serviu de algodão entre cristais. Mas isso é bem mais tarde. Mas o padre Almeri não cedeu e continuou a escrever. Então, nessa ocasião, atuei junto a aqueles grupos de casais. Paulo Freire às vezes comparecia às discussões. Ele era primo da Adosinda. Dona Otília, mãe do Baltar, que, eu disse era muito amigo da família de Virgínia, chegou a me pedir: "Muricy, vê se dá juízo ao Tuinho."

Numa das vezes em que estive em Natal, o Paulo Freire fez uma conferência lá e o Baltar se hospedou em minha casa. Até há um episódio engraçado. Numa conversa, houve qualquer coisa e ele, que era vereador ou deputado estadual, disse: "Se isso for feito, largo o meu cargo." Aconteceu e ele não largou. Mas isso é outra coisa. Às vezes o indivíduo diz uma coisa, na exaltação da conversa, sem estar, no fundo, convicto daquilo que está dizendo.

L.H. - E a campanha do Arrais para o governo?

A.M. - Calma. Primeiro eu estou contando o problema ideológico. Esse problema vai num crescendo e se agrava quando começa a haver o trabalho junto aos meios intelectuais.

Começou a haver uma natural irradiação para os meios intelectuais e estudantis. No meio estudantil a coisa foi num crescendo, com as greves aumentando (depois isso ocorreu em todo o Brasil). Aí tive que enfrentar o problema e com a responsabilidade de uma parte da segurança e tranqüilidade do Nordeste. Eu organizei também um grupo de alunos, para enfrentar o outro grupo. Desse grupo, até hoje, há uma porção que me procuram. Alguns estão bem-situados, são engenheiros, advogados, altos funcionários, inclusive do ministério da Educação. Entreguei a organização desse grupo ao, naquele tempo, major Ivanildo Andrade.

O Ivanildo lidava com os alunos. Quando os estudantes pichavam, o Ivanildo, de madrugada, pichava em outro lugar. Aplicava as mesmas técnicas. Então eu não discutia, não dizia a ninguém, mas se eles pichavam um muro aqui, ele pichava o outro em frente, em sentido contrário. Se era possível, através de pequenas modificações, quebrava o sentido do que tinha sido pichado.

A.C. - Havia necessidade de responder a mobilização com a mobilização também.

A.M. - E eu nunca fugi de fazer isso. Mas não fazia ostensivamente, porque não podia nem devia. Dos meus chefes, o Costa e Silva não pegou tanto, mas o Castelo sabia o que eu estava fazendo. Eu não escondia nada dos meus chefes. Eu enfrentava.

Então, procurei atuar. Havia, nos meios intelectuais, aqueles grupos que enfrentavam. Inclusive, o irmão mais velho do Germano, que hoje é representante da ADESG lá em Pernambuco, me ajudou muito nisso.

A.C. - Mas o senhor, então, encontrou ajudantes.

A.M. - Em toda parte! Havia uma preocupação imensa! O Nordeste estava inteiramente dividido, mas, como sempre, o pessoal da esquerda marxista, comunista, estava muito mais adiante. O outro grupo, muito mais acomodado, acompanhava mais do que agia. Isto, aliás, é o normal.

A.C. - O senhor teve contato com o Gilberto Freire?

A.M. - Tornei-me um grande amigo dele. Mas estou ainda na parte de luta. Depois vou entrar em outros aspectos do problema. Então, nesse aspecto, a coisa foi num crescendo. Numa dessas ocasiões em que estava no Recife, houve uma invasão de uma fazenda. Essa invasão foi dirigida pelo Joel Câmara, que era estudante.

Imediatamente entrei em contato com o pessoal da Secretaria de Segurança, mandei meu pessoal acompanhar e verifiquei que foram utilizadas técnicas absolutamente comunistas. E mais: que foram utilizadas armas do Exército. Então, nessa hora, eu avoquei o inquérito à região: "Se há armas do Exército, vamos ver como é que foram parar lá." Continuou a haver um inquérito na polícia e, paralelamente, eu abri outro .

L.H. - E que técnicas comunistas o senhor detectou nesse movimento?

A.M. - A forma de propaganda, atuando contra a estrutura social dominante, com a promessa de distribuição de terras para o camponês (era sempre a mesma promessa). Certos dizeres que tinham sido apreendidos levavam aquelas balelas dos comunistas: a cada um de acordo com o seu... todas aquelas coisas.

Com isso, eu pude entrar um pouco na estrutura subversiva que se começava a montar.

A.C. - O Joel Câmara era estudante?

A.M. - Era. Depois ele abjurou o comunismo e hoje é um democrata.

Sei que ele faz muito boas referências a mim. Sempre o tratei muito bem. Mandeí chamá-lo e conversei muito com ele. Mas ele era inflamadíssimo.

Estou caracterizando, nesse momento, o movimento em Pernambuco. Depois, há os problemas no Nordeste e no país. No Nordeste, me refiro ao Rio Grande do Norte. Tudo isso compõe um quadro, no qual eu me inseri e do qual não saí mais. Aliás, já estava metido.

Nesse momento, vem o lado que se refere ao Gilberto Freire. Eu já tinha tido, como comandante do CPOR, através da família de minha mulher e dos contatos militares, uma porção de ligações no meio cultural pernambucano. Quando voltei, de vez em quando eu passava um período no comando da região e aumentei essas ligações. Sempre fui um curioso. Travei relações de amizade com o Gilberto Freire, a Madalena e os filhos, relação que até hoje perdura. Ele já me cobrou várias vezes que eu não vá ao Recife sem ir almoçar com ele e tomar um licor de pitanga. Todo dia ele reclama e eu digo: "Vou tomar seu licor de pitanga", uma receita que ele não dá para ninguém.

Eu ia muito ao Instituto Joaquim Nabuco, de estudos sociais. Na parte cultural, me dava muito com o pessoal da história e com o Airton, da área de monumentos históricos. Naquela ocasião eu corri os fortes e vi que eles estavam sendo destruídos. E em Pernambuco pisa-se na história. Corri Pernambuco em todos os pontos históricos. Eu conhecia cada coisinha: fui a Igarapu, a Goiânia, ao Recife, ao cabo de Santo Agostinho, a Itamaracá... Fui a toda parte onde havia uma qualquer coisa histórica. Mais tarde, quando o Castelo foi comandar o IV Exército, fui eu quem lhe mostrou o forte do Pau Amarelo, o lugar onde os holandeses desembarcaram.

Ao mesmo tempo, eu corri as igrejas do Recife, que são umas maravilhas! Visitei essas igrejas com o Pio, que era o homem que mais entendia de igrejas no Recife. Chamo a atenção, principalmente, para duas: a capela dourada de São Francisco e a Igreja de São Pedro dos Clérigos, que tem o pátio de São Pedro. Não é a mais rica, mas é a mais bela igreja que conheci no Brasil, comparada com todas as da Bahia, do Rio de Janeiro e de Minas. Uma igreja de pedra, uma beleza! Não é riqueza, é beleza!

Conheci os pintores, fiz depois muita amizade com o Brenand, através do Ariano Suassuna. O Ariano é contraparente desses Coelhos. Fui conhecer o artesanato. Eu me interessava por tudo. E isso, no meio de todo esse temporal! Mas eu nunca abandonei esse lado.

A.C. - O senhor falou no Suassuna. Como é que ele acompanhava...

A.M. - O Ariano é um romântico. É uma criatura formidável! Mas é... O Ariano veio para algumas sessões do Conselho Federal de Cultura no Rio de Janeiro e depois disse assim: "Eu tenho medo de avião, não venho mais. Cada vez que eu venho aqui sofro tanto que não compensa." Isso é Ariano Suassuna.

L.H. - Ele vem de uma família de tradições políticas sérias.

A.M. - E! Tanto que todos os seus romances transmitem a formação política. O pai dele foi assassinado. E eu me dou com o irmão dele, o Marcos. São três irmãos e uma irmã, a Beta, casada com o Alcides, médico.

A.C. - Ele foi uma grande vítima da Revolução de 30.

A.M. - Eles ficaram na miséria.

A.C. - Ele acompanhava o senhor nessa cruzada contra...

A.M. - Não, não. Nessa cruzada... O Ariano ficava muito mais para lá do que para cá... Sempre foi um homem voltado para problemas sociais. O Nordeste atrai e incita a lutar contra eles.

A.C. - E o senhor mesmo reconheceu que os políticos influentes eram muito insensíveis a isso. Isso tornava as coisas muito difíceis.

A.M. - Os políticos influentes na terra pensavam muito em problemas de eleição. O político brasileiro pensa em eleição. Não são todos, naturalmente, mas os políticos pensam em eleição, mesmo os que estão hoje dizendo... Lutam. Marcos Freire luta por eleição. Marcos Freire, que hoje é um dos chefes lá, já esteve em minha casa, com o Fernando Coelho, para pedir para eu aproximá-lo do Golberi. Não agora, mas há uns seis, sete ou oito anos atrás. É eleição, é voto, é botar o amigo aqui, é essa coisa.

A.C. - O senhor estava numa posição muito difícil. Por um lado, esses políticos estavam pensando em eleição e por outro lado...

A.M. - Mas também havia alguns políticos com sensibilidade. Eu encontrei uma porção de políticos preocupados, e fiz muita amizade no meio deles. Por exemplo, o Cid, que tinha substituído o Cordeiro, era usineiro. No Recife, usineiro é sinônimo de explorador do povo. Então, usineiro é explorador do povo. Não é uma regra geral, há uma porção que é, mas há os que não são, há os que agem corretamente. Agora, todos eles são patriarcais de formação. Todos eles provêm de uma estrutura feudal que, mesmo sem querer, às vezes mantêm. Depois da revolução, procuramos desmantelar...

L.H. - Mas a formação pessoal fala mais alto, nessa hora.

A.M. - Depois da revolução eu mesmo procurei desmantelar a estrutura rural feudal no Nordeste. Eu mesmo tive muita atuação. Não sei se já contei o episódio com o Zé Lopes. Vamos chegar lá. O problema é difícil. Quem vai com honestidade de propósitos, sentindo o problema...

A.C. - Por isso é que eu digo que muito poucos, como o senhor, reuniam essa preocupação social com a preocupação de conter o esquerdismo.

A.M. - De uma maneira geral o pessoal do Exército, das forças armadas, estava vendo o problema. O que há é que muitos não tiveram oportunidade que eu tive de estudar os problemas sociais brasileiros. É preciso não esquecer que eu passei cinco anos na Escola Superior de Guerra e que sempre me interessei e li, sobretudo, sobre os problemas sociais e de doutrina. Eu li todas as encíclicas, li uma porção de coisas. Tive a atenção - e outros também tiveram - voltada para isso. Então, eu falava. Mas meu poder era limitado. Eu não tinha como atuar, a não ser em determinados setores e assim mesmo pouco.

Mas o fato é que o problema social era grave, eu compreendia e procurava ajudar. Procurei, nos meus relacionamentos, sempre debater os problemas com muita clareza e dar os meus pontos de vista. Isso é o que eu tinha a dizer do Recife desse período.

L.H. - O senhor, como comandante militar, não tinha um poder muito grande. Mas, de outro lado, o senhor tinha um poder de persuasão, no meio desse grupo de casais, dessas amizadas da sua senhora...

A.M. - Mas mesmo assim eles sofriam mais as influências permanentes do que as esporádicas da minha presença.

A.C. - Mas o senhor teve uma posição muito ostensiva e não se recusou, em nenhum momento, a atuar. O Exército tinha que realmente interferir naquela questão, porque se tratava de um problema de segurança. Então, como é que ficou o problema da cartilha, que o senhor apreendeu?

A.M. - A cartilha não foi distribuída, a não ser mais tarde.

A.C. - Mas aí o senhor não conseguiu sustar.

A.M. - Eu não era a autoridade máxima. A cartilha depois acabou sendo, não digo liberada, mas modificada nuns certos pontos. O Paulo Freire começou a fazer uma experiência em Angicos: era a alfabetização pelo método Paulo Freire. Teoricamente, muito interessante. O perigo era o outro lado.

L.H. - Ainda dentro do problema ideológico, se o seu poder não era muito grande nessa área, como era o poder do comandante do Exército?

A.M. - Também não era. Porque não cabe ao comando militar uma atuação nessa área, cabe à autoridade civil, muito mais, portanto, à autoridade do governo estadual e mais às autoridades federais no setor de educação.

L.H. - Mas os comandantes do Exército com quem o senhor serviu lá, o Costa e Silva e o Castelo, tiveram alguma atuação também, no sentido de perceberem os problemas, de conhecê-los?

A.M. - Principalmente o Castelo. Quando o Costa saiu, a maré montante ainda não tinha... Mas depois a coisa cresceu brutalmente, com o Castelo a coisa foi quase ao paroxismo. Depois, houve certos episódios que obrigaram o Castelo a tomar certas atitudes internas e mesmo externas, mas principalmente internas, contra a maré montante do comunismo no Recife. O Castelo começou a lutar, sempre em silêncio, no Nordeste. Eu estava no meio do temporal e acompanhava muita coisa.

Mas então, é possível que daqui a pouco surja mais alguma coisa, mas esse é o ambiente no Recife que eu quero que compreendam.

L.H. - Eu queria falar um pouquinho sobre a campanha do Arrais, não do ponto de vista político, mas sob este aspecto ainda. Polarizou muito ideologicamente o estado?

A.M. - O Arrais é concunhado do Cid e, inclusive, havia acusações muito grandes sobre a forma com que ele tinha-se apoderado de uma parte da fortuna da sogra. Aliás, a dona Carmem, sogra do Cid, tinha uma paixão... Dos genros, ela preferia o Arrais ao Cid. Eu tive muito contato com dona Carmem,

por causa de problemas sociais. Ela era diretora-chefe de uns tantos serviços e eu procurava auxiliar, dar um pouco mais de apoio, de maneira que eu tive necessidade de ter contato com ela e lhe queria muito bem. Mas havia esse aspecto.

Mas o Arrais fez grandes prosélitos e todo mundo elogiava. Quando chegou a campanha de eleição de Arrais, Pernambuco se inflamou: contra Arrais, pró-Arrais, as discussões vinham de todo jeito. Mas o Arrais teve a maioria e venceu.

L.H. - Como o senhor disse, ele concentrava um pouco as esperanças de uma certa redenção de Pernambuco. Mesmo as pessoas que não eram declaradamente comunistas esperavam dele...

A.M. - Não acreditavam que ele fosse comunista.

A.C. - E ele não era, efetivamente.

A.M. - Eu vou contar um episódio, mais tarde, e interpretem. Eu prefiro contar o episódio. Há os que juram que ele é comunista, há os que juram que ele não é, há os que juram isso e os que juram aquilo. Eu conto depois um episódio e interpretem.

Quando Arrais assumiu o governo, o Germano Coelho foi chamado para ser o secretário de Educação. O Germano Coelho é um idealista e começou a querer resolver o problema de educação no estado de Pernambuco. Um belo dia, começaram as injunções. Todo problema político se faz através da colocação de professores e de certas pessoas nos postos-chave de educação, além dos da segurança. E o Germano começou a receber pedidos de botar A, B e C em tais lugares e ele começou a reagir. Até que, num determinado setor de maior importância, ele recebeu ordem de botar um determinado indivíduo, que eu não me recordo mais. E o Germano foi ao Arrais, já quase às vésperas da revolução: "Governador, eu não posso botar fulano nesse lugar. Ele não tem competência, não é um homem em quem se possa confiar." E Arrais disse: "Mas o partido quer." O Germano então respondeu: "Então eu saio. Eu não ponho esse homem." E assim o Germano saiu da secretaria de Educação. Interpretem agora.

L.H. - O Arrais declarava que o Partido Comunista...

A.M. - Ou que ele era do partido ou que ele se subordinava ao partido. Não tenha dúvida! Uma das duas coisas era real. Foi o Germano quem me contou isso. Foi quando Anita foi para a secretaria e foi envolvida pela revolução.

A.C. - Ela substituiu o Germano?

A.M. - Substituiu. A coisa foi de tal maneira que, na primeira vez em que o Castelo foi ao Recife e encontrou-se com Virgínia, ele disse: "Como é? Eu casei aquele teu parente, o Germano?" E ela disse: "Não, presidente, o senhor não cassou." E ele: "Como?" Então, ela contou esse episódio para ele.

Não discuto se Arrais é ou não é comunista. Esse fato é real. Se ele não era comunista, era manobrado.

L.H. - E a campanha dele polarizou bastante o estado, não é?

A.M. - Completamente. E ele venceu.

L.H. - Estou pensando do ponto de vista de mobilização ideológica dentro do estado, para depois entrarmos na parte propriamente política. Havia um ponto que eu queria abordar, ainda desse ponto de vista da movimentação ideológica. O senhor disse que enfrentou duas secas. Nesses períodos de seca, acirrava-se a mobilização. O senhor via a presença maior de elementos junto aos retirantes? Há um pique aí de...

A.M. - Junto aos retirantes só estavam os elementos que eram mandados lá para ajudar e a tropa do Exército, que também ia ajudar. Nós pusemos tropa em todo o interior de Pernambuco, na Paraíba e no Rio Grande do Norte, para ajudar os retirantes, controlando os armazéns. Era o único meio de ajudar aquela gente. Era o que nós podíamos fazer. A seca é uma coisa bárbara. Ver uma pessoa caída, sem força nem para andar é muito duro! Quem vê de perto uma seca no Nordeste não esquece.

Vamos continuar. Veio o problema do Arrais e eu ainda me recordo de uma anedota. O Arrais venceu e o Jango determinou, já com o Castelo comandando, que o Castelo fosse representá-lo na posse do Arrais. O Castelo foi a contragosto. Nós ficamos esperando. Quando o Castelo voltou, ele contou...

[FINAL DA FITA 32-A]

A.M. - ... que a balbúrdia dentro do Palácio das Princesas era uma coisa horrível. Ele disse: "A única coisa que eu fiz foi me agarrar na mesa, senão era jogado não sei para onde. Uma coisa! Assim que terminou eu vim embora." E aí vem a anedota. Quando eu vinha para Recife, para assumir o comando, eu ficava, como eu disse, numa casa de hóspede ou numa casa que era do chefe do Estado-Maior do Exército, que era pegada ao quartel-general do Exército. Nesta ocasião, eu estava nesta casa. Acontece que o Arrais foi agradecer a presença do Castelo na posse, e o Castelo fez questão de ter uma formatura impecável. Então, botou a tropa formada na frente do quartel-general e nós todos ficamos lá em cima, na sala. E ele mandou o chefe de Estado-Maior, que era o Aragão, esperar. Depois ele iria ao encontro do Arrais, conforme o protocolo. E aquela movimentação de tropa. Os meus filhos, todos pequenos, só de calçõezinhos, treparam no muro da nossa casa e ficaram vendo toda a... Depois, o Castelo disse: "Os seus garotos estavam nus na hora da passagem." E até morrer ele lembrava: "Aqueles seus garotos que estavam nus trepados no muro estragaram toda a..." Até morrer o Castelo caçoava conosco.

A.C. - Mas a sua família continuou no Recife?

A.M. - Quando eu estava no Recife, a família ficava comigo. Quando eu ia para Natal a família ia comigo.

A.C. - Os seus meninos eram todos pequenos?

A.M. - Estavam todos em jardim de infância.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.M. - A *TV Jornal do Comércio* por todo o Nordeste.

A.C. - Pernambuco irradiava mesmo.

A.M. - Irradiava. No Nordeste, a TV que se vê é a de Pernambuco.

A.C. - Nós podíamos falar agora sobre a campanha do Arrais, ou o senhor vai falar depois?

A.M. - Podemos falar. Eu não me recordo, porque ora eu saía, ora eu estava. Eu passava meses cá, meses lá. Então, eu sabia, dando pregas no tempo.

A.C. - O adversário de Arrais foi o João Cleofas. O senhor o conhecia?

A.M. - Muito. O Cleofas é um usineiro com expressão no estado, mas somente como usineiro, sem crédito político. O Cleofas não seria nunca um adversário para vencer o Arrais. Depois, com o Cleofas se dava aquilo: ele era conhecido como perdedor. E conhecido como perdedor já leva um *handicap* de saída.

L.H. - Isso marca, não é?

A.M. - Marca. Depois ele se aborreceu, inclusive perdeu um filho tragicamente, largou tudo, veio para cá, comprou usinas aqui e praticamente se transferiu para o Rio. Mas ele, pessoalmente, é uma criatura muito acessível, sempre se mostrou muito carinhoso comigo, eu tenho recordações muito amáveis dele. Agora, politicamente, ele não entusiasmava, não tinha vibração. Era um homem quase apático, sem energia, não transmitia confiança. Mas representava o usineiro. Assim, a campanha foi colocada no pé: de um lado, um usineiro, representante de uma estrutura feudal, que domina o oprimido camponês; do outro lado, o homem que veio do nada e que está lutando pelo oprimido. Venceu o segundo.

A.C. - Era o Zé Ninguém.

L.H. - A campanha foi muito maniqueísta.

A.M. - Completamente. Colocavam-se nos dois extremos, sem ter nada pelo meio.

A.C. - E valia o mesmo para o outro lado.

A.M. - E', nesses termos, não havia como o Cleofas ganhar. Perdeu. Essa é uma síntese, porque eu acompanhei...

A.C. - A expressão Zé Ninguém foi lançada pelo grupo do Cleofas. Aí o Arrais disse: "É isso mesmo, sou Zé Ninguém."

L.H. - Capitalizou.

A.M. - Temos que respeitar a inteligência alheia. Vamos ver isso na campanha em Natal, feita pelos comunistas. O Djalma Maranhão dizia assim: "De pé no chão também se aprende a ler." Essa

campanha é interessantíssima. Eu, que sempre fui voltado para esses problemas de educação, quero dizer que foi uma das coisas mais interessantes que eu vi no Brasil.

L.H. - Durante a campanha e a eleição, aqueles processos já tradicionais no Nordeste...

A.M. - Vale tudo! É o professor, é o delegado, é a imprensa, é a pressão do coronel. Então é "pega aquele Chico Heráclio lá de Limoeiro", "pega não-sei-quem lá de Serra Talhada", "pega outro lá de Salgueiro", e é o Nilo Coelho que pega todo o oeste do estado de Pernambuco, que é dos Coelho. E assim é a campanha. Aliás, uma das surpresas que eu vi foi Petrolina.

A.C. - E de uma prosperidade incrível.

A.M. - E uma das criaturas mais formidáveis que eu conheci é a mãe dos Coelho, uma velhinha maravilhosa, matriarca da família. Tem uma casa, um alpendre... Eu almocei nesse alpendre.

A.C. - Quando o senhor foi lá?

A.M. - Já quando comandava a região. Nesse período eu conheci mais o irmão dele, que era deputado estadual. O Nilo é casado com uma Brennand.

A.C. - O senhor colocava o antigo grupo da ESG a par do que estava se pensando no Recife?

A.M. - Alguns estável a par. Nessa ocasião, sempre aparecia pessoas da ESG fazendo viagens e eu mantinha os companheiros mais ou menos... Nesse período, por exemplo, havia a campanha para o Clube Militar não se perder mais, continuava firme aqui. Assim, havia emissários constantes. Serviam de pombos-correio o Faustino Costa, o Sarmiento e mais aquele outro, que era amigo do Castelo lá no Ceará e que foi dos Correios depois. O Costa Cavalcanti vivia para cima e para baixo. Então, através dele a gente conversava, mandava recado, porque escrever a gente não escreve.

Outro dia ainda, encontrei uma carta minha para não-sei-quem dizendo que não aceitava a indicação do meu nome para a chapa do Clube Militar, porque eu estava do Nordeste. Queria-se jogar o meu nome, porque ele atraía votos seguros lá no clube.

A.C. - Para quê?

A.M. - Nem sei mais para que função era. Sei que fui consultado em nome da Cruzada Democrática. Eu disse: "Agora prefiro que não me lancem, porque eu não tenho condições". Dar só o nome, por dar, não é meu tipo.

A.C. - Em termos militares de relações de amizade etc., o senhor estava muito solitário, lá.

A.M. - Não, pois lá eu formei um outro grupo! Na vida militar a gente sempre tem uma porção de grupos. Por exemplo, eu tinha primeiro o Costa e Silva, depois foi o Castelo. Depois o Aragão, que tinha ido para Manaus, teve uma luta com o Gilberto Mestrinho, um incidente na ponte lá em Manaus. Nesta hora então o Castelo foi buscar o Aragão e o trouxe para seu chefe de Estado-Maior.

A.C. - Que incidente foi esse?

A.M. - Em 1962, o Mestrinho estava fazendo demagogia trabalhista e o Aragão, comandante lá da Amazônia, não concordou com qualquer coisa. Então, eles tiveram um choque violento. Inclusive, houve uma espécie de levante... Não me recordo direito... Havia um negócio de que o Aragão segurou o Mestrinho no meio da ponte... Houve qualquer coisa que quase deu em desforço pessoal. Dentro daquele ambiente, queria-se massacrar o Augusto César e então o Castelo foi buscá-lo e o trouxe para seu chefe de Estado-Maior. O assistente do Castelo era o Moraes Rego, que está agora saindo de Salvador.

L.H. - O senhor acompanhou a substituição do Costa e Silva pelo Castelo, no comando do IV Exército? As razões...

A.M. - Acompanhei. Quando eu cheguei lá, como eu disse, encontrei o Costa e Silva, que tinha um bom ambiente, mas não entrosado com a luta do Nordeste. E praticamente toda a oficialidade de lá estava metida. Todo mundo. Com a evolução, surgiu uma coisa natural, a substituição do comandante. Não houve um motivo maior.

A.C. - O IV Exército estava unido?

A.M. - Estava! No Nordeste, o IV Exército é monolítico. E foi monolítico até a revolução. Era uma coisa só. Mais adiante, quando eu entrar na fase propriamente pré-revolucionária, conto certos pormenores dentro do exército.

A.C. - Sempre pensei que essa unidade tivesse sido feita pouco a pouco. No IV Exército, não?

A.M. - Foi pouco a pouco, mas eu vou chegar a esse problema da unidade do IV Exército. Eu saí de lá e voltei, depois da revolução.

A.C. - Então o Costa e Silva não integrava bem.

A.M. - Não, ele não tinha aquela mesma persistência do Castelo. O Castelo era um homem muito mais da instrução, e principalmente da preocupação com o problema social. Como nordestino, ele se preocupava muito com o problema do Nordeste.

A.C. - Tanto que uma das primeiras iniciativas dele foi baixar o Estatuto da Terra.

A.M. - Foi. Ele era muito preocupado com isso e ele conhecia muito os problemas do Nordeste.

L.H. - Quem nomeia o Comandante do Exército é o ministro da Guerra?

A.M. - É o presidente da República, ouvido o... É uma questão de consenso.

L.H. - A ida do Castelo para lá corresponde à subida do Nelson de Melo?

A.M. - A ida do Castelo para lá foi uma coisa normal. Ele era diretor de ensino, general-de-divisão. Foi promovido a quatro-estrelas. Tinha que receber um comando. Então, o Costa e Silva, que já estava há

algum tempo no comando, veio para o Rio, para o Departamento de Obras, e o Castelo assumiu o IV Exército.

O Costa e Silva não aguardou a chegada do Castelo, de maneira que eu assumi o comando do IV Exército e quem passou ao Castelo fui eu.

A.C. - Por que ele não aguardou?

A.M. - Problemas dele - não sei - nessa ocasião.

A.C. - Essa coerência ideológica que o senhor está apontando no general Castelo não era sentida da mesma maneira no Costa e Silva?

A.M. - É questão de feitio. Depois tive contato cerrado com o Costa e Silva e o Castelo, no Rio, na fase final de 1963, começo de 1964. Aí o Costa e Silva estava atuando mesmo. O Costa e Silva e o Castelo eram muito arredios, muito altos para nós, generais-de-brigada.

A.C. - Eles tinham que se preservar!

A.M. - Ah! Tinham que se preservar. É natural: o chefe se preserva. Eu tinha muito mais intimidade com o Castelo do que com o Costa e Silva, por causa da Escola Superior de Guerra, da Escola de Estado-Maior e de outros contatos que eu tinha tido. Então, eu tinha com o Castelo uma outra liberdade, que depois aumentou, quando minha mulher ficou no Recife.

Agora vou entrar num outro ponto. O Costa e Silva saiu e quem passou o comando ao Castelo fui eu. Eu me recordo que quando o Castelo chegou, fui recebê-lo e depois fui à casa dele. Quando eu cheguei à casa do Castelo, a alegria dele me ver até hoje me ficou. Estivemos conversando e tudo isso. Dona Argentina era uma criatura fantástica, admirável, bonita, de uma finura, uma educação... e logo se deu muito bem com Virgínia. Pouco depois, o Aragão veio e a mulher dele, Lurdes, se aproximou muito... Aliás, o Aragão é meu contraparente, companheiro de infância. E nós formamos... Dona Argentina e a Lurdes foram as duas mulheres que apoiaram Virgínia no período do nascimento da Nena.

Virgínia ficou ameaçada de perder a Nena. Já tinha acontecido isso com o nascimento do Marcelo, anteriormente, antes da ida para o Rio Grande. E agora deu-se com a Nena. Eu, como sempre, toda vez que era transferido, saía com a família toda de Natal, ia para Recife, saía de Recife ia para Natal. Mas já no final da gravidez o médico proibiu que Virgínia viajasse. Eu aí não tive outra solução senão deixá-la e as crianças lá no Recife. Todos os dias, dona Argentina e a Lurdes iam passar a tarde com Virgínia. Eu vinha às sextas-feiras à noite. Às seis horas da tarde, eu encerrava o expediente em Natal, comia qualquer coisa, pegava o carro e chegava ao Recife à meia-noite ou uma hora da manhã. Quando chegava a segunda-feira, às duas da madrugada eu me levantava, pegava o carro e às sete horas estava dentro do quartel-general em Natal. Fiz isso durante um mês e meio, mais ou menos. O telefone não funcionava e a fonia menos ainda. Então, quando chegou a fase final da gravidez, combinei ter um avião sempre a minha disposição na base aérea de Natal e o Aragão pronto a me chamar. Ainda noutro dia achei o telegrama: "Venha". Já imaginei o que era. Peguei o avião, desci e fui direto para o hospital da Aeronáutica, onde havia uma maternidade muito boa e um médico muito bom, o Décio. Encontrei Dona Argemira e a Lurdes ao lado de Virgínia e a Nena já nascida. Essas coisas todas fizeram uma amizade.

E mais: mais tarde, deu-se também uma outra coisa que é anedótica, mas que faz parte da minha vida. Uma das noites em que eu estava em casa no Recife, chegaram dona Argentina e o Castelo. Saíram de

noite - a casa era próxima - passaram por lá e entraram. Eu estava mudando fralda da Nena na sala de jantar e dona Argentina disse: "Muricy, você não é general... Isso é coisa de tenente, quando muito capitão... general, não." Daí em diante, ela só me chamou de capitão... e o Castelo também. Na última vez que eu vi o Castelo, poucos dias antes do acidente - ele já tinha deixado a presidência -, num casamento, eu estava na fila para cumprimentar os noivos e, quando entrei na sacristia, só ouvi aquela voz: "Capitão!" Eu olhei, era o Castelo, que veio falar comigo. E não só ele, como uma porção de companheiros, até hoje, só me chamam de capitão.

L.H. - E como foi a morte de dona Argentina?

A.M. - Foi uma coisa chocante, porque nós lhe queríamos muito bem: ela conquistou todo mundo. Conquistou todas as senhoras lá de Recife. E os oficiais queriam um bem à dona Argentina... Era uma criatura finíssima, agradabilíssima. E para nós, então, que tínhamos mais convivência era...

Mas eu fui para Natal. Nena nasceu em fevereiro e dona Argentina morreu em março. Recebi a notícia do Aragão: "Venha depressa, dona Argentina à morte". Eu procurei um avião e não consegui. Passei um rádio para o Aragão e ele me respondeu: "Acabou de falecer e segue para o Rio". Eu tive como... Aí, procurei tomar conhecimento. Ela sentiu-se mal. Como sempre, os problemas de coração nem sempre são muito claros. Ela foi atendida por bons médicos. O diretor do hospital, o Montezuma, era excelente, e muito amigo do maior cardiologista do... Ele examinou dona Argentina e encontrou um problema que lhe parecia gástrico. Ela ficou internada por dois dias, veio a crise cardíaca e ela morreu bruscamente.

O Castelo se arrasou. E mais: naquela ocasião, ele estava com uma crise de coluna brutal e piorou. Mais tarde, ele teve que fazer uma viagem quase carregado, para o Rio. Ficou com um colete e até morrer ele usou um colete de aço, para segurar a coluna. Só tirava para deitar.

A.C. - Foi então uma morte muito repentina, muito brusca.

A.M. - E ela era uma criatura fantástica. E nós, que tínhamos recebido dela tanta gentileza...

A.C. - Quando foi isso?

A.M. - Março de 1963, eu acho. Minha filha nasceu em fevereiro; dona Argentina esteve ao lado de Virgínia. Meu episódio com o Brizola se deu no dia 6 de maio. Fui falar com o Castelo no dia 7; há uma referência a dona Argentina, já falecida.

L.H. - Isso transformou um pouco a personalidade do Castelo, não foi?

A.M.- Há uma frase, dita mais tarde pelo Ademar de Queirós. A dona Argentina era uma criatura admirável. E era, ao mesmo tempo, muito tranqüila, muito equilibrada. O Castelo, por temperamento, às vezes se exaltava. Então, eu me lembro daquela voz: "Humberto..." Era água fria na fervura. O Castelo imediatamente acalmava o tom de voz. Dona Argentina era uma criatura fantástica.

Bom, mas isso aí era para se sentir o clima no Recife.

L.H. - Eu tinha uma última pergunta sobre o Recife. Como eram as relações do Castelo com o Arrais? Parece que no princípio eram muito cordiais, não?

A.M. - Eram formais, absolutamente formais, tanto com Arrais quanto com o Jango. Nesse período, numa das vezes em que eu ainda estava em Natal, Jango foi ao Rio Grande do Norte para uma dessas inaugurações políticas no interior (não me lembro qual era a cidade). O Castelo me avisou e disse: "A responsabilidade da segurança é sua". E eu tomei todas as precauções, porque todo mundo sabia da minha posição contrária ao Jango e da posição do Castelo também. Não era uma posição ostensiva, mas pelo menos de restrições a Jango. Então eu disse: "Se acontecer alguma coisa com o Jango, vão me acusar." Tomei uma série de providências. Depois, o Jango comentou o excesso de segurança. Por dever de ofício, o Castelo e eu acompanhamos o presidente. Eu me recordo que o Castelo e eu ficamos sempre lá atrás. Todo mundo corria e nós íamos tranqüilamente. E me recordo que nesses dias almoçamos numa fazenda, lá no interior do Rio Grande do Norte. Estava o Celso Furtado, que se encontrava na Sudene. O almoço foi num ambiente relaxado, de rede, cadeira de balanço, tudo muito informal, com aquelas comidas gostosas do Nordeste... e não houve a menor aproximação do Castelo com o Jango.

Depois eu soube pelo Albino, que era o chefe da Casa Militar, que o Jango estava preocupado com isso. O Albino Silva, que, aliás, eu sempre tratei muito bem, era curitibano como eu. Apesar de politicamente diferente, sempre nos tratamos bem. Isso é para mostrar que nunca houve uma aproximação do Castelo com o Jango. Pelo que vi, o lado formal foi mantido com o Jango e o Arrais.

Nós às vezes tínhamos necessidade de ir ao aeroporto, na chegada de alguma autoridade ou algum ministro. Então compareciam o pessoal do estado e as autoridades militares. O Arrais ficava lá e nós cá. Não havia a menor aproximação.

A.C. - Queria perguntar ao senhor sobre o Aragão. Era seu contraparente?

A.M. - O José Pires de Carvalho e Albuquerque, que eu disse que era meu primo-irmão, casou-se pela primeira vez com a Alvaceli. Um velho médico militar tinha duas filhas: uma, a Alvaceli, casou-se com o Zé Pires, e a outra, a Maria Augusta, casou-se com o Muniz de Aragão, que foi depois patrono da veterinária do Exército. Eram duas irmãs. Ao mesmo tempo, a Maria Augusta era uma das maiores amigas da minha mãe. Eu digo que o Aragão é meu contraparente, porque era sobrinho de um primo meu e, ao mesmo tempo, foi criado conosco, porque a Maria Augusta perdeu o Muniz e ficou morando com o Zé Pires. Na mesma casa ficaram a viúva do Muniz e o Zé Pires, que depois enviuvou. Os dois ficaram tomando conta da filharada. Logo em seguida a Maria Augusta morreu e esses meninos ficaram sozinhos no mundo. Morreu o Muniz e meses depois a Maria Augusta morreu, de tristeza. Foi uma coisa trágica. Os filhos do Muniz foram criados pelo tio, o Zé Pires, que depois ficou viúvo. Eles foram criados junto com a avó, que era avó de todos. Nós íamos muito brincar...

[FINAL DA FITA 32-B]

A.M. - Vivíamos brincando juntos, fomos crescendo juntos.

A.C. - Qual é o nome dele todo?

A.M. - Augusto César de Castro Muniz de Aragão. O irmão mais velho é o João Maurício, que depois foi genro do Clementino Fraga. Havia o José, que morreu, o mais moço é o Raimundo, que foi ministro

da Educação e Reitor. E há a irmã, que depois foi presidente da LBA. Todos nós nos criamos juntos. Eles foram criados por um primo-irmão meu e considerados por isso quase como parentes. Nós nos chamamos de primos, mas realmente não somos. Fomos criados no mesmo ambiente, como se primos fôssemos.

Estou contando o ambiente do Recife. Quero que sintam bem o que era o Recife em 1962 e 1963.

A.C. - Tenho a impressão de que suas relações militares mudaram de qualidade depois que o senhor foi promovido a general. Enquanto o senhor era coronel etc., havia um número maior de pessoas que pareciam fazer parte de sua vida dentro do Exército, no lugar em que o senhor estava sediado. Mas agora o senhor é general. E eu me pergunto como se daria a relação de amizade com pessoas hierarquicamente inferiores. Isso não dá uma certa solidão?

A.M. - Eu tenho um temperamento muito pouco protocolar. Então, os meus companheiros continuaram meus companheiros. Os meus antigos ajudantes-de-ordens são quase como filhos e toda aquela oficialidade que serviu comigo no Recife até hoje é minha amiga e alguns ainda me procuram. Anteontem nós íamos fazer uma visita a um deles, o Bismark, que está aqui no Rio. Nunca me afastei dos companheiros. Acho que o chefe não é aquele que se impõe porque é coronel ou general. Chefe é aquele que se impõe porque sua autoridade é conhecida pelo subordinado e principalmente porque ele merece confiança. E a confiança só se adquire no trato.

Ao mesmo tempo, Virgínia tinha uma facilidade muito grande de contato com as senhoras dos militares. Ela é 19 anos mais moça do que eu. Eu já era general e Virgínia tinha a idade das mulheres dos majores e dos tenentes-coronéis. Então, enquanto eu estava lá vendo fulano, ela sempre esteve vendo os problemas que interessavam às mulheres: é negócio de moda, de cursos e de outras atividades sociais. E ela sempre fazia questão de ser Virgínia e não Dona Virgínia. Isso fez com que eu nunca perdesse o contato com os meus subordinados. E mais: eu já disse que só acho que um chefe é verdadeiramente um chefe quando os subordinados vêm a ele com confiança e naturalidade, quando precisam de alguma coisa. Sempre fiz questão que o meu subordinando viesse a mim. Mais tarde, vai aparecer a minha ligação com os meus subordinados, quando começar a briga. Vamos sentir como eram as minhas relações com os meus subordinados. Eu exagero, naturalmente, mas se eu chegasse e dissesse: "Vamos fazer uma loucura?" Eles responderiam: "Vamos. Com o senhor, eu faço."

A.C. - Lealdade total.

A.M. - Total! Eu tenho alguns companheiros que são de uma fidelidade total até hoje. Só para dar um exemplo, nós somos padrinhos de casamento de três dos quatro filhos de um, o Albuquerque, que está na reserva. Só para dar um exemplo. Esse homem é um dos que prenderam o Arrais em 1964: João José Cavalcanti de Albuquerque.

Esse foi o ambiente que eu encontrei no Nordeste, no Recife. Agora vamos ver o problema do Nordeste.

No Rio Grande do Norte, naturalmente, a tentativa de infiltração comunista era muito grande. E havia certos núcleos muito bem estabelecidos. Já em 1935 tinha havido um governo marxista dos dias 24 a 27 de novembro.

Eu havia, entretanto, encontrado uma reação anticomunista muito sólida em três áreas, uma delas a da Igreja. O bispo, dom Marcelino, era cego. Ele não podia administrar. Então, dom Eugênio, bispo também, subordinado a dom Marcelino era quem realmente dirigia a Igreja. Dom Eugênio tinha

convicções anticomunistas muito firmes e principalmente lutava muito por uma posição da doutrina social da Igreja.

Naquela ocasião, eu tive relações, através de Virgínia, com o bispo de Aracaju, dom Távora, que organizou o MEB, Movimento de Educação de Base. Esse movimento foi depois distorcido, mas estruturava... Numa das vezes em que dom Távora foi lá ao Recife, conversávamos muito sobre o MEB. E eu mostrei o que havia de bom e de mau. Depois a coisa foi expandida para outros estados e - como sempre - todo movimento que pudesse ter penetração na massa foi aproveitado pelos comunistas como um instrumento de comunização. Mas esse dom José Távora era um homem muito bom. Nessa ocasião, também tive contatos com dom Avelar Brandão, que era alagoano e estava como bispo de Teresina. Ele teve necessidade de ir ao Recife e lá me foi apresentado e tivemos um primeiro relacionamento. Depois tivemos outros relacionamentos.

Lá no Rio Grande do Norte encontrei dom Eugênio, que atuava, como eu disse, através do SAR, do padre Nivaldo e da Julieta Calazans. Ele tinha uma atuação muito grande nos meios rurais e dava uma assistência realmente grande. Ele é muito hábil ao fazer as coisas.

Logo que eu cheguei ao Nordeste, realizou-se em Natal o IV CLAE - Congresso Latino - Americano de Estudos - ao qual vieram estudantes de toda a América, inclusive vários de Cuba. Como sempre, de acordo com a técnica de domínio das sociedades, os comunistas procuravam prolongar as assembléias infinitamente, até conseguir um movimento em que eles tivessem maioria absoluta dentro da assembléia. Nesse momento eles botavam em votação as propostas que queriam que fossem aprovadas. Dom Eugênio tinha um grupo de estudantes ligados a ele. Mandou também vir das cidades vizinhas outros estudantes e organizou um revezamento nas assembléias, de maneira que saía um estudante entrava outro.

L.H. - Era preciso ter preparo físico...

A.M. - Cada um ficava, digamos, quatro ou cinco horas. Quando saía uma turma, outra entrava, de maneira que os comunistas nunca tiveram maioria. No fim de três dias, eles encerraram o IV CLAE sem terem sequer uma das moções aprovada. Ficaram indignadas e falaram horrores de dom Eugênio.

Vou contar outro fato ocorrido com dom Eugênio. Eu estava no meu quartel-general lá em Natal, quando veio uma pessoa qualquer - não me recordo quem era - e disse: "General, está se preparando um congresso de estudantes secundaristas em Natal." Respondi: "Eu sei disso, estou acompanhando." A pessoa: "Mas eu quero informar que está havendo muita compra de armas. Isso pode degenerar num mortifício, num choque, numa coisa violenta." Eu fiquei preocupado. O problema dizia respeito ao estado e eu fui procurar o Aluísio e disse: "Governador, estou sabendo disso. É preciso tomar medidas." Aí, de uma hora para outra, a reunião foi transferida de Natal para Mossoró. E nessa hora é que vieram falar comigo: "A transferência foi feita, eles vão fazer o congresso de surpresa lá em Mossoró, e mais: está havendo movimentação, compra de armas. É possível que haja um choque em Mossoró." Eu fui então ao Aluísio e ele me disse: "General, eu vou já dar ordem..." Ali mesmo mandou chamar o secretário de Segurança, que era o coronel Ulisses Cavalcanti, um contraparente meu. A mulher dele era irmã da minha cunhada Renée. O Ulisses recebeu ordem de imediatamente mandar para lá um delegado, para fazer isso e aquilo. Depois saí e fui informar dom Eugênio. Resposta de dom Eugênio: "Já tenho gente lá." Ele já tinha uma turma ligada a ele lá em Mossoró, para manter... E o congresso não se realizou. Essa era a atuação de dom Eugênio no Rio Grande do Norte.

A.C. - E justiça seja feita, foi uma atuação que começou em 1949,1950. Não teve continuidade, mas as primeiras iniciativas são realmente pioneiras, como esse SAR que ele montou.

A.M. - Ele sempre teve uma preocupação social. E mais: essa criatura, a Julieta Calazans, era uma assistente social de grande cultura, de grande capacidade. O trabalho que eles fizeram, que eles organizaram, realmente conseguiu impedir a organização das Ligas Camponesas. As Ligas Camponesas no montante, apenas conseguiram se instalar numa cidade no sul do estado, quase na fronteira da Paraíba. Foi a única cidade onde se organizaram Ligas Camponesas. No restante do estado, o SAR conseguiu evitar isso.

L.H. - Então, pelo que estamos vendo, quanto às diferenças entre a situação do Recife e a de Natal, de um lado temos, no Rio Grande do Norte, uma Igreja muito mais atuante, muito mais firme e a sua própria cúpula mais preocupada; do outro lado, em Pernambuco, temos um governador...

A.M. - Completamente ligado às esquerdas, para não dizer comunista: o Arrais.

L.H. - E no Rio Grande do Norte o Aluísio Alves era mais firme...

A.M. - Politicamente, pode-se dizer isso ou aquilo, mais democraticamente ele era firme.

L.H. - Uma coisa que contribuiu para isso foi o Arrais ter sido eleito em 1962, portanto no meio daquela confusão - e uma campanha política sempre polariza muito as atenções - e o Aluísio ter sido eleito em 1960. O senhor concorda com isso?

A.M. - Não é por isso não. O Aluísio foi politicamente muito hábil. O cacique do estado era o Dinarte, que eu conheci como governador quando se deu a inauguração do açude Marechal Dutra, que se chamava... Gosto mais quando se conserva o nome local. Não me recordo. Foi quando eu fui conhecer Acari, Currais Novos. Vi então o que é o terreno devido às secas e o que é o terreno verde, bonito, das primeiras águas. Vi a transformação de um mesmo local, com a chuva de um dia. É impressionante. Um milagre. A terra é riquíssima de minerais, falta apenas água. O Dinarte Mariz era o cacique e dono da área de Mossoró. E, naturalmente, houve uma reação da área de Natal, que não se conformava com o domínio da área de Mossoró. Natal e Mossoró são as duas maiores cidades do estado. Dessa maneira, Aluísio se firmou em Natal e fez a "campanha da esperança". Quem era da esperança botava bandeira verde na casa. Em toda parte se via muito mais bandeira verde, em Natal, do que a bandeira vermelha, que era a do Dinarte.

Na campanha, o Aluísio, que era um homem fisicamente franzino e que até dizem que tinha sido tuberculoso fez uma maratona espetacular, conseguiu dominar completamente o eleitorado e venceu o Dinarte. Politicamente, ele pode... mas, como democrata, sempre foi muito bom. E depois teve comigo uma atitude muito clara e, principalmente, corajosa.

L.H. - Ele foi muito firme no controle do governo.

A.M. - Não tenha dúvida. Agora, politicamente ele era como o outro lá, quer dizer, aplicava as mesmas regras do jogo. Disso ele não fugia.

L.H. - E que outras diferenças havia entre esses dois estados?

A.M. - Os problemas sociais do Rio Grande do Norte eram mais ou menos idênticos aos de Pernambuco, se não agravados em certas áreas, pelas secas. Entretanto, não havia agitações sociais no campo e na cidade. Não havia aquelas demonstrações. Não me lembro de nenhuma invasão de usina nem de choques entre os donos de propriedades e os trabalhadores. Havia a luta, mas nunca houve choques, o que acontecia em Pernambuco quase todos os dias. Era comum haver choques, inclusive com mortes, em Pernambuco. Na usina Estreliana houve um choque onde morrem mais de dez pessoas, uma coisa tremenda.

Lá no Rio Grande do Norte eu não senti isso; não me recordo, pelo menos, de ter acontecido. Pode ser. Então, era esse o problema diferencial entre o Rio Grande do Norte e Pernambuco.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.M. - Então, este é o ambiente no Rio Grande do Norte. Quanto à questão de comunistas, havia, como sempre, vários chefes comunistas e entre eles se ressaltava o prefeito de Natal, Djalma Maranhão, um homem de cultura pouco mais do que primária, entretanto muito inteligente e com certas iniciativas interessantíssimas. Ele era chegado àquele pessoal de esquerda. Não me recordo mais dos nomes, mas ele estava cercado por esses nomes, de maneira que enfrentava o Aluísio. Não se davam bem. E mais, apoiado no pessoal de esquerda que atuava no Nordeste, principalmente os pernambucanos, o Djalma Maranhão organizou a campanha "De pé no chão também se aprende a ler".

Essa campanha teve uma penetração enorme. Ele pegava barracas, toldos, e de noite iam professoras dar as aulas no próprio lugar onde o pessoal estava. O indivíduo se sentia apoiado, porque a professora ia para o seu meio e... Então, dava-se uma aula aqui, ali havia outra aula, outra lá. Aquilo tudo tinha uma penetração imensa. Os métodos e o que se ensinava eram levados para a esquerda, para o marxismo, para a comunização, principalmente para a exacerbação do homem do povo contra os demais, para promover, no futuro, uma luta de classes.

A.C. - O senhor chegou a visitar os sindicatos organizados por dom Eugênio?

A.M. - Eu fui muitas vezes ao SAR. Eu me dava muito com dom Nivaldo, que acabou sendo meu confessor e de Virgínia. Eu ia muito lá, vi vários trabalhos dele, usando métodos parecidos com os das Ligas Camponesas. Somente o espírito era diferente.

A.C. - Era semelhante também aos sindicatos que o Paulo Crespo e o Melo organizaram em Pernambuco?

A.M. - Havia certas diferenças, mais de espírito do que de atuação.

A.C. - Qual a diferença de espírito que o senhor via entre a Igreja sindicalista...

A.M. - Um tendia a conduzir ao choque e a outra procurava evitar o choque de classes. Esse era o ponto fundamental. E creio que hoje já mostrei o ambiente do Rio Grande do Norte e o do Recife no período que vai de fevereiro de 1962 até meados de 1963. Em maio de 1963 a coisa muda, com problema do Brizola.

A.C. - O senhor disse que havia coisas interessantes na gestão do prefeito.

A.M. - O prefeito tinha essa campanha escolar. Era um homem que estimulava muito as artes. Criou, na praça ao lado da catedral, um lugar de exposições de artesanato e estimulou muito o artesanato no Rio Grande do Norte. Fez, na praça Pedro Velho, um grande ginásio que Natal não possuía. Melhorou muito as condições de trânsito nos bairros mais pobres. Teve várias iniciativas interessantes. Era um homem de poucas letras, mas inteligente. A mulher nunca acreditou que ele fosse comunista e ele comunizou, inclusive, o filho.

A.C. - E a Julieta Calazans? Foi nessa época que ela conversou com o senhor sobre as dificuldades?

A.M. - Eu conversava muito com ela e com dom Nivaldo - naquele tempo padre Nivaldo - sobre os problemas sociais que sempre me interessaram. Com dom Eugênio...

A.C. - O senhor sugeriu que ela tinha tido um problema qualquer mais sério.

A.M. - Mas isso foi depois da revolução. Estava presa. Aí eu tive que... Excessos, excessos, excessos dos companheiros. Isso é outra guerra, depois da revolução.

Então estamos em condições de, na próxima vez, entrarmos propriamente no problema Brizola, na atuação do Castelo e nos preparativos de comunização do Brasil por Jango. Vou entrar numa outra série de considerações muito importantes, que vão ter reflexos na revolução.

13ª. Entrevista. 01.04.1981

A.M. - Em Alagoas não havia agitação na Zona da Mata. Em Pernambuco os casos se sucediam, todos os dias. Palmares fica a 15 ou 20 km da fronteira. Era uma região de agitação permanente, de choques entre os trabalhadores da usina 13 de Maio e os proprietários. Em Alagoas, os tabueiros cheios de cana, os homens trabalhando da mesma maneira, com os mesmos problemas de cambão e de não-sei-o-quê mais, não havia a menor agitação. Então, ou o governo de Alagoas era perfeito, ou a agitação em Pernambuco era comandada. Não entendo a lógica fora disso.

Mas esse era o ambiente que eu queria mostrar, antes de seguir para o problema que se deu depois, que foi a ida do Brizola, a agitação e o preparo da reação contra esse estado de coisas.

Nessa ocasião, começa a agitação no Brasil. O Jango assume o governo e começa a ser cercado pelo pessoal comunista, os sindicatos passam a ter grande força...

L.H. - Com "assume o governo" o senhor quer dizer "assume os plenos poderes do presidencialismo"?

A.M. - Não, não. Ainda no parlamentarismo.

[FINAL DA FITA 33-A]

A.M. - Aí já aparecem Dante Pelacani e Hércules Correia, a UNE já começa a se agitar, levada pelo Vladimir Palmeira. Essa agitação começa a tomar um vulto e tudo isso vai criando um ambiente com o qual nós, no Exército, na parte que eu conheço de perto, começamos a nos preocupar. E, naturalmente, o Exército, que vem acompanhando o problema político - porque isso para mim é que é fundamental

nesse período - começa a se preparar para enfrentar a situação que possa vir. É da função do Exército prever e se organizar para o futuro.

Então, nos programas de instrução de oficiais, começa a ser esclarecido o problema da guerra revolucionária. Até então, os assuntos de guerra revolucionária eram inteiramente desconhecidos da grande massa de oficiais do Exército brasileiro, e do povo, então, nem se diga.

A guerra revolucionária, que foi preparada, esquematizada, ou codificada por Lenin, em 1917, veio sendo desenvolvida, passando-se a fazer a pregação da destruição completa das estruturas, para recomeçar sobre as cinzas. Mais tarde, isso se modificou e na Escola de Guerra da Criméia, onde se estudavam os problemas profundos da revolução mundial, surgiu a figura de Mao Tsetung, que posicionou a guerra revolucionária no seu sentido perfeito: ela é uma guerra global.

Numa palestra que eu fiz, eu reproduzo um trecho de Mao Tsetung, em que ele declara que enquanto não se compreender que a guerra é global, atingindo todos os âmbitos da nação, desde o lado humano até o lado das estruturas econômicas e sociais, o comunismo não poderá vencer.

Esses estudos foram filtrados, aos poucos, principalmente pelos franceses, que, através de seu Partido Comunista e de seus serviços de informações, obtiveram, paulatinamente, informações do que se passava no âmago da Escola da Criméia e começaram a difundir-las no mundo. Saía um artigo numa revista aqui, outro lá, isso foi codificado e chegou-se ao nome de guerra revolucionária, que realmente não foi inventado, como pensaram, mas foi dado pelos próprios comunistas a esse tipo de luta. É comunista a definição de guerra revolucionária. Sobre isso, os comunistas começaram a baixar normas e a estabelecer a doutrina para a conquista. As diferentes fases da conquista são a impregnação, a difusão... Já nem me lembro mais.

Finalmente, com as derrotas que os comunistas sofreram no mundo, eles passaram a experimentar a técnica do que eles chamam de conquista pacífica do poder. É o caso da Checoslováquia, onde eles conseguiram dominar. Essa técnica se caracteriza pelas pressões simultâneas de base e de cúpula. Elementos colocados na cúpula do governo fazem a pressão no alto e várias estruturas externas fazem as pressões de base. E foi esse o fenômeno que começou a ser observado no Brasil, nessa ocasião.

A.C. - O senhor leu muito sobre isso?

A.M. - Li, e nesse livro - que eu procurei e não achei, mas vou trazer - o Estado-Maior reproduz tudo isso. O Estado-Maior do Exército, preocupado com a evolução do problema político no Brasil quis esclarecer os oficiais a respeito da técnica da guerra revolucionária. A gente só pode combater alguma coisa quando a conhece. Então, a primeira coisa a fazer é definir as técnicas e depois estudar como combatê-las. Este foi um período em que o Estado-Maior fez uma série de conferências, depois difundidas pelas diferentes regiões do país e determinou que fossem examinados os casos de guerra revolucionária.

Inclusive, o Castelo, já no comando do IV Exército, organizou uma manobra de quadros, em que somente figuravam oficiais. Era uma situação de guerra revolucionária no Nordeste, com uma hipótese de guerra plausível, por exemplo: as Ligas Camponesas conseguiriam sublevar e dominar tal cidade... Os diferentes problemas eram debatidos e isso dava um conhecimento da parte técnica e, ao mesmo tempo, libertava a imaginação criativa, digamos assim. Então, uma porção de cérebros começaram a trabalhar sobre aqueles problemas e idéias surgiram. E isso era o que se queria.

L.H. - O senhor falou de uma sublevação das Ligas Camponesas. O que mais ocorreria, digamos,...

A.M. - Ocorreria a sublevação na parte do campo, a difusão dentro de certos órgãos de segurança, a infiltração mesmo dentro do Exército: não poderíamos contar com certas unidades. Já tinha havido casos semelhantes anteriormente, no movimento de 1935.

L.H. - E na cidade, imaginava-se algum preparativo?

A.M. - Começaram a aparecer os problemas da possibilidade de terrorismo, das guerrilhas urbana e rural. Tudo isso foi jogado dentro do quadro e começamos a pensar nos problemas. E começaram a surgir idéias para combater. Essa é a finalidade do que se chama manobra de quadros. Manobra de quadros é isso: começar a trabalhar numa situação que nos permita jogar a idéia.

A.C. - Em fins de 1962, o general Castelo já estava bem consciente de que era preciso fazer alguma coisa.

A.M. - Completamente. Há muito tempo, não tem dúvida. Eu vou depois chegar aos pormenores.

Lá, no próprio Recife, havia também a preocupação de que a ação do Exército não poderia ser isolada. Então, a cada 15 dias havia uma reunião no Estado-Maior do IV Exército, em que vinha um representante da Marinha, que era o comandante Palhares - que depois foi para a Casa Militar do Castelo -, um oficial da Aeronáutica - cujo o nome não lembro -, e um do Exército, que era aquele rapaz que depois foi para a Casa Militar do Jango e se envolveu no problema do rapto do Lacerda... dos pára-quedistas. Essas reuniões era presididas pelo general Aragão, que era o chefe do estado-maior do Castelo. E sempre que eu estava no Recife eu comparecia, porque havia um oficial da região também presente. Fiz questão de acompanhar desde o início, porque eu debatia os problemas, e quando ia para Natal já levava outras idéias dos companheiros do Recife e esclarecia o pessoal.

A mesma coisa era feita em Natal, sob o meu comando. Reuniam-se periodicamente oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica no meu quartel-general. Então debatia-se o problema de segurança, examinava-se em conjunto as medidas que poderiam ser tomadas, e isso sempre com uma idéia: enfrentar o que viesse do lado da subversão.

Esse quadro não só forneceu muita informação aos oficiais, como permitiu formar uma unidade de pensamento que deu a quase unanimidade que se alcançou em 1964. É esse trabalho de troca de opiniões, de reuniões constantes e de instrução que permitiu a unidade das forças armadas demonstrada em 1964, para grande surpresa dos que não estavam acompanhando o que se passava. Agora entra o período lá de Natal. Lá eu era o responsável maior por toda a segurança no estado do Rio Grande do Norte. Então, programei, na instrução dos oficiais, uma série de conferências sobre a guerra revolucionária e os modos de combatê-la, apresentando não só as diferentes técnicas e a progressão das fases da guerra, como também os diferentes tipos de ação que se deveriam empreender para evitá-la. Mostrava que haveria todo interesse do adversário revolucionário em destruir ou quebrar a unidade das forças armadas, as únicas capazes de enfrentá-lo. O mais era procurar os elementos civis que pudessem cooperar. Este era um trabalho que também se fazia no Recife e no Rio Grande do Norte: juntar certos elementos de convicção democrática e fazer com que periodicamente eles soltassem nos jornais pequenos artigos, pequenos fatos, para formar uma opinião pública.

Tínhamos aprendido na nossa carne que a opinião pública é essencial em qualquer operação que envolva a nação brasileira, dentro do seu solo. Nada é possível sem o apoio da opinião pública, e isso os guerrilheiros sentiram mais tarde, quando fizeram as guerrilhas rurais do Caparaó e do Araguaia. Eles não tiveram o apoio da população civil e foram destruídos com a maior tranqüilidade. Deram trabalho, mas não deram problemas maiores, porque é o apoio da população, da opinião pública, que

forma a base para a conquista do Brasil. O resto é domínio provisório. O importante é ter o domínio das mentes. Esse é que é o problema essencial.

No Nordeste, dentro das forças armadas, havia uma divisão. Na parte civil havia uma divisão. O problema social do Nordeste é muito sério. Em "Palavras de um soldado" mostro o pensamento de Mao Tsetung. Nessa palestra, eu digo: "Na Escola de Guerra Política criada na Criméia, esses fracassos foram estudados e analisados para serem... (os russos analisaram) determinadas as causas de suas deficiências e as soluções adequadas. Lá se reuniu um grupo numeroso de especialistas, homens perfeitamente conhecedores de economia, ciência política, história, sociologia etc. Entre os integrantes estrangeiros encontra-se um que até então não se fizera notado, e que hoje é talvez a maior autoridade nessa forma de luta, Mao Tsetung. Em 1940, encontrou ele a solução para o problema, expondo-a da seguinte forma: "A nossa guerra será perdida. Tal como a concebeis, será perdida, porque não tendes em conta o fator essencial. Porque lhe falta um fator essencial: essa guerra é uma guerra total. Ela é total porque cada indivíduo é um objetivo da guerra revolucionária. Porque todas as atividades de um Estado, de uma sociedade, contribuem para criar, nesse indivíduo, o objetivo da guerra revolucionária, um determinado estado de espírito. Por consequência, todas as atividades de um Estado, de uma sociedade, devem ser consideradas em face da guerra revolucionária." Essa é uma definição perfeita. E foi aí que começou

L.H. - Deste ponto de vista, é uma definição brilhante. Pega todos os pontos...

A.M. - Eu li todos os livros de Mao Tsetung, mais de vinte, todos muito cansativos. Os comunistas escrevem de uma maneira prolixa. Eles repetem as idéias, vencem pelo cansaço, pela repetição. Ainda usam a definição errônea de ensinar: repetir...

L.H. - E ele ainda tem o agravante de ser chinês. O chinês é cansativo, mesmo que não seja comunista. É exaustivo, isso é uma loucura.

A.M. - Exato. Mas então, no Exército e no Nordeste foi-se formando esse espírito de enfrentar a situação. Isso deu uma consciência muito grande a toda a oficialidade, tanto que, quando chegou 1964, na revolução, havia, dentro de todo o IV Exército, uns dez oficiais que não comungavam conosco.

L.H. - O senhor nos disse aqui, na última sessão, que a opinião pública, de certa forma, é forjada, é formada. Vocês já tinham noção de que era preciso forjar essa opinião pública?

A.M. - Já. E já estávamos trabalhando nisso. Lá no Recife tínhamos o Gilberto Freire, que escrevia e era muito lido. Havia aquele ex-ministro da Agricultura, que era jornalista... Ele escrevia na última página do *Diário de Pernambuco*. Era também muito lido.

A.C. - Neto Campelo ou Armando Monteiro?

A.M. - Nenhum dos dois. A filha do Neto Campelo, inclusive, é muito amiga de Virgínia. O Armando Monteiro era pessedista e muito amigo. Era contemporâneo de Virgínia na universidade. O velho Armando Monteiro era um senhor respeitável... A mãe do Armandinho era também uma senhora formidável. Estive lá na usina deles, eram gente muito boa. O Murilo Marroquim escrevia. Nós pedíamos ao Maurício Caminha de Lacerda, que era dos *Diários Associados*. Tínhamos muita ligação

com os *Diários Associados* em Pernambuco e fazíamos a reprodução dos artigos do Maurício Caminha de Lacerda. Lá em Natal nós tínhamos dois ou três jornalistas também muito lidos e nós jogávamos.

Ao mesmo tempo, eu trabalhava junto à *TV Jornal do Comércio*, que tinha grande penetração no Nordeste. Conseguia que certas pessoas fizessem palestras. A televisão é um instrumento de luta poderoso, de maneira que tudo isso formou uma unidade que depois deu consistência.

Vamos agora ao meu problema pessoal, porque a agitação dos clubes dos soldados deu-se depois. Naturalmente, eu, responsável pela segurança, pela instrução dos oficiais no Rio Grande do Norte, também fiz a minha programação de instrução. Determinei que fosse feito, como em toda parte, um ciclo para estudo da guerra revolucionária nos seus diferentes aspectos e resolvi que a primeira conferência do ciclo seria a minha.

Eu já vinha estudando o assunto e peguei mais documentação. Através de amigos, consegui muita coisa.

A.C. - Esse estudo começou na Escola Superior de Guerra?

A.M. - Havia na Escola Superior de Guerra, no Estado-Maior do Exército e havia distribuído por aí a uma porção de gente. Ia-se buscar na França, lia-se no catálogo: saiu um artigo sobre... mandava-se comprar o jornal ou a revista onde tinha saído o artigo. Havia um grupo que não parava. Inclusive, nessa ocasião, o IPE^S, com o Golberi, estava trabalhando intensamente. Então, eu pedia documentação e o Golberi me arranjava. E mandava-se buscar documentação na Europa, em toda parte, para poder... Eu tinha, talvez, uns seis metros de livros e documentos sobre guerra revolucionária. Dei tudo para o Estado-Maior quando fui para a reserva. Eu tinha muitos metros de guerra revolucionária... na biblioteca. Sobrou uma coisa ou outra. [Risos] Nessa ocasião, fiz uma síntese - que não era minha, era da documentação que eu tinha - sobre a guerra revolucionária.

A.C. - O senhor foi um dos principais estudiosos desse assunto.

A.M. - Não fui um dos principais, mas fui um dos que o estudaram a fundo e, principalmente, um dos que procuraram difundir-lo ao máximo. Fiz a conferência para os meus oficiais e depois verifiquei que era essencial difundir-la nos meios civis também, porque, como eu disse, havia um panorama no Brasil que não estava sendo compreendido pelo povo e pelas autoridades. Era preciso chamar a atenção para o que estava ocorrendo no Brasil, para que o povo também se preparasse para enfrentar a tempestade que vinha fatalmente e que nós não evitaríamos de jeito nenhum. A maré era montante. Nós estávamos com greve dia a dia. Nós estávamos com aqueles órgãos, PUA, e não-sei-o-quê mais trabalhando diariamente. Foram criadas aquelas associações de cabos e de sargentos, onde apareceu o cabo Anselmo. Havia no Congresso o célebre deputado sargento Garcia, que foi até o Rio Grande do Norte depois dessa conferência, para mostrar como a coisa era para os sargentos.

Eu chamei o presidente do Clube dos Sargentos e disse: "Não posso nem vou impedir. Mas quero saber tudo que ocorrer lá dentro." E o sargento Garcia não teve receptividade no Clube dos Sargentos. Os sargentos, lá no Rio Grande do Norte e no Nordeste, eram muito ligados aos oficiais, havia um ambiente de camaradagem muito grande, de maneira que não foi possível penetrar. Mas tentou-se. E mais: no dia seguinte da passagem do sargento Garcia em Natal, o Aluísio Alves foi ao meu QG e disse: "General, eu quero falar com o senhor. O deputado Garcia esteve comigo. Ele falou claramente na subversão. E mais: disse que já estão até escolhidos os nomes que vão ser eliminados e incidentalmente ele disse que o senhor também está." Eu disse: "Não tenho dúvida. Há muito tempo que eu sei que estou marcado. Paciência."

Esse é um fato importante, porque é uma demonstração, feita a um governador de estado, por um deputado que estava aliciando revoltosos e que achou que a coisa já estava de tal maneira sólida que ele não tinha o menor receio de dizer que esses revoltosos estavam prontos para eliminar pessoas e que já tinham preparado tudo para quando houvesse a vitória.

Então, eu resolvi preparar essa palestra. Fiz uma advertência, que vai interessar, porque vai repercutir adiante: "Esta conferência foi feita aos oficiais da guarnição de Natal como parte do programa de instrução conjunta, elaborado de acordo com diretrizes recebidas do comando da 7^o. região. Estava destinada a permanecer no anonimato dos quartéis." E agora vem o ponto que eu quero ressaltar, pois esta é a primeira declaração pública de que há uma guerra revolucionária no Brasil: "A guerra revolucionária que já lavra no Brasil, entretanto, e que se encontra em pleno desenvolvimento, fez com que eu aceitasse o honroso convite para repeti-la em público, perante os homens de boa vontade de Natal. É que o assunto interessa a todos os brasileiros, principalmente aqueles que têm responsabilidade na tomada das posições..."

Então, preparei essa palestra para o meio civil e estava nesse período, quando - isso devia ser fim de abril de 1963 - houve um congresso qualquer, no Teatro Maranhão e eu compareci. Sentei-me ao lado do governador Aluísio, que me disse baixinho: "General, nós vamos ter complicações." E eu: "Por que, governador?" Ele disse: "Porque vem aí o Embaixador Lincoln Gordon e o Djalma Maranhão disse que não vai recebê-lo; não comparecerá a nenhuma cerimônia. Ele é o prefeito da cidade, é o dono da casa. Eu fiz ver isso a ele, mas ele declarou que não, e isso vai criar problemas." Eu disse: "Então, nós devemos esperar tudo." E ficamos esperando.

Realmente, dias depois veio a notícia oficial de que o Lincoln Gordon devia chegar num determinado dia. Ah, fizeram logo um estardalhaço: "O Maranhão não vai comparecer, seu Lincoln Gordon é um explorador..."

L.H. - Aquilo ficou público?

A.M. - Público! Imediatamente! "A atitude nacionalista do Djalma não permite que ele venha entregar-se ao imperialismo americano", e mais isso e mais aquilo. Começou aquela celeuma e todo mundo só comentava isso. E o Aluísio, com maldade de jornalista, publicou, na última página do jornal dele, um retrato do Djalma Maranhão indo ao Moscoso, da Aliança para o Progresso, pedir dinheiro... Só disse isto: "O senhor Djalma Maranhão em tanto de tanto, foi pedir ao senhor Moscoso, da Aliança para o Progresso, dinheiro." E encerrou o assunto.

Aquilo foi uma bomba! Foi uma gargalhada geral em Natal. Como consequência dessa gargalhada, o Djalma Maranhão pediu ao Brizola que fosse a Natal na mesma ocasião. Ele estava numa situação difícil e resolveu convidar, para poder dividir a atenção da ida do Lincoln Gordon.

A.C. - Isto foi na mesma época?

A.M. - No mesmo dia!

Veio o dia, chegou o embaixador...

[FINAL DA FITA 33-B]

A.M. - ... e tratamos de recebê-lo, conforme o protocolo. Lá ele ficou hospedado na casa de um americano de posses. A` noite nós conversamos e avisamos a ele que o Brizola viria e que não se sabia o que iria acontecer.

No dia seguinte, na hora em que seguíamos de automóvel para Macau - no mesmo carro estava o Aluísio, o embaixador e eu, além do motorista -, chegou o secretário de Segurança, coronel Ulisses, que disse: "Olha, chefe, o homem vem mesmo." Eu disse: "Ulisses, grave tudo que Brizola disser." E fomos embora.

Passamos o dia inteiro em Macau, corremos lá as salinas, vimos os problemas que interessavam ao embaixador. Ele estava querendo ver, os problemas econômicos...

L.H. - Já havia programas da Aliança para o Progresso naquela região?

A.M. - Parece que havia um ou dois.

A.C. - O Aluísio Alves recebeu ajuda da Aliança para o progresso.

A.M. - Recebeu. O Aluísio nunca escondeu o que fez. Ele foi cassado, mas eu acompanhei a sua cerimônia política. Na política partidária ele era igual aos outros: vale tudo. Mas nós voltamos, e de noite houve o banquete. Antes de irmos para o banquete, o Ulisses me disse: "General, o Brizola vai falar no Grande Ponto, na sede do PTB." O Grande Ponto era um lugar de reunião no cruzamento de duas ruas centrais. Era uma Cinelândia de Natal. O PTB ficava ali, com as janelas para o Grande Ponto. Eu disse: " Ulisses, não houve pedido para comícios, não houve pedido para demonstração em praça pública, então não haverá demonstração em praça pública. Brizola não fala em praça pública. Isso é com você." Muito bem. Fomos embora para o palácio. Estávamos no meio do banquete quando o Ulisses entrou e disse baixinho:" General, o homem está começando a falar lá no Grande Ponto. Eles botaram um alto-falante de dentro para a rua e todo mundo na rua está olhando. E ele está falando." Eu disse: "Toma nota do que ele está falando."

L.H. - Do ponto de vista da Secretaria de Segurança, por exemplo, não havia como pegá-lo porque o discurso era interno.

A.M. - Era irradiação interna e havia muita gente na rua. Não era proibido, então...estava acabado. Dali a pouco, o Ulisses voltou: "General, o homem atacou o senhor e o embaixador de uma maneira bárbara! Está havendo uma confusão, já tem gente indignada." Eu disse: "Vá lá verificar se isso é verdade." E ele saiu. Dali a pouco ele voltou: "Chefe, é verdade e já há agitação no meio dos oficiais."

A.C. - Dos oficiais que estavam nos quartéis?

A.M. - Que estavam em casa! Não havia mais expediente! Eram nove para dez horas da noite. Os que estavam no banquete eram comandantes de unidades. Estávamos eu, o Mendonça Lima, o Caldas, comandante do grupo, o comandante da Aeronáutica, o comandante da base naval.

A.C. - Foram coisas concomitantes? Enquanto o Brizola falava, o banquete...

A.M. - E isso foi proposital. Eu ainda disse para dom Eugênio, que estava do meu lado: "Dom Eugênio, está se dando isso. Eu não sei o que vai acontecer. Eu vou sair já, porque eu tenho que segurar qualquer coisa que aconteça."

Então, peguei a Virgínia, fiz sinal para o Mendonça Lima e lhe disse: "Eu vou sair já."

L.H. - As pessoas notaram alguma coisa?

A.M. - Não, todo mundo estava normal, eram mais de cinquenta pessoas na mesa. Eu me levantei com a Virgínia, o Mendonça Lima e a Elza e descemos.

Quando cheguei na porta do palácio, havia três oficiais me esperando: o coronel Estevildo, o major ou capitão Aroldo e um outro oficial. Disseram: "General, aquele cafajeste atacou o senhor e nós vamos quebrar, vamos fazer a acontecer, já estamos nos reunindo." Eu disse: "Espera aí! Que é que vocês vão fazer?" E eles: "Não, porque o senhor compreende..." Eu pensei e disse: "Mendonça Lima, reúna todos os comandantes de unidade e vá lá para minha casa. Vá reunindo a sua gente e mandando para o quartel. Até agora eu não tinha dado ordem de prontidão, mas só como precaução, vá mandando o pessoal para o quartel ficar alerta." E disse ao outro: "Seu Estevildo, o senhor trate de ficar quieto aí." E fui lá para casa.

No caminho, comecei a pensar: "O que esse homem, que sabe que eu sou estimado na guarnição de Natal, veio fazer aqui? Atacar o Lincoln Gordon, todo mundo sabe. Mas por que me atacar? Porque ele quer criar um caso, e se ele quer criar um caso, ele quer ser vítima e mártir. E mártir é coisa mais fácil de dominar o Brasil. E ele não vai dominar! Então ele não vai ser mártir."

Quando eu cheguei em casa, já estava decidido que Brizola não seria mártir. Desci em casa, tirei a túnica, os oficiais chegaram e começamos a debater. O Ulisses foi para lá. Então eu fiz um relato completo do que tinha o Brizola feito.

L.H. - Qual era o conteúdo dos ataques? Ele fazia referência à situação de 1961?

A.M. - Ele começou a falar: "Eu quero dizer que aqui nessa guarnição está um general que fugiu do Rio Grande para não ser preso. Este general - eu não quero o nome..." E o pessoal na frente: "Muricy, Muricy, Muricy." E Brizola: "Eu não quero dizer porque não desejo atacar ninguém." Foi por aí afora e depois atacou o Exército. Em seguida, procurou criar animosidade contra os americanos, depois concitou a que fossem formados os "grupos dos 11" e deu instrução de como deveriam eles funcionar... E tudo isso foi gravado.

Então, eu disse: "Ele quer ser..." E os oficiais disseram: "Mas general, nós temos que pegá-lo!" Eu disse: "Não. Ele não será... Você já viu? Se ele atacou, ele tinha uma finalidade. Então, ele atacou no flanco, o flanco ainda é a melhor linha de resistência: contra-ataca-se também no flanco. Não vai acontecer nada com ele." Disseram: "Mas general..." E eu: "Bota já a tropa toda de prontidão e eu não quero que haja nada." Disse para o Ulisses: "Ninguém mais na rua. Bota a sua polícia, porque eu não quero que haja o menor incidente de rua. Quero calma absoluta em Natal." Aí o Ulisses me disse: "Mas general, pelo menos para dar um susto no homem..." E eu: "Bom, pregar um susto... O que você chama pregar um susto?" E Ulisses: "Passar pela frente da casa do fulano. Era a casa do diretor da estrada de ferro lá em Natal, onde Brizola estava hospedado. Eu disse: "Não deixe parar, só pode passar." Então os caminhões que iam pegar a tropa para a prontidão, passaram pela porta da casa. O Brizola meteu o pé na estrada e foi dormir nas Docas, com receio de ser agredido. O pessoal me disse: "Mas general, isso não pode ficar nisso, nós temos que tomar uma posição." Eu pensei muito e respondi: "Nada, nada. Eu preciso tomar uma atitude que amanhã não o transforme em mártir. Você já imaginou esse homem

mártir? Ele levanta o Brasil inteiro e aí não há força humana capaz de segurar. Nós não podemos deixar que esse homem seja amanhã um chefe no Brasil. Esse homem, além de analfabeto, não tem a menor qualidade moral para chefiar coisa nenhuma. Já o enfrentei no Rio Grande do Sul, já vi do que ele é capaz. Ele é líder, então não quero dar força a esse homem."

Em vista disso, não houve nada. Mas aí um dos oficiais me disse: "General, nós queremos fazer uma demonstração de desagravo ao senhor." Respondi: "Bom, isso é outra coisa. Eu não podia propor, mas isso... Eu amanhã as nove horas vou levar o embaixador Lincoln Gordon. Às onze estou no QG. Os oficiais que desejarem - e apenas os que desejarem - podem comparecer ao meu quartel-general." E eles: "Mas os oficiais da Marinha e da Aeronáutica..."

A.C. - Quer dizer, o discurso tinha atacado a sua honra militar.

A.M. - E tinha atacado o Exército também. Ele disse que "a espada de Floriano acobertava os algozes da pátria." A espada de Floriano é a espada do Exército. Então, eu aceitei o desagravo: "Convidem as outras forças, a Marinha e a Aeronáutica." Perguntaram: "E os sargentos?" Eu pensei e disse: "Eles vivem apregoando que os sargentos são contra os oficiais, vivem lutando para separar os sargentos dos oficiais. Então, os sargentos que desejarem vir também podem. "Os oficiais foram embora e, nesse meio tempo, chegou uma notícia: "General, o tenente... está se movimentando lá no quartel do 16." E eu: "Chama o tenente aqui!" Era um homem de educação física, forte como o diabo. Quando ele chegou, eu disse: "O que é que há?" E ele: "General..." Eu: "Que é que há, tenente fulano?" E ele: "General, nós vamos pendurar o homem." Eu disse: "Vocês não vão pendurar o homem. Você vai ficar sentado nessa poltrona!:"

L.H. - O que era pendurar o homem?

A.M. - Enforcar! Liquidar! Era liquidar mesmo. Não é brincado não. Daqui a pouco eu digo o nomes desse rapaz. Era tenente, instrutor de educação física. E ele ficou enquanto eu continuava discutindo com os outros oficiais.

Depois vieram dizer que um grupo também de tenentes do 16 estava se preparando e que diziam: "Agora é que é bom, porque nós estamos de prontidão, a gente sai por aí, vai lá, na casa de fulano, pega o Brizola, dá-lhe uma surra... Já estamos de prontidão, mas vai-se à paisana." Era um comando, que ia sair pelo fundo do quartel à paisana, para pegar o Brizola e dar-lhe uma surra. Foi seguro por um dos rapazes que disse: "O general deu ordem, nós vamos cumprir a ordem do general." E botou razão nos companheiros.

E aí fiquei eu, com a minha mulher e a minha consciência. Disse: "Amanhã eu tenho que falar com meus oficiais." E a coisa mais dolorosa que há é um indivíduo ter vontade de surrar um sujeito e ter de defendê-lo, porque ele está querendo... A raiva contida é uma coisa... Mas a gente tem que contar até dez e eu comecei a rolar na cama de um lado para outro e a minha mulher a me dar calmante. Dali a pouco me levantava, lembrava uma idéia e tomava nota num papel. Voltava para a cama. Rodava para um lado, rodava para outro, dali a pouco me levantava de novo, tomava nota de outra coisa, esqueleando o que eu ia falar no discurso. E parti para uma idéia: ele não tinha tocado no meu nome. Eu não ia tocar no nome dele. Mas eu diria tudo que pudesse dizer. Então, dentro do discurso, eu disse o que eu achava que devia, sem falar no nome dele.

A.C. - O que o senhor achou que devia dizer?

A.M. - Está aqui. No dia seguinte, levantei. Os jornais já tinham dado a notícia no Brasil inteiro. Essas coisas são interessantes. Natal é um fim de mundo. Entretanto, naquela ocasião, o filho do Cascudo, o Fernando Cascudo, trabalhava nos *Diários Associados*. Ele tinha acompanhado, estava também no banquete, sentiu o problema, depois passou lá em casa, viu aquela agitação e transmitiu a notícia. No dia seguinte, o Brasil inteiro sabia do fato.

No dia seguinte, ainda cedo, eu, lendo a notícia, passei logo um telex para o Castelo, que era o comandante do Exército no Recife: "Jornais noticiam ataque de que fui vítima ontem. Estou preparando relatório verbal, seguirei hoje à tarde para o Recife." Foi mais ou menos isso. Mande preparar um avião para a tarde. E quando eu estava no aeroporto para o embarque do Lincoln Gordon, que ia para Fortaleza, a uns vinte metros estavam o Brizola, o Djalma Maranhão, o...

L.H. - O Brizola marcou o embarque para a mesma hora...

A.M. - Para a mesma hora. Ele só foi lá para enfrentar o Lincoln Gordon e a mim. O Lincoln Gordon ia para Fortaleza e ele ia para Recife fazer uma palestra. Ele ficou de costas para mim. Murilo Costa Rego é o nome do outro que estava com ele. Eles ficaram num grupo lá e nós aqui.

O Lincoln Gordon veio falar comigo: "General, eu soube do que aconteceu, soube das suas providências, essa coisa é muito aborrecida..." Eu disse: "Senhor embaixador, o senhor está indo para Fortaleza. Mas é possível que ainda hoje o senhor tenha notícias a meu respeito." Aí veio um companheiro dizendo: "Mas general, afinal de contas o senhor defendeu aquele cafajeste..." Eu aí falei alto, para o Brizola ouvir (ele estava a menos de vinte metros de distância): "E o pior de tudo é que eu acabei defendendo esse cafajeste, que não merece nada de ninguém que tenha honra e que tenha brio!: Ele e o Djalma Maranhão ficaram de cabeça baixa... Ele andava com uma maleta cheia de dinheiro, notas vivas. Todo mundo conhecia a maleta que acompanhava o Brizola. As despesas foram pagas com dinheiro vivo, nunca cheque.

A.C. - Por quê?

A.M. - Vamos ver depois, na minha resposta.

L.H. - Quer dizer, eles não passaram recibo, o senhor falou e eles...

A.M. - Não. Dali a pouco ele pegou o avião e foi embora, o Lincoln Gordon pegou o avião e foi embora, e eu fui para o quartel-general, me preparar para a cerimônia às 11 h.

Enquanto isso, eu comecei a ouvir a gravação do discurso do Brizola e os ataques que ele me fez.

L.H. - Isso não fez bem ao senhor, não é?

A.M. - Nessa hora, nada faz bem nem faz mal. A gente tem que se informar. Enquanto ouvia, eu ia tomando nota para poder informar ao Castelo, porque eu ia de tarde a Recife. Comecei a tomar nota e mandei bater à máquina.

Pouco depois começaram a chegar, primeiro, os oficiais do Exército, depois os sargentos do Exército, toda a oficialidade da Aeronáutica que servia em Natal. Quanto à Marinha, o comandante do distrito, no Recife, deu ordem para que não se comparecesse. Mas quatro oficiais compareceram. Os outros depois foram à minha casa.

L.H. - Havia ordem do comandante do Recife...

A.M. - Para não haver tumulto. Não era que ele fosse contra mim, ele não queria tumulto. O Aluísio Alves mandou uma representação de oficiais da Polícia Militar, que também compareceu.

No dia seguinte, as Câmaras Estadual e de Vereadores compareceram quase completa. As associações de classe apareceram reunidas, todas hipotecando solidariedade.

Então, nessa cerimônia, o Mendonça Lima, comandante do 16, fez um discurso explicando a razão daquela demonstração.

L.H. - Era o porta-voz da oficialidade presente.

A.M. - Mostrava que aquilo era um desacato a um chefe e ao Exército e botava os pontos nos i.

O Mendonça Lima não teve o cuidado que eu tive: ele botou nomes mesmo.

Em seguida li esse discurso que está aqui:

"Quero dar o meu agradecimento aos bons companheiros e amigos das forças irmãs de Natal, aos amigos da Polícia Militar do Rio Grande do Norte que aqui vieram trazer(...) oficiais e sargentos que comigo vêm labutando há mais de um ano". Comecei dando a razão por que tinha aceitado o desagravo, já que é do regulamento militar não aceitar demonstrações. Disse: "Devido às circunstâncias de haver sido rudemente atacado, em pleno exercício do comando, de forma inesperada e violenta, sem provocação de nossa parte; e também por ter sido levantada a suspeição, pelo agitador, contra o Exército Nacional, quando diz que a espada de Floriano acoberta exploradores; por ter sabido da atitude espontânea de repulsa dos meus comandados, que poderiam atingir a violência; porque, acima de tudo, para bem do Brasil, é necessário manter bem alto a honra militar e a dignidade da farda que vestimos, aceitei essa demonstração de desagravo, que de outra forma não permitiria. Não porque tenha sido eu vítima pessoalmente, de forma injusta e inesperada, de uma solerte acusação pública, mas sim porque o ataque foi feito ao comandante da guarnição já que o ofensor evitou se dirigir ao meu nome, dizendo não fazer ataques pessoais, mas se referiu a um general em serviço nessa guarnição. Portanto, só pode ser uma pessoa: eu.

É da técnica da guerra revolucionária, tal como foi concebida pelos técnicos comunistas, de Lenin a Mao Tse Tung, passando por Bukarin e outros, que quando não se pode atrair as forças armadas é necessário desagregá-las, fazer lavrar a indisciplina, desmoralizar seus chefes, dividi-las, lançando oficiais contra oficiais, sargentos contra sargentos, sargentos contra oficiais. Isso porque sabem que elas são a única força capaz de destruí-los. E comunistas e simpatizantes adotam a moral comunista segundo foi definida por Lenin: 'Moral comunista é tudo aquilo que tem interesse para o Partido Comunista. Não acredito na moral eterna.'

Através da pessoa do comandante da guarnição, procuram atingir o Exército, procuram desmoralizar seus chefes que disciplinadamente(...) vivem honrada e silenciosamente sua vida, pois para mais não(...) E então comecei o contra-ataque: "(...)dão seus vencimentos e só deles podem viver. Ao contrário dos que usam o dinheiro público e o dinheiro sem nome(...)"

O Brizola ficou louco da vida! Dinheiro sem nome é dinheiro que se obtém desonestamente, não se pode dizer de onde é que veio.

L.H. - Era referência á maleta.

A.M. - Lógico! "(...) dinheiro público e dinheiro sem nome, aos milhões, para agitar, para solapar a unidade nacional e as forças armadas, para tirar do povo brasileiro a liberdade em nome dessa mesma

liberdade, desrespeitando a dignidade humana. E se dizendo defensores dos humildes e dos pobres, enquanto só querem enriquecer por todos os meios e que procuram vender o Brasil, ao mesmo tempo que dizem querer defendê-lo.

Homens sem fé, sem consciência, sem sentimentos de honra querem subverter o país, jogar irmãos contra irmãos, numa luta fratricida que ousam provocar porque ficam acobertados atrás das massas que temem conduzir e manobrar." Chamei-o de covarde. E ele entendeu direitinho.

"Nunca, até então, um homem que devesse ter responsabilidade ousou publicamente atacar o Exército através do chefe militar que moureja na guarnição que visita, chamando-o pejorativamente de gorila e de golpista e depois fazendo insinuações de caráter ofensivo à dignidade do soldado e do homem, ao dizer sem mais esclarecimentos que ele fugiu do Rio Grande para não ser preso.

Sempre procurei trabalhar anonimamente no meu quartel. Sempre me mantive dentro de nossa classe. Jamais cometi uma vilania, nem fraquejei no cumprimento do dever. Aquela insinuação soez e despudorada, feita publicamente, obriga-me a um esclarecimento aos meus subordinados e aos meus amigos. Em fins de agosto de 61, tendo ido ao Rio por necessidade imperiosa do momento, fui, pelo ministro da Guerra, através do seu chefe-de-gabinete, autorizado a não regressar mais ao Rio Grande do Sul, a Porto Alegre, uma vez que a situação havia se transformado durante minha ausência e não desejavam o meu sacrifício. A dignidade do meu posto, a honra da farda que visto, entretanto, impuseram que eu voltasse ao Sul, acontecesse o que acontecesse, mesmo que a minha vida pudesse estar em jogo. Voltei só, acompanhado apenas de meu ajudante-de-ordens, para o centro dos tormentosos acontecimentos que então se realizavam. Por não concordar com a decisão de um chefe a quem respeito, e após ampla e leal exposição dos meus pontos de vista, tive desse chefe o desligamento de todos os compromissos que nos ligavam. A partir desse momento era livre para agir de acordo com a minha consciência e a minha maneira de pensar. Não podendo apoiar a legalidade tal como era apresentada no momento, só tinha um caminho: sair do Sul, de forma a ficar em condições de, se necessário, agir futuramente. Preferi sair então e enfrentar os riscos, a ficar comodamente na situação de prisioneiro e observador bem-situado. "E aqui vem outra paulada nele: "Só aos meus chefes, aos meus pares, aos meus camaradas admito o direito de julgar as minhas atitudes militares e não a quem não tem condições morais de o fazer.

É lamentável que estejamos vendo a pregação revolucionária e a agitação, por quem tinha o dever e a obrigação moral de defender a sua terra. Por quem, empregando fortunas, usa todos os meios de difusão para agitar o Brasil. "Ele usava a rádio Mayrink Veiga daquela maneira brutal.

"Meus companheiros: a minha vida pública," - e aqui vem outra cajadada que ele entendeu e lhe doeu muito - " a minha vida particular são páginas claras, abertas, que podem ser mostradas a qualquer um. Podem acreditar no seu comandante. Podem confiar nas suas atitudes. Camaradas(...)"

O discurso vai por aí afora e termino: " Basta de agitação! É preciso que todos os brasileiros se unam e ajam contra os coveiros de nossa terra! É preciso que, para o bem do Brasil, se diga bem alto: `Basta de agitação!' Compreendamos a hora que passa (...)" Essa foi a resposta.

A.C. - Foi um grito de guerra.

A.M. - Foi. Agora, a conseqüência... Depois houve outros fatos, porque ali foi um dos pontos cruciais da fase pré-revolucionária.

Terminado o discurso, todos os oficiais hipotecaram solidariedade. Vieram civis de toda a sociedade. O governador não veio diretamente, mas mandou seu chefe-de-gabinete, que estava presente na cerimônia. Aquilo também irradiou para o Brasil inteiro. E mais: essa minha declaração foi glosada por

todos os jornais, principalmente pelo O Globo, que pegou aquele artigo de fundo, que ele botava na primeira página, e praticamente a colocou, do princípio ao...

[FINAL DA FITA 34-A]

A.M. - ... fim, entendendo o que estava nas entrelinhas e botando a cauda do Brizola à mostra. Então, isso ainda acendeu mais o ódio do Brizola contra mim.

A.C. - O discurso foi uma caixa de percussão no Brasil inteiro.

A.M. - Foi! O Brasil inteiro... Nunca pensei que pudesse haver uma coisa assim.

Depois da cerimônia eu comi qualquer coisa, peguei o avião e fui para Recife, levando a gravação e o que eu pude pegar: a cópia do discurso do Mendonça Lima e a do meu discurso. Pelo rádio avisei ao Castelo que eu deveria chegar às tantas horas. Quando cheguei ao aeroporto, o Aragão estava me esperando, representando o Castelo. Viemos conversando, e ele mostrou a indignação que estava lavrando no Recife quanto à atuação do Brizola.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

Quando cheguei a Recife, imediatamente fui encaminhado ao gabinete do Castelo, que me perguntou: "O que é que houve?" Eu disse a ele o que tinha havido. E ele: "Deixa eu ver o seu discurso e o do Mendonça Lima. Leu e depois disse: " Os sargentos estiveram presentes?" Respondi: "Estiveram. Eu aceitei que eles viessem porque esses comunistas vivem alardeando que os sargentos estão do lado deles e dividindo o Exército. Criam um clube de sargentos e um clube de cabos e soldados. Precisava dar uma demonstração de que não existe isso. "Ele parou e disse - é preciso guardar esta frase do Castelo: "Muricy, isto vai precipitar os acontecimentos. E ainda não é hora. Ainda não há um ambiente para fazer uma reação à altura." Eu disse: "Mas Castelo, eu não tinha como evitar. Eu só lamento que nesta hora " - ele estava viúvo de dona Argentina há uns dois meses -" eu tenha causado mais esta preocupação a você, que tantos problemas já tem. Mas eu não tinha... Eu sou chefe, não posso ser ultrapassado, não posso perder a minha posição de chefia."

Ele disse: "Volte, faça urgente um relatório e me mande por escrito amanhã."

Voltei para o campo de aviação com o Aragão conversando, comentando, e fui para Natal. Ainda naquele dia comecei a fazer o relatório escrito que acabei pelo meio-dia do dia seguinte. A` tarde, o relatório já estava indo.

Nos meus arquivos há esse relatório. Depois eu posso mostrar.

Na mesma ocasião, o Brizola soube da minha resposta. Ele estava no Recife. Embarcou imediatamente para Brasília. No aeroporto, os repórteres foram ao encontro do Brizola e ele desabafou: "O general Muricy não perde por esperar. Amanhã ele não será mais o comandante da guarnição de Natal." Foi direto para Brasília falar com o Jango.

Enquanto isso, o Castelo passou um telegrama para o Krueel, então ministro da Guerra - o telegrama também está no meu arquivo -, dizendo que eu tinha sido atacado em Natal; que ele podia asseverar que não tinha havido provocação nenhuma da minha parte; que eu era um oficial que não fazia política

partidária; que eu vivia entregue às minhas obrigações dentro do Exército e que ele achava que era preciso tomar uma atitude e entregava o caso ao ministro, salvo se o ministro achasse conveniente entregar a ele, para tomar posição.

O Kruel tomou logo posição. Quando o Jango interpelou-o para tomar uma medida contra mim, o Kruel fincou pé e disse: "Não. De jeito nenhum, porque o general Muricy..." Então, com isso não fui atingido.

A.C. - No fundo, o Castelo foi muito eficiente. O seu relatório já é...

A.M. - Ah... e depois ele tomou uma atitude eu briguei com ele, mas depois voltei à calma. É o que vou contar agora.

Essa coisa toda é uma sinfonia inacabada. Na ocasião em que fui ao Recife, eu disse: "Castelo, eu estou preparando aquela minha conferência inicial e vou fazê-la no meio dos civis." Ele disse: "Deixe eu ler a conferência." Então eu levei a conferência para ele. Era uma conferência técnica. Naturalmente, não mostrei a ele a advertência, porque era fora da conferência. Era um intróito e o que importava era o teor. A conferência era absolutamente técnica, como está aqui, fácil de ver, assim dividida: "A gênese da guerra revolucionária;" "Conceituação e características da guerra revolucionária;" "Técnicas empregadas na guerra revolucionária;" "Fases de desenvolvimento;" "Ação das forças armadas contra a guerra revolucionária;" "Combate à guerra revolucionária e conclusões."

Então, era uma conferência absolutamente técnica, não se fala em coisa nenhuma. Mas tive que fazer aquela advertência, porque não era uma conferência para civis e eu a transformei. O Castelo disse, depois de ler: "Pode fazer."

A.C. - Ele não viu a advertência.

A.M. - E não era necessário, porque era uma coisa que não tinha maior significado para o conteúdo da conferência.

Depois daquele incidente comigo, houve, naturalmente, uma comoção no Brasil. Foi impressionante a quantidade de telegramas e cartas e abaixo-assinados que eu recebi. Nesse momento, eu tive a confirmação daquilo que eu tinha suspeita e quase certeza: o Brasil não cairia nas mãos dos comunistas porque os homens de maior responsabilidade e os chefes militares de maior expressão estavam contra a atitude do Brizola e apoiavam uma atitude anti-revolucionária.

O governo brecou o correio e o telégrafo, para que não mandassem as manifestações de apoio. Houve companheiros meus que pegaram os telegramas que não foram aceitos meteram numa carta e me mandaram. Outros pegaram abaixo-assinados e depois, por portador, mandaram me entregar. Eu tive manifestação de gente...

A.C. - Houve extravio da correspondência? "Extravio" entre aspas?

A.M. - Não, não houve extravio. Eles não aceitavam. O correio dizia: "Se for para o general Muricy, não posso receber."

A.C. - Onde foi isso?

A.M. - Em todo o Brasil.

L.H. - Mas só o telégrafo?

A.M. - O correio vinha - era no telégrafo - mas mesmo assim houve companheiros que mandaram cartas por outros companheiros, porque tinham receio de que não chegassem. Isso está também no meu arquivo: montes de telegramas e cartas. Um dos primeiros que me telegrafaram foi o Costa e Silva, além daquele meu grupo de amigos: Cordeiro, Ademar, Golberi, Ernesto, Orlando. Todo aquele meu grupo veio cerrado.

Nesse momento, fiz a palestra ao meio civil, na Escola de Direito. Naturalmente, a cidade estava lá em peso, para ouvir. E a conferência é simples, mas é chocante. Quem lê a conferência vê que ela realmente pega todos os pontos capitais naquilo que tem de essencial. Não tem divagação. É uma conferência sem erudição, e que serviu de base a muitas conferências que foram feitas no Brasil, porque é uma síntese de uma imensidade de trabalho.

L.H. - Como o senhor disse, quase seis metros de livros.

A.M. - Isso: quase seis metros de livros.

A.C. - Foi daí que saiu o livro do Bilac Pinto? Foi um pouco depois disso?

A.M. - Foi depois disso. Depois fui para o Rio. Eu vou chegar lá.

O pensamento era me tirar de Natal, mas o Castelo me segurou.

A.C. - E o Krueel, tomando essa atitude, deve ter agravado os conflitos com o Brizola, que já eram grandes.

A.M. - Ele ficou contra o Brizola. Ele não gostava do Brizola, como, aliás, não gosta. Naquela ocasião, não gostava.

O fato é que esta era a posição, quando fiz a conferência. No dia seguinte, um jornalista, na primeira página do *Jornal do Comércio*, falou sobre a conferência. Eu quero mostrar aqui o que ele fez, para vocês verem o que é a imprensa: " O general Muricy falou ao povo de Natal sobre guerra revolucionária(...) Ele declara, entre outras coisas, o seguinte: " A guerra revolucionária que já lavra no Brasil, entretanto, e que se encontra em pleno desenvolvimento, obriga, a partir desse momento, que é o começo da luta armada, ou quando essa situação está iminente, ao estado de sítio."

L.H. - Juntou a advertência com a conclusão.

A.M. - Um pedaço da advertência com um pedaço da conclusão.

O que eu tinha de inimigos nesse meio era uma coisa! Resultado: novo escândalo. Veio a notícia de que eu seria punido por estar falando sobre assuntos de conjuntura e pregando o estado de sítio e não sei-o-quê mais. A imprensa envenenou o Jango. Jango mandou que Krueel me interpelasse, por intermédio do Castelo e eu recebi um ofício, assinado pelo Aragão, dizendo que o general Castelo, comandante do IV Exército, em face das minhas declarações na conferência me repreendia de acordo com a letra tal do artigo tal do Regulamento Disciplinar do Exército, não devendo constar das minhas alterações."

L.H. - Quem assinava isso...

A.M. - O chefe do Estado-Maior, o Aragão.

L.H. - No fundo, era o Castelo que repreendia.

A.M. - Mas só podia ser o Castelo. O chefe do Estado-Maior tem a autorização. Nessa hora eu fiquei indignado.

L.H. - Em termos práticos, o que era a repreensão?

A.M. - É uma das punições. Dentro do Regulamento Disciplinar do Exército existe uma gradação: advertência, que é uma conversa; repreensão, que pode ser oral ou escrita, sendo que a oral pode ser pública ou reservada (a reservada não consta dos assentamentos; a escrita pode contar ou não dos assentamentos); detenção; prisão.

L.H. - A do senhor foi a mais branda.

A.M. - Foi. E só depois fui saber dos detalhes. Mas fiquei bravo com o Castelo e fiz uma representação contra o seu ato. Pedi reconsideração. Ele manteve a repreensão e eu fiquei indignado. Quando, depois, fui a serviço ao Recife, o Alberto Ribeiro Paz, que estava comandando a sétima, foi me buscar no desembarque: "Muricy, Castelo te arrancou na garupa. Você nem imagina." Eu disse: "Eu estou bravo com o Castelo." E ele: "Não, não. O que veio de lá para prender você foi uma coisa. Quando o Amauri perguntou que atitude o Castelo ia tomar, ele respondeu: `Já tomei as medidas disciplinares necessárias`."

L.H. - O Castelo se antecipou...

A.M. - ...abrandando. E disse uma verdade: tomou as medidas disciplinares.

A.C.- O general Castelo era um grande político, muito competente.

A.M. - Era... Então, tirei um negócio que eu tinha escrito no meu depoimento. Está aí, por baixo dos assentamentos. São umas anotações minhas.

Isso tudo fica aí, mas eu quero esclarecer. O Castelo antecipou-se para poder depois contestar. Os jornais diziam: "Porque o general Muricy... foi punido, não foi punido." E eu fiquei tranquilo e o Castelo de boca fechada. O Krueel teve que engolir e o Jango também. Continuei lá em Natal e ninguém mexia em mim.

L.H. - Não se reproduziu o episódio Mamede.

A.C. - Não. O Castelo disse que se responsabilizava por mim e eu fiquei lá. Mas chegou o dia em que o Castelo também passou a incomodar. Sentindo que o problema nacional se agravava e que o Exército iria ser levado a intervir nos problemas políticos, o Castelo começou, nessa ocasião, a elaborar as bases daquelas duas conferências que ele fez às vésperas da Revolução de 64, na Escola de Aperfeiçoamento e na Escola de Estado-Maior, sobre o papel institucional do Exército. Nessas conferências dizia que a Constituição não pode ser uma simples guarda pretoriana etc.

O Castelo começou a estudar o problema e correu as diferentes guarnições de generais, fazendo essa conferência para os oficiais.

L.H. - Isso foi em 1963, lá no IV Exército?

A.M. - Foi. No fim da conferência, havia debates nos quais ele trocava idéias. Assim ia sempre melhorando aquele trabalho, que acabou se cristalizando às vésperas da revolução, em março de 1964.

L.H. - Por outro lado, general, para complicar um pouco mais o quadro, esse seu suposto pedido de um estado de sítio, que a imprensa teria noticiado como tal, acabou se concretizando, porque houve um pedido de estado de sítio logo depois, em outubro. Depois de 6 de maio houve toda essa celeuma em torno da sua punição ou não e em outubro houve realmente uma mensagem pedindo estado de sítio.

A.M. - Mas aí eu já estava no Rio.

A.C. - E a conjuntura já tinha-se agravado muito. Por isso é que sugeri ao senhor que o seu grito foi de alerta. Foi a partir daí que o processo parece ter-se agravado muito.

A.M. - Quando examinarmos o arquivo, as senhoras vão ficar impressionadas com os nomes que assinam os telegramas de desagravo. Era a melhor gente do Exército e políticos de grande prestígio. Então, nessa hora eu senti que o Brasil...

A.C. - Não estava comportando mais...

A.M. - Agora vem um episódio que eu ia esquecendo. Quando eu estava colhendo dados para escrever essa conferência, saiu o livro do Sheerer *Ascensão e queda do III Reich*. E eu comecei a ler e a sentir um paralelismo entre a Alemanha de Weimar, dos fins dos anos 20, começo dos 30, e o Brasil de depois de Jango. Eu estava sentindo que aquele ambiente se preparava e que poderia permitir aparecer um outro Hitler nacional, não para lutas externas, mas para a convulsão interna e a tomada do poder num sentido esquerdizante, mas não digamos comunistas. Eu fiquei muito preocupado.

Há no meu arquivo uma carta que eu fiz ao Golberi, umas das poucas que eu escrevi e das poucas que escaparam, porque eu rasguei muita coisa. Nesta carta, que deve ter sido de janeiro de 1963 eu digo ao Golberi da minha preocupação. Digo que tinha lido Sheerer, que estava sentindo a analogia das duas situações e que a leitura tinha me fortalecido uma decisão já anteriormente tomada: a de lutar com todas as minhas forças contra esse estado de coisas que se aproximava. E perguntava a ele qual era o ambiente aqui no Rio.

Ele me respondeu que aqueles companheiros nossos estavam firmes, mas tudo ainda sem articulação. "Podemos então pensar numa coisa organizada." Ele me disse isso, em janeiro de 1963. Depois os fatos foram crescendo e as coisas se arrumando. O final do ano 1963 e começo de 1964 são de arrumação da casa para enfrentar o temporal que se aproximava, mas aí já noutro sentido.

L.H. - Isso que o senhor está nos dizendo é muito curioso, porque o general Cordeiro disse que só começou a conspirar em janeiro de 1963, com o plebiscito.

A.M. - O plebiscito já levou... O Jair declarou - ele era o comandante do III Exército - que estava preocupado com a situação que via no corpo de tropa, por causa do ambiente político.

E o Ernesto declarou: "Podia ser no Rio Grande, mas no Paraná não era."

A.C. - Esse foi um episódio muito importante. Se não se tomassem medidas de recuperação do poder do presidente, ele não se responsabilizava pela tropa.

A.M. - Foi isso.

A.C. - E o Peri também, nessa mesma época, em São Paulo...

A.M. - O Ernesto comandava interinamente o Paraná. Ele era o comandante da artilharia no Paraná, mas interinamente estava no comando da região.

L.H. - O senhor ainda estava no Nordeste quando se deu o problema da tentativa de intervenção do Jango na Guanabara e em Pernambuco?

A.C. - Isto foi depois, junto com o estado de sítio. Ainda sobre o episódio Brizola, eu me lembro que os jornais noticiaram muito o incidente no aeroporto. Mas o senhor não falou tanto sobre isso, falou mais sobre o conteúdo do discurso.

A.M. - Não houve incidente no aeroporto, pelo menos comigo.

AC. - Pensei que tinha havido um confronto maior.

A.M. - No aeroporto, os jornalistas contaram ao Brizola o meu discurso em Natal. E ele declarou que não sabia, mas que ia embarcar para Brasília e que eu não seria comandante no dia seguinte.

A.C. - Mas quando ele viajou, o senhor ainda não tinha feito o discurso.

A.M. - Quando ele saiu de Natal, na mesma hora que o Lincoln Gordon, cada um foi para um lado, e eu fui para o quartel-general fazer o discurso. No aeroporto de Recife é que ele tomou conhecimento do que eu tinha feito, mas ainda sem saber direito os termos em que eu tinha falado. E ele ainda disse mais: "Vou interpelá-lo judicialmente." Agora estou me lembrando. E eu fiquei esperando a interpelação judicial que não veio.

L.H. - Para interpelar judicialmente, ele teria que vestir a carapuça, porque o senhor não tinha falado o nome dele.

A.M. - Exato. Porque não citei o nome dele é que ele tinha que dizer: fui eu. Então tinha que aceitar tudo mais que estava no discurso.

L.H. - Para qualquer processo de calúnia ou qualquer coisa no gênero, ele teria que vestir a carapuça.

A.M. - Teria que rebater. E aí é que eu digo: Deus me inspirou e eu não toquei no nome dele.

Depois disso ele ficou indignado e várias vezes, no Congresso, me atacou frontalmente. Há cada discurso dele... Houve, inclusive, um que me obrigou, mais tarde, já no Rio, a escrever ao Machado

Lopes, dizendo que estranhava que ele não pusesse os pontos nos i, porque ele sabia que não era verdade o que o Brizola tinha dito.

L.H. - Tudo remontava a 1961?

A.M. - Tudo. O Machado Lopes me escreveu uma carta, muito cordial, confirmando mas não confirmando... Também está no arquivo.

A.C. - Como "confirmando mas não confirmando?"

A.M. - "Realmente houve a reunião em que eu liberei você dos compromissos, mas realmente não havia razão para você achar que poderia vir combater, o Exército estava muito bem(...)" Ele procura justificar a sua posição. Mas nessa carta ele tem que defender a sua posição.

Eu o botei contra a parede. Na minha carta eu fiz um pedido, ele não veio, eu fiz então um segundo pedido e disse: "Se não der uma resposta, vou publicar o que quero."

L.H. - O senhor ainda não leu o livro dele?

A.M. - Estou com medo.

L.H. - Já saiu o livro dele com o depoimento sobre 1961.

A.M. - Eu tenho medo. Mas já me disseram que ele adoça muito, que no meu episódio ele não faz carga. Mas eu vou ler esse livro.

Mas então entrou um período de efervescência e, principalmente, de aglutinação em torno da necessidade de enfrentar a maré montante do comunismo. A conspiração no Nordeste começou a crescer. Nessa ocasião, o Cordeiro passou pelo Nordeste. Junto com o Nelson, ele já estava começando a fazer articulações aqui no Centro-Sul.

Numa das vezes em que eu estava no Recife, ele passou por lá. O Castelo ainda era o comandante do IV Exército. O Cordeiro conversou com o Castelo e comigo. Sobre a conversa com o Castelo, eu não sei, não tive contato. O Castelo era um homem muito fechado. O próprio Cordeiro sabia com quem falava e só avançava o quanto necessário para sentir, mais do que para dizer.

Conspirar é muito difícil. A gente precisa ter um senso de medida muito grande. A gente não pode falar e, ao mesmo tempo, precisa ter sensibilidade muito grande para poder compreender o que não foi dito, o que ficou subentendido.

Então o Cordeiro passou por lá e comentou o episódio...

[FINAL DA FITA 34-B]

A.M. - ... que tinha havido lá em Natal. Isso foi em junho ou julho... Eu vivia para cá e para lá. Estava no Recife. Eu então disse-lhe: "Cordeiro, aqui nós estamos nos preparando. Pode estar certo de que o IV Exército é um todo."

Lá eu tinha contato com todos os comandantes de unidades de Natal e com o Ednardo, lá em João Pessoa. Não tinha com o grupamento, que nesse momento estava comandado por um "general do povo"...um camarada em quem depois eu dei um susto... um general de engenharia, que foi cassado.

Na despedida do Castelo eu convidei esse general, o general Mata, para a cerimônia de entrega de uma lembrança e eu disse que ia dizer umas coisas. Ele não compareceu, com medo do que eu ia dizer. O Castelo ria, depois...

Então, eu já sabia do pensamento de toda a guarnição do Recife, da tropa do Rio Grande do Norte e da tropa da Paraíba. Tinha notícias da situação no Ceará e na Bahia, mas não contatos diretos.

A.C. - Mas pelo que se pode sentir, o senhor foi daqueles primeiros generais que perceberam o inevitável confronto. Nem todos eram assim. O senhor sentia que o Exército estava solidário, numa posição de desconforto, mas poucos eram aqueles que se dispunham a realmente enfrentar de peito aberto esse conflito.

A.M. - Depois eu vou definir isso mas vou dizer-lhes logo: sair da lei é uma das coisas mais difíceis para um militar. Dizer "eu me levanto contra autoridades constituídas" é uma decisão dura, duríssima, tanto que o trabalho todo era feito na base de enfrentar uma situação, não de levantar para derrubar um governo. O que se queria era evitar que o país fosse para o caos. Mas não se fazia um trabalho de "vamos levantar para derrubar."

L.H. - Era uma posição defensiva, não ofensiva.

A.M. - Defensiva, de reação, a favor da democracia no Brasil e contra a marcha que estava crescendo para uma luta ideológica...

L.H. - O senhor mesmo disse que essa conferência que o Castelo fez depois na Escola de Estado-Maior foi extremamente importante porque ele teve muito cuidado em separar a Constituição do presidente da República.

A.C. - É uma conferência legalista; a legalidade não é o presidente.

A.M. - E esse é o drama do chefe militar: é que ele tem que ir contra a lei vigente. Então, muita gente não era ligada aos comunistas, mas não queria ir contra a autoridade do presidente.

A.C. - O que o senhor sempre tem-nos mostrado é isso: o respeito à chefia, o acatamento à ordem, à autoridade etc. é o que inspira esse sentimento militar. Então, sair disso deve ser uma coisa muito dolorosa.

A.M. - E é por isso que nesse conjunto, são importantes os dois pronunciamentos do Castelo e um documento que foi elaborado muito tarde, o LEEEX. Este documento foi elaborado pelo Cintra, com a minha cooperação. O Cordeiro levou o documento para o Castelo, que cortou umas coisas e devolveu-o ao Cordeiro, que, por sua vez, me entregou. Quem bateu à máquina fui eu, num estêncil, que me foi emprestada pelo Bentinho Dantas, da Cruzeiro. Eu fui à casa do Bento e bati o documento à máquina.

L.H. - Toda a preocupação, então, era distinguir entre a legalidade e as pessoas.

A.C. - O trabalho intelectual do general Castelo Branco é da maior importância, porque ele permitiu àquele grupo que estava insatisfeito com a situação legitimar a ...

A.M. - Depois eu vou chegar lá. Porque quando chega o fim de dezembro, há uma mudança de atitude. O ano de 1963 é de trabalho para enfrentar uma maré montante. Havia necessidade de coesão e, principalmente, de discernimento, para entender o quadro que estava ali na frente.

O Cordeiro, como eu disse, começou a trabalhar e passou pelo Nordeste. A conversa com o Cordeiro foi a um certo ponto e eu disse a ele: "Aqui o ambiente é bom, é unido. Ninguém tem dúvida de que o IV Exército se levanta contra esse estado de coisas. Não há ambiente para fazer... Agora, a união é perfeita, sobre isso pode ir tranquilo." Depois não tive mais contato com o Cordeiro, porque também há outra coisa numa conspiração: a gente tem um contato, tem certeza e depois sabe o que está ocorrendo lá.

L.H. - Ele forneceu ao senhor alguns dados da situação no resto do país?

A.M. - Não. Conversamos sobre a situação brasileira. Ele conhecia, mas eu também conhecia. De vez em quando eu ia ao Sul; de vez em quando vinham elementos de outros estados. Por exemplos, o general Faustino e o general Sarmiento de vez em quando passavam pelo Recife. Eles eram pombos-correio, traziam e levavam informações. Havia um grupo de militares da reserva que vivia viajando por esse Brasil, levando e trazendo informações. Mas nada era escrito.

Este é o episódio da passagem do Cordeiro pelo Recife. Não se entrou em detalhes, mesmo porque não havia ainda nada positivo. Havia mais uma formação de consciências, mais nada. E eu ainda esclareci o Cordeiro de que lá o ambiente estava muito fácil.

Nesse ambiente é que se deu a transferência do Castelo para o Estado-Maior do Exército. Num dia de agosto eu estava no Recife comandando a região, quando fui ao IV Exército e o Castelo me disse: "Leia isto." Era um telegrama do Jair... que já era o ministro, informando que o Castelo seria nomeado chefe do Estado-Maior do Exército e que para o IV Exército iria o Joaquim Justino Alves Bastos. Castelo perguntou: "O que você interpreta, Muricy?" E eu disse: "Castelo, para ser honesto, eu acho que o Estado-Maior é o lugar para você. A sua formação e a sua vida indicam que você é o chefe de Estado-Maior que o Brasil precisa, que o Exército brasileiro precisa. Agora, o momento, eu acho também que é para aproveitar a fome e juntar com a vontade de comer. Tirem você daqui..." E eu acredito que as duas coisas estão funcionando. Agora, como amigo, como subordinado, acho que você deve aceitar, porque esse é o seu lugar no Exército. Para vir para cá, sempre haverá companheiros para a luta, para manter a disciplina, a ordem, a instrução. Na chefia do Estado-Maior não será fácil." Aí o Castelo disse: "Eu vou aceitar, vou responder ao Jair que pode lavrar o decreto."

A.C. - Nesse caso o seu lado militar teve prioridade sobre o raciocínio político.

A.M. - O IV Exército já estava muito bem, muito unido. E houve um episódio comigo que mostrou isso.

Nessa mesma ocasião, eu fui para casa e disse para a minha mulher: "Prepare-se para ir embora." E ela: "por quê?" Eu disse: "Porque o Castelo vai embora. No dia em que o Castelo sair daqui eles...para o inferno. Então, você se prepare para ir para qualquer lugar."

A.C. - O papel do comandante - nesse caso, do IV Exército - era decisivo. Tirar o senhor. com o Castelo lá, era possível?

L.H. - Mas não foi.

A.M. - Era possível. Mas o Castelo tinha-me garantido duas vezes e eles não queriam enfrentar o Castelo. No dia seguinte fui ao Castelo e disse: "Estive pensando sobre aquele telegrama. Eu também vou sair. Você saindo, ninguém me segura aqui. Agora, uma coisa eu digo: se não me derem uma comissão que eu aceite, você vai me prender." Ele olhou e disse: "Por quê?" E eu: " Porque eu vou fazer um boletim de despedida que vai ser uma bomba!" Ele disse: "Olha, Muricy..." O Castelo só disse isso. Ele era muito cuidadoso no que dizia. Não disse mais nada.

Então o Castelo começou a se preparar para passar o comando. Dias depois recebi um telegrama do Jair. Dizia que eu já estava com a minha arregimentação de general-de-brigada completa. Então, me convidava para ir para a subdiretoria da reserva. Era uma subdiretoria que cuidava dos papéis do pessoal que estava na reserva. Eu ia comandar papel...

A.C. - E ainda como subdiretor...

A.M. - Exato. Era uma estrutura em que havia um diretor de serviço e duas subdiretorias. O diretor era o Levi Cardoso, que já tinha servido comigo no gabinete do Canrobert. E havia duas subdiretorias: uma de recrutamento, onde estava o Ulhoa Cintra, que estava arquivado, a outra onde me puseram, para ficar arquivado também.

A.C. - A subdiretora normalmente é cargo ocupado por general-de-brigada?

A.M. - Isso aí foi outra coisa. Eu recebi o negócio e disse: "Mas ir para uma subdiretoria... eu não vou aceitar."

A.C. - Era um setor do departamento de pessoal?

A.M. - Era um setor do serviço militar do Exército. Eu comecei a pensar, a pensar... E disse para o Castelo: "Acho que você vai me prender... Eu não sou homem para ir comandar papel."

Mas depois de pensar, eu disse: é uma função de general-de-brigada. Eu estou com uma porção de companheiros que também estão arquivados: o Orlando na diretoria de material de engenharia; o Garcia na diretoria de remonta e veterinária...

A.C. - O Golberi já tinha ido para a reserva.

A.M. - O Golberi tinha ido para a reserva e estava trabalhando no IPE^{AS}, cuja organização tinha começado há uns meses atrás. O Ernesto estava no Paraná, mas já sabíamos que ele viria para o Rio, para uma das direções do departamento de administração e serviços ou coisa que o valha.

L.H. - Todo mundo na burocracia.

A.M. - Todo muno. Eu bolei e decidi: "Não. É uma função e eu vou aceitar." Cheguei para o Castelo e disse: "Você não vai me prender, eu vou aceitar." Ele disse: "Faz bem." E eu disse: "Agora, Castelo, eu vou me preparar para fazer a sua despedida." Ele disse: "Eu não vou esperar o Justino. Eu vou me

preparar para embarcar e passo o comando a você, que é o mais antigo. E você entrega o comando ao Justino." Eu disse: "Não tem problema nenhum."

Então, comecei a preparar a despedida do Castelo, uma despedida seca, muito militar. No discurso de despedida, fiz uma análise da vida militar do Castelo e mostrei que tudo o levava à função de chefia de Estado-Maior; que na vida ele tinha subido, degrau por degrau, o caminho que levava à chefia do Estado-Maior.

Lá se foi o Castelo embora e eu fiquei esperando que o Justino chegasse, para também seguir para o Sul.

L.H. - Eu queria fazer uma pergunta a respeito dessa substituição do general Castelo. Parece que nesse momento houve uma visita do San Tiago Dantas a Recife, para uma conferência que ele deveria fazer. Supostamente deveria ser uma conferência, mas parece que ele ia conversar com o governador Arrais, que estava um pouco inquieto com notícias de intervenção, enfim, de hostilidade do Jango contra ele. E parece que o general Castelo teria considerado a sua transferência para a chefia do Estado-Maior como uma espécie de dupla punição: no sentido que o tiravam do comando da tropa e o substituíam pelo Justino, porque havia um problema entre o Castelo e o Justino.

A.M. - Ele sentiu a ida para o Estado-Maior. Ele sentiu que estavam querendo tirá-lo do comando da tropa. Mas eu mesmo fiz questão de ajudá-lo a sair, porque achava que aqui no Rio, apesar de não estar em comando, ele teria uma atuação que lá no Recife não poderia ter.

A.C. - O Rio era o centro.

A.C. - E depois a tropa no Nordeste estava absolutamente preparada para enfrentar o que acontecesse. Quanto à substituição pelo Justino, eles nunca se entenderam. Principalmente, o Justino tinha uma vida particular muito complexa, que tinha criado problemas anteriores que levaram a não se ter muita confiança na sua posição. Então, havia um ambiente de desconfiança quanto à posição que o Justino tomaria no IV Exército, quando lá chegasse.

Essa preocupação era do Castelo e de todos os oficiais do IV Exército, entre os quais eu ainda me encontrava, porque não tinha passado o comando.

L.H. - Mas os dois estavam brigados?

A.M. - Cordialmente, se falavam. Ou melhor: oficialmente, se falavam.

A.C. - Mas se pudessem não se falar era melhor, porque o general Castelo saiu antes exatamente por isso.

A.M. - Exatamente. Pediu para eu passar o comando. E ao mesmo tempo - o Castelo foi muito grande - ele procurou não transferir à sua oficialidade qualquer dúvida a respeito do Justino, embora pessoalmente eu soubesse dos problemas e tivesse conversado com ele sobre certos aspectos. Principalmente, nós não tínhamos confiança na posição que o Justino tomaria perante uma maré montante de comunismo... e de Arrais... e mais o Jair lá no Rio, Jango... Havia uma desconfiança brutal.

L.H. - Mas por quê? O general Justino era hesitante?

A.M. - Nós, no Exército, nos conhecemos desde meninos. Vamos nos encontrando, reencontrando e tomando conhecimento. O Justino havia tido certas... Por exemplo, na revolução de 32, ele esteve em São Paulo, combateu na frente sul, etc. Mas não era um homem... Eu digo: um homem que tem uma vida particular muito complexa é um homem em quem ninguém acredita. Há situações que um homem não pode - não deve, pelo menos - suportar, assim, displicentemente. Mas ele suportava.

Então, era um chefe ao qual todo mundo reconhecia a capacidade de ação e a inteligência. Mas confiabilidade é outra coisa.

A.C. - Quer dizer, o senhor acha que nessa composição do perfil do chefe, no Exército, a vida pessoal é um fator muito importante?

A.M. - Pode procurar a vida particular dos grandes chefes do Exército.

A.C. - Napoleão Bonaparte?

A.M. - Os grandes chefes do Exército. Mas Napoleão era um gênio. Não vamos raciocinar com gênios. Vamos raciocinar com gente.

Mas o problema do Justino causou uma expectativa. O Castelo veio para o Rio e eu fiquei lá no Recife, aguardando. Nesse período, assumi o Comando do IV Exército, quando veio o Justino.

Levei-o para a casa do Comandante do IV Exército onde tive uma primeira conversa com ele. Eu sabia da preocupação da minha oficialidade e entrei direto no assunto - o panorama nacional, a atitude que teríamos que tomar em breve - e com grande satisfação senti uma posição firme, contrariando a expectativa. Logo que pude saí e fui procurar os companheiros. Eu disse: "Houve isso e vocês estejam contentes. Eu saio daqui, mas tenho certeza de que o general Justino vai tomar uma posição firme."

Ele tinha acabado de chegar, nem sei se já tinha assumido o comando do IV Exército, e nesse período houve aquele episódio dos sargentos lá em Brasília, em que eles ocuparam vários blocos e atacaram. O Jair teve uma atitude muito firme.

A notícia chegou lá no Recife e eu imediatamente corri aos comandantes de unidade. Era gente ligada a mim, ao Estado-Maior. Não se sabia mesmo o que estava acontecendo em Brasília. Mandamos botar em prontidão toda a tropa do Exército e, ao mesmo tempo, tomamos as medidas necessárias, inclusive, se fosse o caso, de uma ação contra o governo do estado. Mas depois as coisas foram se esclarecendo e nós vimos que não haveria necessidade de tomar medida nenhuma. A prontidão emainou, veio a notícia de que a situação dos sargentos tinha sido resolvida e que o ministro da Guerra tinha tomado uma posição firme. O Jair teve um crédito numa porção de aspectos. Ele estava numa situação política difícil dentro do Exército, mas a atitude que ele tomou contra os sargentos em Brasília deu-lhe novamente um respaldo militar muito interessante. O Justino se manteve também firme.

Então o ambiente se acalmou. Eu estava me preparando para embarcar e, naturalmente, antes fui conversar com os oficiais. Em Natal, João Pessoa e no Recife também, já tinha conversado com vários companheiros, todos prontos para qualquer ação. Houve, então, nas vésperas do meu embarque para o Rio, uma conversa com João Dutra de Castilho, que comandava o 14º RI e que depois foi um dos dois oficiais que entrou no palácio para prender o Arrais. Minha conversa se encerrou da seguinte maneira: "Bom, Muricy, então você já sabe: quando chegar a hora, se você não tiver como entrar na luta no Rio, venha para cá que a gente até começa lá em Socorro o movimento." Eu disse: "E virei mesmo, se for necessário, porque aqui eu levanto essa guarnição, levanto o Nordeste." E ele: "Não tenha dúvida,

Muricy. Com você aqui, nós vamos para onde você quiser levar." Essa foi a minha conversa com o Castilho, na véspera de eu vir para o Rio.

A.C. - Sobre isso eu queria fazer uma pergunta ao senhor. O senhor disse que o Exército estava todo unido, mas não havia a possibilidade de, manipulando as transferências etc., esvaziar essa chefia?

A.M. - Sempre há aqueles oficiais que são líderes e há os que não são líderes, como em qualquer atividade. Já é uma tradição que os comandos de tropa são dados a oficiais que já estão se preparando para o generalato. São oficiais que já têm uma tradição anterior, nos cursos, nos comandos, nas outras atividades da vida militar, de maneira que há uma seleção natural no comando. Se eu puser numa tropa um comando fraco, esse comandante não comanda. A tropa foge debaixo. Ou a gente é líder e comanda ou não é líder e é comandado é carregado.

Então podiam substituir - e houve substituições -, mas a tropa estava coesa. Era de cima a baixo. O trabalho de preparação foi em profundidade. Incluía a ação junto aos sargentos. Então, eram o sargento, o tenente, o capitão, o major, o tenente-coronel, o coronel, o general: tudo isso formava um bloco muito unido. E depois, aquele ambiente de agitação imensa no Nordeste fazia com que permanentemente houvesse aquele espírito de enfrentar o choque.

A.C. - O senhor observava mais no nível dos tenentes ou no dos comandos de unidade?

A.M. - Eu não tinha contato com os tenentes, a não ser esporadicamente. O meu contato era com os comandantes dos quais eu não tinha nenhuma dúvida. Quando veio o movimento, todos os comandantes vieram. O único comando que nós sabíamos que não viria seria o do Grupamento de Engenharia de Construção. O General Mata foi ultrapassado. Não era chefe desapareceu no mesmo dia.

A.C. - De fato, os grandes chefes são poucos. O senhor mostrou muito bem como, independentemente das posições políticas etc., há um critério de julgamento militar. Quando o senhor se refere a essa unidade, talvez esteja insistindo mais nisso, ou seja, em que esses chefes que detinham de fato o poder das unidades estavam numa posição de firmeza.

A.M. - Lá no Nordeste praticamente todos tinham o mesmo ponto de vista. E nos estados-maiores do IV Exército havia a mesma coisa. Eu estou dizendo: em todo o Nordeste, que eu saiba, uns cinco ou seis militares ficaram alijados da revolução.

A.C. - Isso foi em 1963?

A.M. - Em 1963 já era esse ambiente. Em 1964, mudou pouco. Naturalmente alguns entraram, outros saíram, mas o ambiente continuou o mesmo.

A.C. - As cartas já estavam todas marcadas em meados de 1963?

A.M. - Já... Quando eu saí do Recife, em setembro de 1963, todas as cartas já estavam em cima da mesa. A guarnição do Nordeste se levantaria em defesa da democracia e contra a maré esquerdista, tão logo chegasse o momento. Era este o espírito.

A.C. - Nesse caso, a posição da oficialidade mais jovem era secundária?

A.M. - Nem há dúvida, mesmo porque ela acompanhava. Sabe que o jovem, quando tem um bom chefe, se guia por ele. O chefe tem outra experiência, outra vivência, sabe melhor. O tenente e o capitão estão muito preocupados com os problemas da tropa. Já o chefe vai se despregando e vendo os problemas da guarnição, do estado, do Brasil. E à medida que ele vai fazendo cursos, vai alargando sua experiência. É natural que isso ocorra.

L.H. - Num certo sentido, foi bastante diferente de 1930.

A.M. - Muito. É o que eu digo: tudo vai...

[FINAL DA FITA 35-A]

A.M. - ... da gente aprender. Em 1930 houve uma completa subversão da disciplina. Foi uma revolução dos tenentes. Agora, sentíamos que a disciplina era fundamental. Então, o que se procurava era manter a estrutura total das forças armadas.

L.H. - Inclusive, os mesmos tenentes de 1930 agora eram generais.

A.C. - Por outro lado havia também o próprio móvel do movimento, que era recuperar a hierarquia.

A.M. - Enquanto em 1930 havia um movimento político, agora preparava-se uma ação antiideológica, digamos assim.

A.C. - Era uma revolução preventiva.

A.M. - Ah... preventiva. Então, eu saí do...

A.C. - Enquanto há esse processo de coesão da chefia, do lado do governo há o contrário, um processo de erosão da chefia, porque os ministros que vão se sucedendo são, talvez, menos representativos.

A.M. - Em primeiro lugar, vai-se compreender também os problemas... A minha conversa com o Jair, quando cheguei ao Rio, talvez explique um pouco o que a senhora está dizendo. O Jair, como eu disse, teve uma atitude muito firme no problema dos sargentos em Brasília. Mas, em compensação, ligado a Jango, que era ligado àquele movimento de esquerda, o Jair foi obrigado a fazer umas tantas promoções políticas de chefes que o Exército não aceitava. Eu gostava muito do Jair, ele tinha qualidades... tomou uma posição... Então, quando eu cheguei ao Rio, fui me apresentar ao Jair e disse: "Quero lhe dar um abraço de congratulações pela sua posição na crise dos sargentos lá em Brasília. Mas quero lhe dar meus pêsames pela promoção que você fez de vários generais, inclusive do Nairo Vilanova Madeira. "Esse apareceu depois em Minas, com o problema do Guedes. E continuei: "O Nairo foi meu aluno. Ele não ia nem a cabo-de-esquadra, foi promovido a general!" Aí o Jair disse: "Não, mas as injunções políticas..."

Tivemos uma conversa. Mas isso mostra o envolvimento de um homem que tinha qualidades, como o Jair, e que de repente... o lado político sobreleva. Ele tinha o desejo de ser ministro. A vaidade do

homem... Eu digo sempre: vaidade e ciúme de homem é pior que vaidade e ciúme de mulher. Vaidade de homem é uma coisa!

A.C. - É uma vaidade em coisas mais graves?

A.M. - E! Porque a mulher está pensando num bom vestido...

A.C. - É uma vaidade supérflua?

A.M. - Mas o homem quando tem vaidade...

L.H. - É egocêntrico, não é?

A.M. - Ah... Então eu tenho muito medo de vaidade de homem.

L.H. - O senhor foi recebido aqui no aeroporto por duas pessoas muito importantes. Como foi essa história?

A.M. - Bom, aí é outra coisa. Eu saí do Recife com uma posição tomada, já com contatos no Rio, tendo de vez em quando um pombo-correio que vinha e que levava... Quando cheguei no aeroporto já estavam à minha espera o Cintra e o Caracas Linhares. O Cintra me puxou para um lado e disse: "Muricy, eu quero falar com você. Você me conhece desde menino. Eu sempre fui pela legalidade. Eu sempre lutei, com honestidade, a favor do governo. Mas agora nós temos que reagir. E eu, pela primeira vez na minha vida estou conspirando. Então vim convidar você para entrar na conspiração em que estou junto com o Cordeiro e o Nelson." Eu disse: "Agradeço o seu convite. Eu também já estou nela." Essa foi a minha resposta.

L.H. - E o Linhares?

A.M. - Estava ali também. Também já estava. O Linhares era subordinado ao Cintra, na diretoria. O Cintra era general de brigada e o Linhares era tenente-coronel, na diretoria de recrutamento. Eu ia ficar na outra diretoria, de reserva.

L.H. - O Linhares era muito ligado ao Lacerda, não era?

A.M. - Muito. E era quem fazia nossas ligações com o Lacerda.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.M. - Mas então,...

A.C. - O senhor foi recebido pelo Ulhoa Cintra e isso teve um sentido muito grande, porque o senhor ficou ligado a ele dali para frente.

A.M. - Dali em diante, eu e ele passamos a conspirar juntos. Além do mais, ficávamos no quarto andar, nos fundos do quartel-general, um de cada lado. No meio, ficava o Levi Cardoso, que era o nosso chefe. A ala dos fundos do quartel-general, é um edifício antigo. Então, vivíamos nos encontrando e combinando o que fazer.

A.C. - E o general Cordeiro?

A.M. - Começamos a ter contatos freqüentes com o Cordeiro e o Ademar. O Ademar estava ainda na diretoria da artilharia de costa, que logo em seguida largou, indo para a reserva.

Tínhamos contato com o Castelo, no Estado-Maior do Exército, e com o Costa e Silva, no departamento de produção e obras.

Tínhamos contato - eu mais - com o Orlando, na diretoria de material de engenharia. Mais tarde, quando o Ernesto veio do Sul para o departamento de administração, pela facilidade, também passei a ter ligação com ele e, ao mesmo tempo, com o Golberi no IPE^{AS}. Não havia intimidade entre o Castelo, o Costa e Silva e o Golberi. Inclusive havia uma certa prevenção, que depois se agravou, contra o Golberi. Todo homem muito inteligente tem sempre muitos inimigos. A inteligência gera inveja. E a inveja é uma coisa tremenda. Então, eu fazia a ligação com o Golberi e com o IPE^{AS}.

L.H. - Quer dizer que havia uma certa resistência do Castelo ao Golberi?

A.M. - Não... não havia aproximação. Não havia contato. O Golberi era conhecido do Castelo, mas eles nunca tinham trabalhado juntos.

A.C. - Quer dizer que o general Golberi não tinha a mesma intimidade que o senhor Castelo.

A.M. - Eu tinha toda intimidade!

L.H. - E o fato do Golberi já estar na reserva há um certo tempo fazia com que ele tivesse perdido um pouco o contato.

A.M. - Além disso, na vida militar eles nunca tinham tido contato. A vida militar não os tinha aproximado.

Eu fazia a aproximação - mais formal - também com o Aragão. Ele tinha todo o acesso ao Castelo tinha sido seu chefe de estado-maior e, além disso, era meu contraparente. Eu tinha contato também.

O José Horácio Garcia de Souza tinha contato na diretoria da remonta. Ele tinha contato permanente com o Costa e Silva, de quem era muito amigo. Depois ele foi nosso embaixador lá na Guiana.

L.H. - O Garcia de Souza?

A.M. - De Souza, não: Cunha Garcia. Então, esses eram os meus contatos permanentes no Rio de Janeiro. Agora, pelo fato de ser enteado do Dutra, o Cintra tinha, nas amizades do Dutra, uma porção de elementos civis com os quais ele e eu também conspirávamos. Então, conspirarei muito com o Armando Falcão, com um magrinho, moreno, que era líder do Dutra na Câmara... Não me recordo do nome. Além disso, havia aquela agitação no Congresso e aí é que se começa a falar em guerra revolucionária lá.

Então, o Bilac - que eu não conhecia - foi levado a minha casa e eu conversei com ele, porque tinham-lhe dito: "O Muricy é entendido em guerra revolucionária." Por causa daquela conferência, ganhei fama de ser um entendido em guerra revolucionária.

A.C. - Isso também devia dar ao senhor um grande acesso ao IPE^S, que estava organizando tudo isso.

A.M. - Mas eu ia ao Golberi todo dia.

A.C. - O senhor devia ser uma pessoa privilegiada no IPE^S, porque fazia parte daquele grupo da Escola Superior de Guerra...

A.M. - No IPE^S, além do Golberi, eu tinha muito contato com o Garrido Torres, que era companheiro da Escola Superior de Guerra, com o Glaicon e com o Tubino, que foi para o lugar do Golberi, quando o Golberi saiu do IPE^S. Havia o que aparecia muito, o coronel Leitão, que depois foi trabalhar no SNI, na polícia ou no serviço de segurança. Havia aquele pessoal ligado ao Golberi na secretaria do conselho. O Heitor Herrera era capitão. Depois houve outro problema interessante com o Heitor, quando me aproximei dele. Fui conhecê-lo nessa ocasião, lá no IPE^S.

O Adauto Lúcio Cardoso foi lá em casa várias vezes para eu dar aula, porque ele também entrou na discussão de guerra revolucionária. Eu lhe dei documentação sobre guerra revolucionária e conversei muito. Quando havia um "bafa" no Congresso eles todos corriam lá para casa para se esclarecerem. Eu era considerado teórico dessa...

A.C. - O senhor fez algum debate no IPE^S sobre isso?

A.M. - Não. Eu ficava no meu canto. Numa conspiração, cada um está num setorzinho pequenininho.

A.C. - Cada um trata do seu assunto.

A.M. - E'. Nessa ocasião, também ia muito lá em casa o Bento Ribeiro, que já era meu conhecido da Cruzeiro, onde ele trabalhou com o meu irmão, quando houve a nacionalização da empresa.

O Madureira de Pinho, que era meu amigo, entrou novamente em contato comigo para a conspiração, atuando no meio empresarial. Comecei, então, a influir em vários outros setores, agora trabalhando sempre com o Cintra. Trabalhei com ele até 1964.

A.C. - São almas gêmeas na conspiração.

A.M. - Claro! Estávamos juntos quase todo dia.

Na próxima reunião, vou falar do problema no Rio de Janeiro, como eu o encontrei e o que aconteceu antes da Revolução de 64.

A.C. - O Costa e Silva estava na conspiração nesse momento?

A.M. - Sim. Quando cheguei ao Rio ele já estava. O Cintra - engraçado - tinha muito contato tanto com Costa e Silva quanto com o Castelo. Eu também tinha muita amizade tanto com um quanto com outro. Com o Costa e Silva, o Cintra era mais afoito. Ele tinha um caderno que era uma coisa... Tudo que

aconteciam ele escrevia nesse caderno preto, que está com a filha dele. Eu preciso arranjar esse caderno. Esse caderno, sim: tem anotações, dia a dia, do que acontecia, dos encontros, das pessoas que estavam comprometidas, das que não estavam. Eu dizia: "Cintra, pelo amor de Deus não escreva! Nós vamos para a cadeia e no mesmo dia acaba a conspiração! Todo mundo está aí nesse caderno preto!"

Esse caderno ficou com a Rita, que depois entregou à filha. Está com a filha dele. Há pouco tempo estive com ela, pedi a ela uma cópia, que ela ficou de me mandar mas não mandou.

Então, quando cheguei ao Rio de Janeiro, fiz contato com toda a cúpula de organização e centralização que se tornou o comando revolucionário.

A.C. - O grupo revolucionário está todo na burocracia militar, o que significa que as coisas são mais fáceis.

A.M. - Muito...

14ª. Entrevista: 02.04.1981

L.H. - General Muricy, nos livros de história antiga, geralmente quando se começa a descrever uma civilização, começa-se pelo aspecto geral e o clima. Então, eu queria que o senhor explicasse o aspecto geral e o clima no Rio de Janeiro, quando chegou aqui em 1963.

A.M. - Quando cheguei em 1963, já encontrei uma conspiração. Aliás, não era novidade, porque confirmava aquilo de que eu já tinha tido notícia no Nordeste: havia em toda parte um núcleo de reação. O ambiente brasileiro preocupava intensamente, não só aos militares mas também aos civis, porque todo mundo sentia o desgoverno crescente e a agitação que dominava todos os meios. As greves paralisavam o Brasil. Houve meses com greves todos os dias. Havia as medidas de empecilho tomadas pelo governo e os discursos na Câmara eram de uma violência imensa. O Brizola mesmo, depois daquela agressão que me fez em Natal, mais tarde ele quis agir pela justiça e verificou que não podia. Ficou com uma raiva! Fez dois ou três discursos violentíssimos contra mim. Alguns deputados apoiaram, outros defenderam... numa celeuma enorme. De vez em quando lá vinha um outro fato. Aquele clima de desassossego estava a cada mês mais intenso.

Os núcleos de resistência existiam. Quando saí do Nordeste, os militares estavam muito unidos e junto a um grupo de civis também muito unido.

L.H. - E o Justino, contrariando aquelas expectativas mais negativas, estava mais firme do que se pensava.

A.M. - Muito firme. E foi firme até o fim.

L.H. - Vamos então pegar os exércitos: vocês tinham notícia do III Exército?

A.M. - Isso agora é o que eu vou lhe dar. Como eu disse, cada um atuava dentro de uma área. Eu vim para o Rio e me entrosei dentro do grupo onde, na parte... Aqui no Rio havia ações nos meios militar e civil.

A ação no meio militar era feita principalmente através do Ademar. E no meio civil, através do Cordeiro. Pelos fatos de ter sido interventor, ter sido afastado e não estar em função, o Cordeiro não tinha acesso direto a certos comandos, o que não acontecia com o Ademar que já era um velho conspirador dos outros tempos. Então, aquela sua turma antiga de conspiração cerrou em torno dele e o Ademar e o Cordeiro viviam juntos.

L.H. - A turma antiga é aquela do tempo do governo Juscelino?

A.M. - Exato. Toda aquela gente do tempo do Juscelino. Ao mesmo tempo, a cúpula militar também se uniu, principalmente em torno de dois homens: o Castelo, muito fechado, e o Costa e Silva, cada qual atuando a seu modo. O Castelo não dava a menor demonstração pública e era muito fechado. Às vezes ficávamos irritados e queríamos atíçar mais o Castelo, mas o Ademar nos segurava: "O Castelo agora não tem mais dona Argentina para segurar. Não vão lá, deixem comigo." E o Ademar ia segurando, porque o Castelo era muito explosivo.

L.H. - Quer dizer que o Castelo teve atividade conspiratória propriamente...

A.M. - Só no final é que ele entrou ostensivamente na conspiração. Nós trabalhávamos com ele. Com aqueles mais íntimos, ele se referia ao ambiente e às suas preocupações e mostrava aqueles seus documentos, mas sempre de uma maneira absolutamente discreta. Para fora, ele não existia. Era muito cuidadoso.

O Costa e Silva era mais extrovertido. E aí surgiu uma coisa interessante: começaram a se formar naturalmente, dentro da faixa militar, o grupo que ficou cercado o Castelo e o que ficou em volta do Costa e Silva.

L.H. - E quem compunha esses dois grupos?

A.M. - Os que estavam em torno do Castelo eram, de um lado, *hors-concours*, o Cordeiro e o Ademar, que foram para mim os dois maiores articuladores da Revolução de 64, e depois os chefes militares de maior prestígio - como o Mamede... Não havia muita afinidade do Orlando com o Castelo, já tinham tido um pega na escola. Então, era eu quem fazia a ligação. Quase diariamente, eu passava pelo gabinete do Orlando, tomava um café, conversava e tinha informações da área paulista. O Orlando tinha ligações não só aqui como também com a área de São Paulo, através do Ivanhoé Gonçalves Martins e do Agostinho Cortes, que estavam muito ligados ao Cordeiro e ao Ademar.

Ao mesmo tempo, o Nelson ia e voltava, de maneira que o pombo correio, o homem que vivia para cá e para lá era o Ivanhoé. Quando o Ademar começou a querer armar São Paulo, o Ivanhoé que foi encarregado de conseguir armas, o que ele conseguiu realmente... Eu não me lembro... Então, era através do Ivanhoé que se faziam as ligações e, mais por cima, por meio do Cordeiro, que estava em todas as áreas.

L.H. - Onde estava o Mamede?

A.M. - Na Escola de Estado-Maior. Era ligado ao Castelo. Depois, ele foi trabalhar no estado-maiorzinho que foi constituído. O Mamede era comandante da Escola de Estado-Maior e fazia a ligação com esse grupo.

Ainda havia alguns outros generais. O Aragão procurava muito o Castelo, tinha sido chefe de estado-maior lá no Recife. Havia o Décio, muito amigo do Castelo e do Costa e Silva. Tinham sido companheiros do Colégio Militar e da Escola Militar; eram todos muito chegados. O Décio esteve um ano depois, no Colégio Militar.

L.H. - E o Malan?

A.M. - O Malan estava ligado ao Castelo e, à última hora, foi enviado pelo Castelo ao Rio Grande do Sul.

A.C. - Este "estar ligado ao Castelo" talvez mereça algum esclarecimento, porque, na realidade, o general Castelo não estava diretamente...

A.M. - Eles iam constantemente ao Estado-Maior para conversar, trocar opiniões, porque no Estado-Maior não se conspirava.

A.C. - Essas pessoas sabiam que a revolução precisava delas.

A.M. - E'. E então se aproximavam, mas não havia um espírito conspiratório no Estado-Maior, com o Castelo. O Castelo só apareceu no final.

Agora, na casa do Castelo, a coisa começou a tomar vulto, pouco depois, no começo de janeiro.

A.C. - E o Nelson de Melo?

A.M. - O Nelson de Melo estava ligado ao Cordeiro e, naquele momento, eu acho que estava sem função. Ele estava muito mais em São Paulo do que no Rio, tanto que no final quando se ficou em dúvida a respeito da posição do Amauri Krueel, foi prevista a possibilidade do Nelson de Melo assumir o comando do II Exército, com um estado-maior de revolução, que já estava todo preparado.

A.C. - Isso tem uma lógica muito grande, porque o Nelson de Melo tinha sido comandante do II Exército. Então, conhecia bem as pessoas.

A.M. - E tinha tido uma atitude muito firme. Inclusive, quando aquele louco o atacou, na porta do quartel-general, ele avançou, pegou... A coragem física cria..

L.H. - Ajuda a criar liderança.

A.M. - Sempre há pessoas que ficam admirando. O Nelson era muito benquisto. Tinha sido da Casa Militar do Juscelino e sempre teve uma atitude muito tranqüila. O Nelson passou por cargos muitos difíceis, com muita tranqüilidade. Não criou nunca problemas para os companheiros, de maneira que era, e é, muito benquisto. Esse era o grupo do Castelo.

O grupo do Costa e Silva era principalmente o Sizeno, o Garcia, o Portela e outros. E no meio de tudo isso, dois livre-atiradores: eu e o Cintra, que estávamos num lado e no outro, ajudando de todo jeito. Nós dois tínhamos toda liberdade com o Castelo e com o Costa e Silva.

L.H. - A atitude do Costa e Silva era parecida com a do Castelo?

A.M. - Também muito discreto e procurava não criar... Mas estava muito preocupado com o problema de função.

No fim de 1963, quando a situação começou a ficar cada vez pior, sentimos que o momento da decisão estava se aproximando e que havia necessidade de aproximar o governo do estado do Amauri Kruel. Isso nos preocupava muito. O Costa e Silva e o Castelo se reuniam quase todas as tardes, ou no gabinete de um ou no do outro. E nessa ocasião, nós vivíamos em cima: "É preciso agora cuidar do Ademar de Barros." Inclusive o Cordeiro estava muito preocupado com esse problema, porque o Kruel não podia ficar separado do Ademar, porque São Paulo ia entrar na ação dentro de pouco tempo.

Então, nisso aí entrou o Costa e Silva, porque o Castelo estava brigado e o Cordeiro também não tinha grandes relações com o Amauri.

L.H. - Por que, general?

A.M. - Não sei. A briga do Castelo vem da guerra. A do Cordeiro, talvez seja porque ele tenha ficado ao lado do Castelo. O Cordeiro e o Castelo sempre formaram um par muito unido, desde a guerra. Anteriormente eles de davam, mas não acredito que se tivessem juntado tanto quanto na guerra. Eu tenho a impressão, não sei pormenores, de que todo esse mal-estar entre o Cordeiro e o Amauri provinha do apoio que o Cordeiro deu na luta do Castelo.

L.H. - Já que estamos falando em Kruel, onde estava o Riograndino?

A.M. - Estava na reserva. Era colega de turma, ou um pouco mais antigo, do Costa e Silva. É muito firme, um homem de um equilíbrio extraordinário. Mais tarde ele aparece comigo lá no Laranjeiras, quando fui dizer ao Costa e Silva que ele tinha que ser substituído. Ele me ajudou muito. O Riograndino é um homem de grandes virtudes, sempre interessado em conciliar. Não se projetou como chefe militar, não foi general da ativa; então, não tinha prestígio na área militar, era até pouco conhecido dos militares. Mas ele era muito estimado por aquele pessoal mais antigo e tinha um trânsito muito fácil nesse grupo.

L.H. - Ele ajudou nessa recomposição entre o Castelo e o Amauri?

A.M. - Muito. Ele foi o pivô, depois, no problema do Amauri e do Castelo.

A.C. - E o Costa e Silva teve um papel importante.

A.M. - O Costa e Silva ia passar as férias em São Paulo. Então, o Castelo, eu e o Cintra, pedimos...

[FINAL DA FITA 35-B]

A.M. - ... eu e Cintra, que vivíamos segretando tudo: "Mas você precisa aproximá-los. E ele foi, passou as férias. Cerca de vinte dias depois, ele veio ao Rio para comunicar que tinha conseguido fazer o Amauri e o Ademar tomarem um café juntos.

L.M. - Isso já foi uma vitória!

A.M. - Ah! Então a situação de São Paulo foi se compondo.

L.H. - Sabia-se de algum problema entre o Kruel e o Ademar de Barros?

A.M. - Não tenho notícias de choques anteriores entre eles, mas não havia afinidade.

L.H. - Não havia aproximação?

A.M. - Não. E havia muita desconfiança de lado a lado. De um lado, o Ademar tinha aquele "rouba mas faz"... Mas ele estava profundamente empenhado na revolução. Ele se jogou para valer. De outro lado, Amauri era fechadão, um pouco rígido demais. E ele, quando esteve na Casa Militar, teve vários choques dessa natureza, mas que se nunca se concretizaram numa briga, também não deram aproximação. E foi o Costa que, indo a São Paulo nas férias de 1964, conseguiu botar os dois tomando café juntos.

Nós ficamos radiantes. E aí começamos outra guerra, que foi a aproximação do Castelo com o Amauri. Quem resolveu também, em grande parte, foi o Costa e Silva e depois o Riograndino, que completou a aproximação.

L.H. - Então vamos compor os grupos: o Orlando Geisel tinha...

A.M. - O Orlando - estou falando do grupo do Rio - tinha o grupo antigo. Ele se dava com o Costa e Silva, mas tinha restrições. Ele se dava como o Castelo formalmente, por causa do choque que tinham tido na Escola de Estado-Maior. Ele estava trabalhando, me dizia as coisas, eu ia ao Castelo, contava o que estava acontecendo, depois ia a ele para mantê-lo a par dos fatos. Mas eles não se aproximavam.

O Orlando tinha suas ligações, principalmente em três áreas: no Rio, em São Paulo, através de Ivanhoé e do Agostinho Cortes, e no Paraná, onde estava o Ernesto e outros oficiais que já tinham trabalhado com ele.

L.H. - E o Ernesto já estava de bem com o Orlando?

A.M. - Já, desde... O choque entre eles, que foi o meu também, foi no período do 11 de Novembro, quando o Orlando ficou ao lado do Denis e foi até encarregado de ser auxiliar do Lima Câmara na execução do estado-de-sítio. Mas depois, quando veio a renúncia, o Orlando já tinha ido buscar o Ernesto, para pô-lo no gabinete. O Ernesto já tinha sido promovido a general e ido para Brasília. Então se recompôs completamente.

A.C. - O grupo do Orlando reforçava o do Cordeiro?

A.M. - No fim, sim. Estava ligado e apareceu depois. Tudo estava ligado ao Cordeiro.

L.H. - E o grupo do Cordeiro?

A.M. - O grupo do Cordeiro era o Brasil. Era todo mundo. O Cordeiro, na área militar, como eu disse, tinha poucos contatos. Tinha contato com aquela gente ligada a ele mesmo. Agora, no meio civil, ele

tinha ligações em todas as áreas: no Nordeste, no Rio, em São Paulo, em Minas. Ele acompanhou, não cerradamente, mas acompanhou toda a conspiração em Minas. E como Minas era um caso especial, com que não se queria ter contato, deixava-se o Cordeiro atuar e não se entrava lá. Entrava-se esporadicamente, mas deixava-se Minas meio de lado. Também no Paraná e no Rio Grande ele tinha muito contato. Ele era, então, quem juntava.

L.H. - O comandante da região em Curitiba era o Dario Coelho?

A.M. - No final, era o Dario.

A.C. - Um dos fatos que distinguia a liderança do Cordeiro era ele unir a área militar à política, civil?

A.M. - A área militar de cúpula, porque o Cordeiro não tinha grande penetração nas bases militares.

A.C. - Quem tinha?

A.M. - O Castelo e o Costa e Silva. Tinham sido comandantes em todas as áreas. O Costa e Silva tinha tido certas atitudes. Com o Carvalho Pinto, houve aquela revolta da Polícia Militar. Costa e Silva foi sozinho para dentro do quartel e acabou com a revolta, com a sua pessoa. Isso tudo dá prestígio ao chefe. O Costa e Silva tinha uns tantos fatos que faziam com que ele tivesse uma liderança no meio militar, embora houvesse uns certos problemas, por causa da Iolanda, que criava...

L.H. - Mas que problemas?

A.M. - Vou contar um pequeno caso, porque o que estou dizendo é para daqui a vinte anos, então posso dizer, não tem nada de maior...

Quando eu cheguei ao Nordeste, depois do meu "exílio", encontrei o Costa e Silva no comando do IV Exército. Ele, de uma maneira geral, era estimado, sem ter conquistado amizades. E todas as senhoras dos militares reagiam contra a Iolanda, que, com a mania de *society*, não se aproximava delas e estava sempre no meio do pessoal de maior categoria. Isso criou uma atmosfera contra ela que acabou repercutindo sobre o Costa.

Eu me recordo que no embarque do Costa com a Iolanda, muito poucos oficiais levaram as senhoras. Eu levei, porque eu me dava com os dois há mais tempo e a Virgínia também. Mas foi, praticamente, a parte protocolar.

L.H. - É impressionante, general. Eu acho que em determinadas funções as esposas deveriam receber salário, porque elas são responsáveis por muitos... No Itamarati é isso também.

A.M. - Depois eu vou contar o que minha mulher me ajudou nessa guerra. A mulher sofre muito.

L.H. - E às vezes ela prejudica também, como nesse caso que o senhor está contando.

A.M. - Esse é um caso típico. Mas então, voltando; o Costa, dentro do Exército, tinha também essas restrições. Todo mundo sabia que a Iolanda gostava muito de exibir-se numa festa, e ele acompanhava.

A.C. - Ele também não era nenhum puritano.

A.M. - Não. Ele gostava do carteadado dele, gostava de jogar pôquer. Todo mundo sabia disso e caçoava. Tem-se respeito ao chefe, mas a um certo momento, o respeito pára. É onde o chefe deve ter muita cautela.

L.H. - É o problema da vida pessoal de que o senhor estava falando.

A.M. - É o caso do Justino.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.C. - Mas o senhor estava falando também da liderança na tropa. Digamos assim: o general Costa e Silva, porque passou a sua vida inteira no Exército, deveria ter, então, contato com diferentes escalões.

A.M. - Ele tinha. O que faltou ao Costa e Silva, é que ele tinha outro aspecto: era um homem inteligente, tinha sido primeiro aluno - o que o Castelo não foi -, mas parou de estudar, e o Castelo continuou. O Castelo acabou formando uma cultura e foi instrutor de todas as escolas do Exército.

A.C. - Quer dizer que tinha uma liderança direta sobre a tropa.

A.M. - Ele foi instrutor de quase todos os oficiais superiores e generais que estavam no momento em função. Então, todos o conheciam, ele conhecia praticamente a todos e, ao mesmo tempo, tinha-se imposto como um instrutor eficiente. Ele nunca se omitiu. Depois, tinha tido uma atitude na guerra e recebeu um elogio maravilhoso do Mascarenhas. Então, ele tinha realmente prestígio. Todo o pessoal febianco tinha pelo Castelo... o que não acontecia com o Costa e Silva. Então havia, dentro do Exército, maior apoio ao Castelo do que ao Costa e Silva.

L.H. - Mas o próprio Castelo sempre gostou muito do Costa e Silva.

A.M. - Sempre se deram muito bem e eu vou citar vários fatos no futuro. Quando começaram as lutas entre os *entourages* castelistas e costistas, eu apareci aqui no Rio e tive umas conversas, porque eu tinha toda a intimidade com um e com outro. Embora eu fosse de turma mais moderna, a vida me levou a privar com eles; então fiquei amigo deles, tendo liberdade de falar. Eu tinha mais intimidade com o Castelo, mas tinha muita com o Costa e Silva. Isso vai aparecer quando ele, presidente, forma o seu ministério.

L.M. - Quando ele ficou doente foi o senhor que foi lá, dizer que ele precisava ser substituído.

A.M. - Quando ele ficou doente, o Alcio me pediu para ir lá. Eu tinha toda a intimidade praticamente com todos os chefes. Por esse meu modo de ser, todos eram meus amigos.

A.C. - Uma coisa curiosa é que o senhor, na vida militar, teve uma tendência de se dar com todo mundo, mas sem se ligar exatamente a um grupo preciso.

A.M. - Nunca. Ainda noutro dia o Ernesto almoçou comigo. Estivemos juntos, recordando. Ele disse: "Muricy, nós nunca fomos de grupo nenhum." Eu disse: "Graças a Deus." É ramos amigos e, principalmente, homens com independência. Nunca fomos homens de igreja, como nós dizemos. E havia a massa amorfa, que estava sem... E, mesmo, não íamos procurar qualquer um. Tínhamos que ter muita confiança para nos aproximarmos.

Por exemplo, a ligação com o Carlos Lacerda se fazia através do Linhares e do Cordeiro. Também havia uma outra pessoa que fazia a ligação com Carlos Lacerda, mas não lembro o nome dela. Às vezes, nos encontrávamos. É preciso compartimentar muito, para ninguém saber o todo. Cada um sabe uma parte.

A.C. - Isso era uma coisa proposital...

A.M. - Ah! Era proposital. Cada um sabia um pouquinho. Por acaso, eu soube muito, mais do que muita gente. E os do grupo central sabiam de tudo. O grupo central compreendia, de um lado, os dois maiores articuladores, Cordeiro e Ademar, e, de outro, os dois chefes de maior importância dentro do Exército, Castelo e Costa e Silva. Esses, nós mantínhamos permanentemente ao par de tudo, porque tinham que estar.

Por exemplo, no Paraná, primeiro o Ernesto fazia a ligação. E fazia o contato também com o Orlando. Mas, ao mesmo tempo, nós fazíamos ligação com outros setores, cada um num nível. No Paraná, eu, pessoalmente, tinha duas ligações. Uma era com um primo meu, Antônio Carlos Taborda, que era do Estado-Maior da região. Tinha trabalhado com o Ernesto e depois foi trabalhar com o Dario. A outra era com o Coronel Pedro, que comandava o grupo da Lapa. Um homem muito bom, que vinha sempre ao Rio e me procurava muito. Ele foi reformado como general há pouco tempo. Além do Ernesto e de mim, o coronel Chico Boaventura foi para o Paraná e também passou a fazer a ligação no Paraná.

No Rio Grande havia alguns elementos. Eu, apesar de ter servido e ter muitos amigos, não fazia ligação direta. Mas aproveitamos a ida do Garcia em férias para o Rio Grande. Ele foi com a missão de correr o máximo de guarnições, para sentir o ambiente e ver como estava se comportando o Rio Grande. O Garcia passou um mês passeando pelo Rio Grande e nos fez um relatório que serviu depois para montarmos a futura operação no Rio Grande.

Ao mesmo tempo, o Portela, ligado ao Costa e Silva, e o Sebastião Chaves (que o Castelo só chamava de senador) faziam a ligação com a Bahia. Estava lá o Manuel Mendes Pereira, que se uniu ao Lomanto para estruturar o movimento na Bahia.

Não me lembro quem é que estava no Ceará, de vez em quando mandávamos uma ligação para lá.

Em Pernambuco eu e o Cordeiro tínhamos sempre uma ligação. O próprio Castelo, mais tarde, por correspondência, entrou em ligação com o Justino. Às vésperas da revolução, o Castelo mandou um elemento de ligação que trouxe uma resposta de que até hoje eu me recordo. O Castelo, às vésperas da revolução, manda informar que a coisa estava próxima, e o Justino respondeu que "O IV Exército está árdego para cumprir as ordens que receba". Guardo o árdego até hoje.

L.H. - Então o Justino estava firme.

A.M. - Estava. E mais, aquela oficialidade toda que eu conhecia continuava em ligação comigo. Por exemplo, quando houve o problema com o Peri, em São Paulo, e ele faz aquelas declarações a respeito das greves ilegais, da questão do CGT etc. e quase criou um clima de perturbação da ordem, todo

mundo ficou preparado, pensando que a coisa ia evoluir. Só não evoluiu porque o Peri era profundamente legalista.

Mas naquela ocasião eu recebi, de Pernambuco, um emissário, com um código, para que eu pudesse informar o que estava acontecendo em São Paulo de uma maneira assim: "mamãe chegou, "estou para viajar". Isso deu uma embrulhada, mas conseguiu-se depois ajustar, porque o pessoal em Pernambuco estava sempre em ligação comigo. E nós mandávamos sempre oficiais viajar.

A.C. - Da área militar ou civil?

A.M. - Quase sempre militares da reserva, que tinham liberdade. Havia alguns civis. O Costa Cavalcanti era deputado e fez muitas viagens. O Sarmento, o Faustino, aquele rapaz que depois foi para... muito ligado ao Castelo, era o homem que fazia a ligação com o Ceará.

E tudo isso ou era pela Cruzeiro do Sul, através do Bentinho, ou pelo Madureira, que de vez em quando pagava umas passagens. Eu dizia: "Madureira, eu preciso de quatro passagens para tal lugar. " E ele: "Manda vir e bota na conta." E assim ele pagou muito pombo-correio.

L.H. - Quem comandava o III Exército nessa época?

A.M. - O III Exército... o Ladário? Não me recordo. Nós tínhamos muita preocupação com o III Exército.

A.C. - Primeiro era o Galhardo e depois o Ladário, não é?

A.M. - Então era o Galhardo. Era um homem bom, mas sem energia. Mas no III Exército nós tínhamos tido o episódio da renúncia. Tínhamos visto o que acontecera no Rio Grande com a Cadeia da Legalidade, transformando, em 24 ou 48 horas, o ânimo do gaúcho, que, levado pelo sentimento de bairrismo, tinha mudado o ponto de vista e se tornado um defensor do Brizola, quando era um dos seus maiores adversários. O próprio Loureiro da Silva disse: "Dá posse ao Jango e depois a gente tira." Nós estávamos convencidos de que a grande massa lá era de oficiais... Os comandos tinham uma série de oficiais de confiança do governo. Se não me engano, estavam lá o Oromar, o Ladário, um rapaz de cavalaria que era muito chegado a Jango. Mas, por baixo, naquele pessoal antigo que eu tinha conhecido, eu sabia que podia confiar. Então, eu mandava procurar.

A.C. - Ainda havia muita gente do seu tempo lá?

A.M. - Os exércitos gaúchos e paranaenses são de gente que sai e volta. Há o querenciado. O que está querenciado ao Rio Grande fica lá, sai e volta. O que é querenciado ao Paraná vai e volta ao Paraná, o do Nordeste idem e assim em toda parte, é humano.

A.C. - Esta idéia que a gente tem de que o oficial é uma pessoa que está sempre viajando é relativa.

A.M. - É relativa. Nasci no Paraná, estudei no Rio de Janeiro e tenho muito mais intimidade com a vida no Nordeste do que no Sul. Geralmente o indivíduo se junta. Eu tenho na minha turma um caso engraçado. O Naom, que é meu colega de turma, foi para o Paraná como tenente, se casou e é muito mais paranaense do que eu. De vez em quando me manda recortes de jornal do Paraná e escreve: "Paranaense ingrato, para que você não se esqueça de que é filho dessa bela cidade sorriso..."

A.C. - E o caso que o senhor contou do Assis Brasil é muito ilustrativo.

A.M. - O Assis Brasil depois foi um mau conselheiro do Jango, porque ele era um general do Rio Grande. Não era um general do Brasil. Não tinha vivência, visão do Brasil. Para ter visão do Brasil é preciso ter vivido e vivido mesmo. Não é se situar, é sentir as pessoas, sentir o lugar. É preciso sentir. Isso compõe também o perfil do chefe, porque o chefe tem que se integrar, a tropa não pode ser um quisto dentro da sociedade, tem que ser um elemento que vive na sociedade.

A.C. - E pessoas como o Costa e Silva e o Castelo haviam tido essa experiência muito variada?

A.M. - O Costa e Silva havia tido no Rio Grande, em São Paulo e no Nordeste. O Castelo, além do Nordeste, no Rio. No Rio Grande, tinha menos vivência, mas tinha no Paraná e em Belém do Pará. Então eles tinham uma outra vivência.

A.C. - E no Estado-Maior...

A.M. - Mas aí é dentro do Exército e eu estou falando de sentir o ambiente. É outra coisa. O Cordeiro era um homem do Rio Grande, do Nordeste e aqui do Rio, de maneira que todo mundo o conhecia. O Ademar já tinha menos vivência. O Ademar sempre foi muito solicitado, não só para escolas, como para funções ligadas ao gabinete, ao Estado-Maior, aqui no Rio. Ficou mais preso aqui no Rio.

L.H. - O Adalberto não estava no Rio Grande?

A.M. - Estava. E era um elemento a que nos ligávamos. Depois o Malan foi lá procurar o Adalberto, já nas vésperas da revolução.

A.C. - Se não me engano, o Edmundo da Costa Neves estava em Santa Maria.

A.M. - O Edmundo estava sempre onde estava o Cordeiro! Naquele momento estava, se não me engano, em Pelotas... Não, em Santa Maria.

L.M. - E o Médici? Comandava a AMAN nessa época?

A.M. - Isso foi em 1964. Antes, ele tinha estado não só no Rio Grande, como em Mato Grosso e aqui no Rio. Ele teve pouca vivência. Ele não tinha, dentro do Exército, a penetração que tinham os outros. Era um homem sério, mas não tinha aquela vivência que só o conhecimento transmite.

L.H. - O senhor outro dia nos contou - e eu gostaria que ficasse gravado - o problema da Escola Militar. Como vocês encaram o problema da Academia Militar?

A.C. - Estávamos sempre preocupados com o problema do passado. Na história do Brasil, a Escola Militar sempre foi um elemento utilizado pelos políticos para todos os movimentos. Assim foi no começo da República, com o problema da vacina obrigatória, e ainda houve outra revolução da Escola Militar. Mais tarde, período de grande agitação, veio o problema do levante de 22, em que os alunos saíram da escola e houve o choque na vila. Depois, todo o pessoal foi expulso. É o "caso dos picolés e

rabanetes." Dessa maneira, achamos que devíamos evitar que a Escola Militar se envolvesse, porque não se sabia o resultado. E não era só para não prejudicar a fonte de criação do Exército, como também para não dar uma conotação político-partidária dentro dessa fonte. O Médici era muito chegado ao Costa e Silva, muito mais do que ao Castelo, tanto que, quando o Costa e Silva telefonou para ele na Escola Militar, ele disse: "Chefe, estamos aqui para cumprir ordens", mas nós dissemos que ele procurasse evitar misturar a escola no problema da revolução.

L.H. - Mesmo porque todos os generais desse período eram os tenentes de 22...

A.C. - Ou tenentes de 22 ou tenentes de 30.

L.H. - Tinham aprendido na carne esse tipo de coisa.

A.M. - Não tenha dúvida nenhuma. Isso aí era uma preocupação que nos levou a procurar isolar a Escola Militar dos futuros acontecimentos.

Eu creio que, sem querer, falei nos diferentes grupos. Em Mato Grosso sempre havia reação, mas pequena. No Norte nós tínhamos ligação: havia reação no Pará e no Amazonas, mas tudo sem expressão. Os grandes núcleos eram mesmo Rio, São Paulo, Minas, Paraná, Rio Grande e Nordeste, sendo que o Nordeste havia uma diferença entre as regiões: Nordeste/7^a. Região, Nordeste/Bahia e Nordeste/Ceará.

A.C. - O senhor descreve esse panorama de uma maneira muito interessante. De um lado, o senhor mostra que o grosso do Exército estava perfeitamente entrosado com essa perspectiva de um levante, de uma revolução. Por outro lado, o que se sente é que nos comandos as lideranças eram muito frágeis: o Galhardo e o Ladário no Rio Grande; Kruel indeciso em São Paulo; Justino, um ponto de interrogação no Nordeste...

A.M. - Por uma razão: o governo é que coloca os chefes nos devidos lugares. Ele não vai colocar num lugar de responsabilidade um homem que ele sabe que é seu adversário. Põe, pelo menos, um homem que ele tem dúvida se é adversário ou amigo, mas de preferência vai pôr um amigo. Bota um homem de sua confiança. No Rio, por exemplo, todos os comandos eram de confiança do governo. E esse foi um dos nossos problemas para a ação militar, mais adiante, saímos da atitude de enfrentar o que vinha e partimos para provocar a ação.

A.C. - Mas aí o Rio seria uma exceção, porque, na verdade, o governo tinha quadros para pôr pessoas de segurança mais do que...

A.M. - Mas no Rio Grande ele tem.

A.C. - Onde o governo se concentrou?

A.M. - No Rio e no Rio Grande. Aí os comandos eram muito ligados ao governo. No mais ele não podia, a colcha era curta.

A.C. - E o número de quadros era limitado

[FINAL DA FITA 36-A]

A.M. - E essa preparação foi feita através de discussões, de manifestações e do envio de documentação. Isso tudo pesa.

Agora entra um aspecto interessante, que nós tivemos que enfrentar.

Em 1961, nós tivemos insucesso principalmente por duas coisas: primeiro, porque não tínhamos a opinião pública; em segundo lugar porque o espírito de sair da lei é muito difícil, e não se pôde definir o que era a lei e o que não era a lei.

Nós, militares, temos uma formação de respeito à lei, à Constituição. Enfrentar a lei e a Constituição é que é a grande dificuldade.

Tomar uma decisão, "eu vou, aconteça o que acontecer", é difícil. Aí é que entra a importância daquele documento do Castelo, em que ele mostra que a função do Exército é o respeito à lei e a defesa da pátria. Então, o que é pátria? Ele começa a fazer uns tantos sofismas para separar a figura temporária do presidente da figura permanente da pátria e da instituição.

L.H. - Mas a impressão que aquele documento me deu, pelo menos, é de que é uma coisa muito delicada. É quase como se o Castelo estivesse pisando em ovos o tempo inteiro.

A.M. - E há uma coisa: o Castelo sempre tinha sido legalista. Ele só enfrentou o governo em 64, quando chegou ao paroxismo. Então, ele teve que vencer também, e muito.

L.H. - Sente-se isso no documento.

A.M. - E a preocupação permanente dele com o problema legal é enorme. Quando ele estava no comando no Nordeste e começava a esboçar aquele documento, ele vinha, fazia a exposição, depois discutia conosco, e nós sentíamos aquele espírito legalista arraigado.

A.C. - Mas, no fundo, ele manteve uma linha de coerência muito grande, porque o problema só se tornou irreversível quando o Jango apressou a questão da reforma da Constituição.

A.M. - Mas lógico! Isso é que eu vou mostrar já. Eu vou chegar lá. Foi quando houve uma mudança na atitude do governo.

Agora é o ambiente final de 1963.

L.H. - Eu gostaria que o senhor falasse sobre Minas Gerais. Montamos todos os quadros...

A.M. - Eu vou chegar exatamente a Minas Gerais. No fim do ano de 1963, há dois acontecimentos muito importantes: um para mim e outro para o país

Quanto a mim, estava no meu gabinete, quando entrou o Mourão, acompanhado do Virgínio Vargas Brasileiro, que tinha servido comigo lá no ferroviário e tinha-me hipotecado todo o apoio, junto com Tíngaro e outros. O Virgínio era um homem em quem eu acreditava.

Sabíamos que havia trabalho em Minas, mas muito por cima. O Cordeiro é que estava articulado, ligando, inclusive, o Magalhães Pinto ao Denis. Mas nós ignorávamos os pormenores de Minas. O

Mourão chegou e começou a conversar, para poder sondar o meu ponto de vista. Eu, nessa altura, já estava pronto para qualquer coisa. Já tinha tomado a minha decisão, desde aquela carta ao Golberi, quando eu li o Sheerer, no começo de 1963 ou fim de 1962. Daquele momento em diante eu já estava absolutamente disposto a tudo, porque tinha chegado à conclusão de que íamos para o caos e, para a defesa de meu país, eu estava disposto a qualquer coisa.

O Mourão, depois de sondar, me apresentou o problema: "Muricy, estou fazendo um convite a você." Eu perguntei: "O que é que há?" Ele disse: "Eu estou com a minha tropa toda pronta. Mas não tenho chefe para trazê-la. Não acredito em Guedes, que só vive pensando em fazer politicagem lá em Belo Horizonte. Não acredito no governador. Não acredito no Ivan e tenho certeza de que ele está contra nós." Ivan era o comandante de Pouso Alegre. O Mourão continuou: "Eu preciso de um homem que venha com a tropa. Você quer vir com essa tropa?"

A.C. - O que ele disse do governador?

A.M. - Disse que não acreditava nele. Aliás, o Guedes também não acreditava no governador, e também o Exército não acreditava. Ele se empenhou, assumiu um compromisso e cumpriu. Eu tenho defendido o Magalhães, porque ele jogou um passado político, a sua fortuna pessoal e mais a sua tranqüilidade na revolução. Isso é verdade e eu tenho que respeitar.

L.H. - Ele tinha muito a perder.

A.M. - Tudo. Isso é uma verdade. Então, quando às vezes os companheiros falam, eu digo: "Ele se empenhou." Depois eu vim a saber disso, mas naquela hora eu não sabia.

Mas, sempre falando na primeira pessoa - "Eu faço, eu vou fazer, eu soube" - o Mourão disse: "Eu vou trazer a minha tropa, mas quero um homem que venha com a minha vanguarda, porque a tropa mesmo, o meu grosso, é a população de Minas." Eu perguntei: "Que é que você está imaginando, Mourão?" E ele: "Porque eu arranco de lá às oito horas da noite, levanto a tropa, ando durante a noite inteira e de madrugada ocupo o quartel-general. Em seguida mando uma proclamação com a qual levanto o Brasil e ponho o Jango para fora."

A.C. - Isso foi em fins de 1963 ou já em 1964?

A.M. - Isso foi em dezembro de 1963. Acho que foi perto do Natal. Não garanto nenhuma dessas datas.

O Mourão prosseguiu: "Porque eu tenho um estado-maior, já estive conspirando em Santa Maria e em São Paulo. Eu levanto o Rio Grande, eu levanto São Paulo, eu levanto Minas, eu faço, eu aconteço." O crédito do Mourão no Exército era muito pequeno, devido a seu passado e, principalmente, às acusações que pesavam sobre ele a respeito do Plano Cohen... não tanto pela redação, porque não era a finalidade do plano - ele tinha que dar a redação - mas pelo o fato dele não ter declarado que não era um plano comunista, era um plano criado por ele. Ele não teve a coragem de dizê-lo; quis se aproveitar do sucesso do plano, que gerou o Estado Novo. Então o Exército não acreditava.

Ao mesmo tempo, havia a sua promoção a general. O Mourão subiu sempre como uma figura apagada dentro do Exército. Era um homem inteligente, com cultura. Mas o seu passado o afastou do centro diretor do Exército, daquela gente que influi realmente na condução dos negócios do Exército.

Ele chegou a coronel e era quase certo não ir a general. E aí, o que corre no Exército, é que ele foi procurar o Juscelino, que era de Diamantina, e que tinha sido beneficiado pelo pai do Mourão. O pai do Mourão tinha, numa determinada época da vida do Juscelino, dado a mão, ajudado, não sei bem direito

como. E ele foi lá, pedir a promoção. E, dentro da lei, o Juscelino o promoveu. Todo o Exército reagiu, de tal forma que o ministro, que era o Lott - ou o Denis não sei - resolveu, para parar a questão, dizer que não lhe dava função militar. O Juscelino o mandou para a Comissão Técnica de Rádio.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.M. - Mas então, fiquei preocupado com esse negócio do Mourão, pensando na resposta que ia dar.

A.C. - Quer dizer que depois que o Juscelino o nomeia general, ele...

A.M. - Ele só ingressou no Exército depois da renúncia, quando foi tirado da Comissão Técnica de Rádio e mandado para Santa Maria, onde realmente conspirou. Lá ele se juntou a um pessoal que eu conhecia, Romão Mena Barreto, principalmente, que era o chefe de estado-maior do Mourão e que, já naquela ocasião da renúncia, queria levantar Santa Maria de qualquer jeito contra o Jango.

L.H. - E depois o Mourão foi transferido para São Paulo?

A.M. - Espera aí. Lá de Santa Maria ele realmente se junta àquele pessoal da... E ele conta - acredito que seja verdade - que todo mundo acreditava que ele fosse do lado do governo, e que um dia, numa conversa clara, à sua frente, em que estavam o Brizola, o Osvino e outros, falou-se francamente da ascensão de Jango junto às forças de esquerda. Aí ele começou a reagir e foi procurar a oficialidade, encontrando aquele núcleo. Então, ele começou a fazer a conspiração.

A única divergência que eu conheço é o seguinte: já existia um núcleo de resistência. Ele diz que fez o núcleo. Há uma diferença. Mas ele realmente conspirou em Santa Maria.

L.H. - O que realmente não consigo entender até hoje, nessa história do Mourão, é que ele nunca me pareceu um sujeito discreto. Ao contrário: sempre foi muito boquirroto. Então, ele conspira em Santa Maria, e as pessoas sabem; mas ele é transferido para um posto melhor, em São Paulo; as pessoas sabem e ele é transferido para um posto melhor ainda, em Minas Gerais!

A.C. - A vida militar faz a gente conhecer vários... Ele estava em Santa Maria, mas tinha problemas de família em São Paulo e no Rio. Então, ele procurou ir para São Paulo e tanto fez que deslocou o Lira Tavares, que estava no comando da 2a. Região Militar. E ele deslocou de uma maneira pouco elegante. O Lira depois me mostrou os documentos que mostram a forma como o Mourão conseguiu ir para São Paulo. O Lira foi ser um dos subchefes do Estado-Maior do Castelo.

Quando o Mourão chegou em São Paulo, encontrou o grupo que estava lá. Então, naturalmente, ele já tinha tomado... e começou a fazer... Mas, como sempre, dono da situação. Por exemplo, quando o Mourão estava em Santa Maria, houve aquele episódio do Jair, comandante do III Exército, no problema do plebiscito. O Jair disse que não sabia qual seria a solução da sua tropa num caso de... Mas o Ernesto declara que isso era no Rio Grande, que lá com ele não era não.

A.C. - Isso foi em setembro de 1962.

A.M. - Pois é. Depois, o Ernesto me contou que, nessa ocasião, ele, em Curitiba, recebeu um emissário do Mourão: "Diga o que é que quer, de quanto apoio precisa..." Como se ele já tivesse tudo resolvido. Completamente mirabolante. O Mourão perguntava: "Quantos homens, quanta munição, quanto armamento?" E não tinha nada. O Ernesto respondeu: "Diga ao general Mourão que ele cuide dos seus problemas lá em Santa Maria que eu cuide dos meus problemas aqui no Paraná. E que se ele quer fazer alguma coisa, por que ele não tomou uma posição?" Mais tarde ele cobrou do Mourão: "Por que é que você também não tomou uma posição?" E ele: "Ah, não, era bom não tomar..." Numa posição contra o Jair. Eu conto o fato, interpretem à vontade.

Em São Paulo o Mourão fez a mesma coisa. Lá ele encontrou uma situação em plena organização. Depois, não sei por que motivo, ele foi para Minas. Não sei como foi a sua ida para Minas, mas o fato é que ele foi comandar a 4a. Região Militar, onde ele encontrou o Guedes, meu companheiro de turma, um rapaz que fez a vida em Minas, conhecia muito a vida mineira e que achava que Minas podia resolver sozinha os problemas e que o Brasil diria amém.

A.C. - Este é o caso que o senhor contou de mineiros que voltaram a Minas e lá ficaram.

A.M. - Exatamente. O Guedes é mais ou menos um caso idêntico. Mas Minas era do Guedes, não era do Mourão. Então, o Mourão não gostava do Guedes, nem tinha confiança nele. Guedes fez a vida toda em Minas e tinha muitas relações. O Mourão, embora mineiro, fez a vida fora de Minas, a não ser como tenente. Então não tinha como fazer relações. Os dois nunca se ajustaram. Aliás, basta ler os livros de ambos para ver as animosidades.

L.M. - São quase duas revoluções diferentes.

A.C. - São... E a nossa também é completamente diferente [risos]. Mas o fato é que havia um ambiente revolucionário em Minas. E, principalmente, a oficialidade que estava em Minas estava decidida a qualquer coisa, como acontecia em outras partes, com uma vantagem: havia um comando que era contra o governo. Até a última hora, ninguém sabia o que o Guedes era. Ele podia ter tomando uma posição. Depois, ele tomou, ligando-se ao Dario Coelho no Paraná e procurando fazer contato com São Paulo.

A.C. - A posição do general Guedes era associada a do Magalhães Pinto? Uma posição de cautela, de alguma reserva, de um certo jogo conciliador.

A.M. - O Guedes não confiava em Magalhães Pinto. É só o que posso dizer. Tanto é assim que quando saiu a proclamação do Magalhães Pinto, ele reagiu e quis soltar outra proclamação, de uma violência brutal.

A.C. - Porque o Magalhães tinha se comprometido a consultá-lo e não consultou.

A.M. - Exato. Tudo se chama vaidade. Vaidade de homem, como eu digo, é um problema.

L.H. - Mas a população de Minas estava muito... Houve aquele episódio das mulheres com o Brizola, não foi?

A.M. - O ambiente em Minas como em toda parte - no Rio de Janeiro, São Paulo, etc. - era contra a situação que o povo sentia. E aí entra o problema da mulher, que depois eu vou contar.

A.C. - Mas general, de qualquer maneira, havia uma diferença muito grande entre o comportamento militar e o do Guedes. O Mourão era muito mais expansionista e estava procurando arrastar alguns elementos do Rio com ele. E o Guedes...

A.M. - O Guedes fazia a guerra mineira, tanto que o Mourão, quando me convidou, disse: "Eu quero que você vá comandar a tropa, porque o Guedes vai ficar em Belo Horizonte, fazendo a mobilização", preparando um Exército que ficaria pronto um ano ou dois anos depois, se tivesse munição, armamento e instrução.

O fato é que o Mourão me fez esse convite. Eu raciocinei: "Eu estou aqui comandando uma escrivania. Se eu tiver um comando de tropa, eu depois faço com ela o que eu julgar conveniente. É uma loucura a idéia de sair de surpresa de Minas Gerais, chegar, ocupar o quartel-general, lançar uma proclamação, conseguir a adesão de todo o Brasil e derrubar o governo." Aliás, depois senti que todos os comandados do Mourão ficaram arrepiados com essa idéia dele, o que resultou, depois, numa reação contrária: "Faz o levante, que eu me cerco em Minas. Estou revoltado: vem cá me tirar daqui." Foram atitudes opostas; uma que queria o Mourão, outra que queria o Guedes. E os oficiais foram mais para o Guedes, porque a outra era uma loucura.

A.C. - A minha única dúvida é a seguinte: já havia sido acertado que Minas deveria ser em princípio... estopim da coisa?

A.M. - Ainda não. O Mourão queria, no momento, levantar Minas. Ele, o Guedes e o Magalhães Pinto levantariam Minas e depois o Brasil que se juntasse a Minas. A revolução deles era essa. Para conspirar, levaram o Denis que nunca teve grande penetração no Exército, cuja atitude no episódio da renúncia nem sempre foi bem compreendida, teve um desgaste, saiu do circuito e ninguém mais no Exército acreditava nele. E sua atuação foi restrita à Minas. Ninguém sabia que ele estava lá. Eu mesmo não sabia. Fui saber lá, no dia 31 de março. Eu sabia que estavam o Magalhães e o Guedes e que havia um grupo de oficiais com eles. Mas sobre o Denis só fui saber...

A.C. - O Denis embora tenha tido em 1961 uma posição simpática aos revolucionários de 1964, na verdade se desgastou com isso? Por causa do problema da junta...

A.M. - Completamente. Ele também interpreta o seu papel na Revolução de 64 de uma forma que não corresponde à verdade dos fatos. Ele tem uma ótica diferente.

A.C. - Na verdade, algumas pessoas o acusam de ter pleiteado o Ministério da Guerra com o Jango, depois do episódio de 1961. E isso não foi bem visto.

A.M. - Esta é uma acusação que não vingou, morreu, desapareceu, ninguém a levou a sério. O que há com o Denis é que todo mundo achou que naquela ocasião ele não foi chefe. Na hora da situação difícil em 1961, ele não esteve à altura dos acontecimentos. Essa era a acusação que havia contra ele dentro do Exército. E isso pesou, tanto que em toda a conspiração de que eu tomei parte, até o 31 de março, nunca apareceu o nome de Denis. Nunca. Eu não tive conhecimento, e eu estava num lugar bem situado. O nome dele nunca me chegou ao conhecimento.

A.C. - As pessoas achavam que se ele tivesse sido mais firme teria evitado a posse que, no fundo, era toda a razão desses problemas?

A.M. - Lógico... É este o ponto. Nós ficamos, lá no Rio Grande, esperando uma decisão que nunca veio. Quando veio, não tínhamos mais nada a fazer. Era apanhar, em posição de sentido. Acabou-se.

A.C. - Quer dizer, no fundo, a Revolução de 64 era por causa disso.

A.M. - Não, a...

A.C. - Porque o Jango tomou posse.

A.M. - Não, também não é por causa disso. A Revolução de 64 era contra a transformação do Brasil, contra o caminho do Brasil para a anarquia. Nós estávamos sentindo crescer aquele clima que eu encontrava no Nordeste, que eu encontrava aqui no Rio, que eu via em toda parte. Nós víamos que a cada dia crescia o movimento esquerdista brasileiro. Era o "seu Dante Pelacani com a CGT, ao lado de Jango, que depois apareceu, no comício do dia 13. Era o Hércules Correia falando no ouvido do Jango... Aquilo é que era o motivo.

A.C. - Mas eu quis dizer que homens como o senhor e outros que estiveram a seu lado em 1961 deviam dizer: "Eu não disse? Jango não podia ser presidente."

A.M. - Eu sempre achei, mas eu respeito a decisão. Achou-se uma fórmula, depois voltou-se atrás, mas eu aceito. Como eu contei, o Jango foi ao Nordeste e teve toda a proteção da minha tropa. Eu era comandante da área, responsável pela segurança do presidente e dei toda a segurança: até demais, porque ele reclamou do excesso de segurança no Rio Grande do Norte. A figura do presidente é uma coisa, o homem é outra.

L.H. - Eu queria voltar àquela visita do Mourão, porque pelo que o senhor nos contou, tudo parecia uma maluquice. Mas no Brasileiro, que estava presente junto com o Mourão, o senhor confiava.

A.M. - Ele mostrou que em Minas havia realmente uma conspiração profunda e que a tropa viria, no caso de uma levante. Então, nessa hora, havia a possibilidade de eu comandar uma tropa e orientá-la conforme o meu ponto de vista. Eu não ia me movimentar com a posição do Mourão. Então, dei a resposta: "Aceito. Quando chegar o momento oportuno, me avisem, que eu vou para Minas assumir o comando da vanguarda."

E assim o Mourão saiu e foi procurar vários generais. Encontrou respostas evasivas de praticamente todos. Ninguém acreditava no Mourão nem conhecia o Virgínio. O único que também aceitou foi o Cintra, que depois se atrasou.

Naturalmente, fui comunicar aos companheiros que o Mourão tinha me procurado e que eu tinha aceitado sua proposta. Nessa hora, as reações foram todas mais ou menos dentro da mesma orientação: "Você é um louco de ter aceitado. Amanhã isso vai chegar ao conhecimento do governo, através do Mourão." Isso mostra o conceito que tinham ele.

A.C. - Mas, por outro lado, esta era uma coisa muito lógica, porque se o senhor achava que o plano do Mourão era uma maluquice, pelo menos no comando da tropa o senhor teria a chance de aproveitá-la para uma outra coisa.

A.M. - Isso repercutiu mais tarde, quando veio a confirmação.

O Ernesto, que já estava no Rio, me contou essa ligação que o Mourão tinha feito lá em Curitiba com ele, quando houve aquele problema.

Dentro desse quadro, fiquei mais ou menos condicionado a ir para Minas no momento adequado.

Nessa ocasião, deu também outro fato.

[FINAL DA FITA 36-B]

A.M. - Um dia eu estava em casa e o Madureira de Pinho me telefonou: "Muricy, preciso falar com você com urgência!" Eu disse: "Dá um pulo aqui em casa, porque eu não vou sair." Quando ele chegou, me disse: "Fui ao aeroporto e encontrei o Valter Moreira Sales, que esta indo para os Estados Unidos." O Valter, se não me engano era ministro da Fazenda. O Madureira continuou: Ele estava preocupadíssimo e me contou que, quando ele foi se despedir, o Jango havia-lhe dito: "Vá e volte o mais rapidamente possível, porque eu estou às vésperas de dar um golpe, para poder ficar no governo com autoridade para dirigir esse Brasil como eu penso. Eu atualmente não posso fazer o que quero. Então, vou dar um golpe e quero que você esteja aqui." Com aquela informação, eu disse: "Mas não é possível, isso aqui é uma coisa doida!" Já era janeiro, se não me engano.

Imediatamente, fui procurar o Castelo e o Costa e Silva e expus o fato. O Castelo ficou preocupado e disse: "Eu vou mandar verificar." Tinha os órgãos de informação do Estado-Maior e, realmente...

A.C. - O Serviço Nacional de Informações...

A.M. - Não, não havia naquele... Isso aí é das segundas seções. Chamavam-se seções de informação dos estados-maiores, as segundas seções, que trabalhavam no sistema de informação. O Serviço Nacional de Informação é uma outra coisa, que depois foi... O Serviço Nacional de Informações é o que se chama informações estratégicas, para orientar o governo nas suas ações, dentro de um conceito estratégico nacional.

Mas o Serviço de Informação confirma. Então, o Costa e Silva o Castelo combinam ir separadamente ao Jair, que disse ao Castelo: e "Eu sou anticomunista e vou verificar isso. Se for verdade, eu tomo uma posição." Disse então o Castelo para o Jair: "Então, nesse caso, já temos um chefe." O Castelo entregaria a chefia. A chefia natural, dentro do escalão, era o Jair, se ele tomasse uma posição contra o descabro do governo Jango, que estava conduzindo o país para o comunismo, entregando-o àquela turma de esquerda.

A.C. - Dentro de um sentido muito hierárquico.

A.M. - Hierárquico, profundo. Depois foi o Costa e Silva, que também falou, teve uma discussão com o Jair, mas o fato não dá em nada.

Não fui falar com o Jair, mas fui ao seu gabinete e falei com o Genaro Bontempo, que era chefe-de-gabinete, na frente do Dantinhas, que era parente do Jair e um leva-e-traz danado. Eu disse: "Olha, o

Jair que tome posição. Ele tem todo o Exército contra ele. Agora, se ele ficar do lado... ele tem todo mundo contra ele e eu estarei contra." Tinha gente que fingia de falar comigo, mas isso aí é outra coisa. Então, houve pressão, mas o Jair ficou na mesma posição. Isso foi em janeiro. Aí fizemos uma reunião e chegamos à conclusão de que o caso mudava de figura. Aquela atitude de expectativa do que viria teria que ser modificada para uma de preparo para enfrentar o golpe que o Jango ia dar.

L.H. - Mas ainda numa posição defensiva.

A.M. - Ainda numa posição defensiva.

Começa então um período de atividade maior e de articulação durante os meses de janeiro e fevereiro, acelerando-se muito mais em março. São aqueles pombos-correio para cá e para lá, as ligações...

Nessa ocasião - talvez fevereiro - surgiu com o Cintra a idéia do documento *Leex*. O Cintra redigiu a minuta de um documento que constava de duas partes. Uma seria entregue a oficiais de toda confiança, ligados a nós nas diferentes unidades. E a outra, semi-ostensiva, seria distribuída pelos oficiais, dando a entender que havia uma reação nos chefes militares contra aquele estado de coisas no Brasil e que chefes de responsabilidade, que nunca se tinham envolvido - e botava-se ligeiramente uma carapuça no Castelo -, estariam prontos a lutar contra aquilo.

L.M. - Essa parte era para a tropa?

A.M. - Era para a oficialidade também, dentro de certos limites. Mas havia um documento particular, que orientava o segundo. Por exemplo, no muito geral, dava-se o ambiente que cerca, as pessoas... Descrevia-se o ambiente e dizia-se que havia necessidade de enfrentar o que se estava organizando. E o outro documento, interno, era uma coisa bélica, uma coisa de luta: "Quanta tropa você pode reunir? Que munição você possui? No caso de mobilização, quantos veículos, quanta gasolina? Quantos homens?" Quer dizer, era a parte militar logística mesmo.

O Cintra me mostrou esse documento. E, nesse momento, até está no Rio o Punaro Bley, que depois foi interventor no Espírito Santo, quando houve o caso do empastelamento do *Binômio*, pelo Itiberê do Amaral. O Bley estava no Rio e o Cintra mostra ao Bley. O Bley leu e fez algumas observações. Aí, demos uma primeira batida à máquina e o Cintra entregou o documento ao Cordeiro.

A.C. - Foi iniciativa do Cintra?

A.M. - Foi. O Cordeiro fez uma análise junto com o Castelo. Depois, com a letra do Castelo, vieram umas observações: "Cortem isso, não convém fazer isso..." Eu tenho cópia xerox disso, dentro do meu arquivo.

L.M. - O Castelo fez algumas restrições.

A.M. - Sim. Feito isso, eu e o Cintra demos a redação final. O Cintra escrevia muito bem o português. Ele era purista da linguagem. Por causa de um verbo, discutia-se durante horas. Mas como bater o documento? Não poderia utilizar... Eu não tinha máquina nem mimeógrafo. Aí é que entrou o Bento Ribeiro Dantas, que comprou um mimeógrafo e uma máquina de escrever nova para isso. Eu e o Cintra fomos para a casa do Dantas, onde passei um dia inteiro batendo à máquina. Tiramos as cópias e aí fez-se a...

A.C. - O senhor ajudou na redação?

A.M. - Ajudei na parte de ajustamento. A redação foi do Cintra. Eu recebi o documento redigido e opinei. Como sempre, eu não sei opinar sem meter o lápis vermelho. Muda isso aqui, faz ali, isso tem que ser feito... Mas a redação é do Cintra, com a minha cooperação na parte final. E também com a cooperação do Cordeiro e do Castelo, que deram a última palavra.

Mas para onde mandar esse documento? Não se podia mandar tudo de uma vez e esparramar. Então, escolheu-se a área para onde se deveria mandar primeiro: o Rio Grande, onde não só tínhamos muitas dúvidas, como esperávamos muitos choques. O documento foi para o Rio Grande. Mais tarde, depois da revolução, encontrei no quartel-general o Leo Etchegoyen - que era coronel nessa ocasião e que tinha sido meu major, lá na renúncia - e perguntei: "Leo, o Rio Grande foi tão fácil! Por quê?" Ele disse: "Por isso, por aquilo, e aquele documento *Leex* ajudou..."

L.H. - Mas o Leo, a 31 de março, estava no Rio. Não foram ele e o irmão que vieram com um tanque pela rua Paissandu, defender o Palácio Guanabara?

A.M. - Mas ele tinha estado no Rio Grande. E ele é que me deu a informação. Não tenho detalhes, não me recordo, mas ele é que me falou.

A.C. - O *Leex* foi distribuído em março?

A.M. - Exato. A coisa atrasou, porque foi naquela fase de preparativo. O *Leex* foi distribuído em março, quando a coisa estava efervescente. O lugar onde havia mais necessidade era o Rio Grande e mandou-se a massa para lá. Mandou-se ainda para a Bahia, mas lá o ambiente estava inteiramente coeso, não havia problema, assim como não havia no Nordeste.

Nesse começo de ano de 1964 também se dão as manifestações das mulheres brasileiras.

L.H. - Eu queria interromper o senhor um pouquinho pelo seguinte: nós vimos um quadro militar bastante completo da situação. E eu gostaria que, antes de falar das mulheres, já em 1964, o senhor nos desse algumas indicações do quadro civil. Antes ainda, as ligações com os civis...

A.M. - Em fevereiro ou começo de março, o quadro militar nos levou a uma conclusão: era preciso enfrentar o problema, era preciso ter a tropa em ação e, se houvesse necessidade de começar um movimento, os lugares mais fáceis seriam São Paulo e Minas, onde havia um governo de estado e uma tropa, embora em São Paulo houvesse dúvidas quanto à chefia da tropa. Então, organizamo-nos para a possibilidade de não contar com o chefe, que era o Amauri Kruel.

A.C. - Realmente, a impressão que se tem é que os comandos de Minas achavam que tinha que ser Minas: o Guedes por um lado, o Mourão pelo outro.

A.M. - O pessoal do estado-maior do Mourão... Estavam o Mourão, o Guedes (só havia dois generais em Minas) e o governo do estado. A ligação com o Zé Geraldo, comandante da polícia, era perfeita. O Zé Geraldo era um homem perfeitamente integrado e estava contra a situação do país. Era um homem muito bom. Depois falei com o Falcão, que é também um homem de grande valor. Então, Minas era um lugar absolutamente tranquilo.

A.C. - Mas, na verdade, eles estavam tomando essa posição muito mineira mais por razões pessoais, ou de estarem lá, do que propriamente por uma visão... coerente. Essa visão de que era Minas...

A.M. - Não, não. Era porque eles faziam sozinhos. Eles resolviam o problema, resolvendo com Minas. Eu interpreto dessa forma: o pessoal em Minas - militares e civis - sentia a necessidade de mudar o estado de coisas e achavam que Minas era a solução, se Minas se levantasse, o Brasil acompanharia. Esse era o ponto de vista dos mineiros.

A.C. - Era uma situação exatamente oposta à de 1930, quando em Minas todos os comandos militares importantes estavam leais a Washington Luís, ao governo. Nesse caso, Minas foi o estado em que houve maior coesão das forças militares e da polícia militar a favor da revolução.

A.M. - Mas em 1930 houve coesão contra o governo de Washington Luís. Minas veio contra Washington Luís.

A.C. - Mas não a cúpula militar.

A.M. - A cúpula militar não, mas em 1964 havia dois generais. E todos os comandos de tropa estavam trabalhados. O Exército inteiro - isso é que eu quis caracterizar - estava motivado (aplicando uma linguagem técnica de educação) para enfrentar a situação.

A.C. - 1930 foi a frente mais dura.

A.M. - Sim, mas a situação era diferente. Em Minas havia uma coesão total, mas Minas conspirava sozinha. Lá ninguém sabia o que se passava no resto do Brasil. Havia um isolamento, mas com pequenas frinchas. Por exemplo, o Guedes procurou ligar-se ao Dario Coelho - nosso colega de turma que estava no Paraná - não para articular uma ação bélica, mas sim para, caso levantasse Minas, contar que se levantasse o Paraná. O Denis: "Minas levanta, o resto vem depois." O Mourão: "Eu saio, conquisto, faço e mando." O Magalhães Pinto: "Eu enfrento, crio um problema nacional, vai ter que haver solução." Não havia em Minas a noção de uma conspiração nacional. Havia uma conspiração mineira. Essa é que é a grande característica da situação em Minas.

L.H. - E em silêncio, como o mineiro gosta.

A.M. - Sim, mas era Minas. Quando cheguei em Minas, senti o completo desconhecimento. Quando o Mourão falou comigo, senti que ele não conhecia nada do que se passava no Nordeste, no Centro, no Sul. Nada. Ele via o problema mineiro, mineiro...

A.C. - O senhor dá uma visão muito curiosa do processo em geral. Acho que houve realmente esses quistos revolucionários, que tinham uma articulação muito pequena.

A.M. - Mas nossa ligação com Minas era muito difícil, porque os dois chefes militares não eram acreditados. Ao governador de estado havia restrições. Também se faziam restrições aos outros militares que foram para lá, como Denis. O Cordeiro, que fazia a articulação com Minas também, não entrava direito, porque não era bem recebido lá. Havia restrições ao Cordeiro. Todo mundo sabia que Cordeiro era conspirador, mas os mineiros queiram fazer a revolução: "É porque é Minas."

A.C. - Eles ligavam o Cordeiro mais ao Magalhães Pinto do que aos comandos.

A.M. - Lógico, não tenha dúvida. O Cordeiro e o Ademar se ligavam mais ao pessoal civil em Minas, não era só ao governador. O Osvaldo Pinheiro Sete trabalhou muito, foi um grande articulador.

L.H. - E o próprio Neder, não é?

A.M. - Mas o Neder é diferente. O Neder era um civil ligado ao Mourão. Era outra situação. O Neder aparece mais adiante. Eu prefiro ir contando cronologicamente, porque...

A.C. - Só estou querendo tecer com o senhor o panorama geral desses núcleos revolucionários. No Rio a situação também era muito curiosa.

Por um lado, como o senhor disse, o governo federal tinha o controle dos comandos. Por outro lado, o general Costa e Silva tinha uma posição de controle, ou pelo menos de liderança da tropa aqui. O general Portela é muito explícito nesse sentido: o Costa e Silva, até um certo momento, manteve suas articulações em segredo; depois ele assumiu mais publicamente isso e muito cedo ele se reconheceu como o coordenador geral da revolução. Fiquei um pouco chocada com a maneira positiva com que ele se faz...

A.M. - Eu não gosto de dizer certas coisas, mas há indivíduos que procuram se valorizar à custa alheia. O Portela é um deles. Dentro do Exército, no meio dos companheiros de posto, o Portela também não dispunha de uma posição tranqüila de liderança. A ele havia muitas restrições. Ele estava ligado ao Costa e Silva, era e foi fiel ao Costa e Silva até o fim, mas os companheiros faziam muitas restrições. Ele queria ser dono do Costa e Silva. Eu, por exemplo, nesse período, praticamente nunca falei com o Portela, só esporadicamente. Eu e o Cintra falávamos quase diariamente com o Costa e Silva e não falávamos com o Portela, porque não dávamos o valor que ele se atribuía. Então, o Portela, como todo frustrado, procura justificar suas tensões. Ele diz no livro coisas que, para mim, são frutos da sua imaginação. E uma delas é essa. O Costa e Silva tinha uma liderança até certo ponto, mas ela não era maior do que a do Castelo. Absolutamente. E mais, na cúpula militar, a liderança do Castelo era muito superior. O Castelo tinha conquistado o seu lugar pelo trabalho nas escolas, pela formação intelectual, inclusive, pelo lado moral. O Costa e Silva, pessoalmente, não tinha nenhum impedimento moral, mas as restrições à Iolanda eram imensas. Tudo isso pesa quando se olha o líder. Sabia-se que o Costa e Silva, durante muito tempo, saía do trabalho e ia para o Clube Militar jogar carreado até sete ou oito da noite. Todo mundo sabia disso. Não é que isso diminua ninguém, mas na hora que eu comparo um homem que faz isso com o que vai para casa estudar, há uma diferença. O homem que gosta de ir para o *society*... Nós, militares, levamos uma vida muito modesta. Não temos condição de ir a uma boate, porque a despesa leva o vencimento de um mês. Se o indivíduo vive em boate, como é que ele arranja isso? São amigos que vão pegar, que vão fazer... Dentro das forças armadas somos um pouco rigorosos em certas coisas. Eu não quero tirar a liderança do Costa, que era real. Mas não era maior do que a do Castelo.

A.C. - Também imagino que essa decisão de ser chefe não é uma coisa solitária, ou seja, um belo dia de manhã digo: "Eu vou ser chefe!"

A.M. - Não. O Mourão resolveu ser chefe... E foi dizer ao Ernesto lá no Paraná: "Diga o que precisa de homens..." Com que gente, com o quê, naquela hora, o Mourão iria fazer aquilo? Bom, não falemos mal dos mortos.

A.C. - O fato é que a frente do Rio era muito difícil.

A.M. - Era. Aqui no Rio, o ambiente era muito difícil. O Costa e Silva e o Castelo dividiram realmente a liderança. Mas eu atribuo ao Castelo uma liderança ainda maior do que a do Costa, embora os dois fossem os homens que polarizaram a situação no Brasil.

A.C. - O Castelo era mais prudente, não?

A.M. - Não. Os dois eram muito prudentes. Conversávamos essas coisas no gabinete, a portas fechadas.

A.C. - A contradição que eu vejo no relato do general Portela é essa: por um lado, ele mostra que o Costa e Silva não se expõe nunca, sempre fazendo alguma coisa através de outra pessoa; por outro lado, ele diz que ele assumiu publicamente sua posição.

A.C. - Mas Castelo também só tomou uma posição clara mais tarde, e isso seguro pelo Cordeiro e pelo Ademar, que impediam que jogássemos o Castelo no fogo.

A.C. - Nesse ponto os dois se equívalem, nenhum entrou antes que o outro.

A.M. - Não tenha dúvida. Atuaram juntos. Eu sou testemunha de que atuaram juntos.

A.C. - Ninguém avançou sobre o outro?

A.M. - Inclusive, quando chegamos à conclusão de que não era possível fazer nada sem São Paulo e de que era necessário que o comando de São Paulo viesse, para que houvesse um mínimo de choque dentro da hierarquia, tivemos que restabelecer a ligação com o Amauri. Sabíamos do pensamento anticomunista do Krueel, mas sabíamos da amizade que o unia ao Jango. Era preciso alguém que tivesse contato... E o Costa e Silva tinha. Ele chamava o Amauri de Alemão. Nós vivíamos dizendo: "Costa, você precisa ir lá falar com o Alemão." E ele foi a São Paulo. Voltou e disse: "Está resolvido. O Amauri vem aí e vai falar com o Castelo." O Amauri veio ao Rio, nós corremos para lá e... ele não falou com o Castelo. Foi uma decepção, mas nós insistimos até que o Riograndino entrou na jogada. Não sei quem falou com ele. Acredito que tenha sido alguém da turma dele, de intimidade, mais do que nós. Nós não tínhamos essa coisa do companheiro de turma. O Riograndino é que conseguiu a resposta firme do Krueel, dois ou três dias antes de 31 de março. Aí é que o Amauri declarou que estaria conosco. Mas já era a hora de levantar.

A.C. - Mas mesmo assim, no dia 31, o Krueel, negociou com o Jango.

A.M. - Não, o Krueel estava firme. Houve uma polêmica...

A.C. - Houve uma tentativa de negociação.

A.M. - Houve. Mas eu compreendo. O problema do Krueel era que ele devia um ato de lealdade ao chefe e amigo. Não queria partir sem esclarecer essa lealdade que tinha terminado.

L.H. - Tinha sido chefe da Casa Militar, ministro...

A.M. - É a tal coisa... chegou um momento em que rompi com o Machado Lopes, mas disse-lhe: "Não tomo nenhum compromisso contra você no III Exército, e não sou mais seu chefe no III Exército. Mas fico livre na hora em que eu sair." São essas coisas de lealdade que muitas vezes são mal-interpretadas. Eu não ataco o Amauri por causa disso não. Ele ficou num dilema tremendo. Mas ele estava firme, tanto que instou com o Jango para largar todo mundo, porque, se ele largasse, cessava a causa profunda... Não se tinha ódio do Jango. Nunca se pensou na figura do Jango como homem. Pensou-se na figura do Jango como presidente da República, deixando crescer a maré em torno dele. Este é que era o perigo.

L.H. - Nem comunista ele era. Não se pensava nisso?

A.M. - Não... ele era um homem culturalmente despreparado, apenas um bom fazendeiro, um bom criador de bezerro.

L.H. - Ele era frágil, no fundo.

A.M. - E pessoalmente era um bom sujeito.

A.C. - Ninguém tinha ódio dele.

A.M. - Não encontrei, em nenhum companheiro de revolução, pelo menos entre aqueles que têm critério, qualquer atitude hostil à pessoa de Jango. Agora, à pessoa do presidente, sim.

A.C. - E no caso do Krueel, na verdade o que se chamou de tentativa de negociação foi muito mais um tipo de...

A.M. - Quase um pedido: "Pelo amor de Deus, Jango, muda de posição!" Foi aquela coisa que eu disse quando estava no gabinete do Jair: "Diga ao Jair que mude de posição, porque ficará com todo o Exército. Agora, se ele não mudar de posição, salvo uns dois ou três, todo o resto virá contra o Jair e eu estou nesse meio." É a tal coisa: eu fui contra o Jair, mas não era contra o Jair. Foi o mesmo quando o Castelo e o Costa e Silva foram falar com o Jair e declararam: "Já temos um chefe."

A.C. - O Krueel tentou a mesma coisa?

A.M. - Mais ou menos. São coisas que eu não considero pecados. Quando muito, pecados veniais.

A.C. - E ele sabia que o que estava pedindo era uma coisa que o Jango não poderia fazer.

A.M. - E ele já tinha mandado dizer ao Castelo, tinha até telefonado ao Castelo. Eles tinham se falado. No dia 28 ou 29 ele mandou dizer, pelo Riograndino...

[FINAL DA FITA 37-A]

A.M. - ..., que podiam contar com ele. E ele não era homem de duas palavras. Se mandou dizer pelo Riograndino, ele estava firme.

A.C. - No fundo, o que ele pediu ao Jango foi para se desfazer...

A.M. - Do seu ministério, do grupo de pressão que estava em cima dele, porque seria a única forma do Kruel se manter leal àquela posição. Mas o Jango não podia mais, então o Kruel ficou conosco, porque antes de tudo ele apoiava as suas idéias, as suas convicções democráticas. Cada vez mais acho que o radicalismo não constrói e que os atos humanos devem ser julgados com muita isenção, principalmente na hora do calor. Então, eu prefiro não julgar. Acho, entretanto, que essa foi a intenção do Amauri, porque ele é um homem sério. Este é o meu ponto de vista.

L.H. - Eu queria agora saber sobre a área civil.

A.M. - Ainda na área militar, a senhora tinha-me perguntado como é que ela se articulou. Nessa fase de evolução, começamos a discutir como é que se poderia, se fosse necessário, fazer o movimento partir. E nós sentimos que o Rio de Janeiro seria muito difícil. Aqui estava o governo, aqui estavam comandos completamente leais ao presidente. No Rio Grande seria absolutamente difícil. No Nordeste seria muito excêntrico. Então, só havia possibilidade de duas ações: ou em São Paulo, ou em Minas. Nesse sentido, se fez um trabalho junto ao Ademar e ao Magalhães Pinto.

O Ademar declarou que ele não daria a partida porque, em 1932, São Paulo ficou sozinho e havia promessa de apoio de outros estados. Ele não queria ser o responsável pela repetição de 1932, mas acompanharia, estaria imediatamente ao nosso lado - como de fato esteve.

L.H. - Há uma declaração do Ademar em que ele diz que São Paulo seria o segundo estado a sair, mas nunca o primeiro.

A.M. - Exato. Então, só havia um jeito: era Minas. Já se sabia que Minas viria. Eu tinha sido convidado, o Cordeiro estava em ligação com o Magalhães Pinto, o Ademar tinha ligações com o Pinheiro Sete e outros elementos do estado. Ninguém falava com o Mourão, mas eu tinha tido ligação. Sabia-se que Minas viria.

A.C. - De maneira tumultuada ou não, viria.

A.M. - Viria. O IV Exército não poderia sair logo, porque tinha os problemas de Arrais, Julião, agitação na área... Antes teria que enfrentar aquela situação. Só se poderia contar com o IV Exército se ele dominasse situação interna, como realmente dominou.

L.H. - E ele estava muito longe.

A.M. - Sim, mas seria um elemento de apoio, no fim de um ou dois meses.

A.C. - No fim de um ou dois meses... quer dizer, vocês se preparavam para um luta longa?

A.M. - Eu tive uma conversa em fins de março... porque houve uma mudança de situação, procurando-se enfrentar o momento que vinha. Março foi o mês em que se deram as grandes definições. Esse mês começou com agitações e declarações crescentes. Era a SUPRA, eram as reformas de base, era a reforma agrária, era a legalização do Partido Comunista, era aquela efervescência toda.

E chegou a notícia de que no dia 1 de maio o tal golpe seria dado.

Então, concluímos: temos que fazer isso antes. Então, era preciso modificar a forma como tínhamos nos preparado para enfrentar a situação, para podermos partir antes. Começamos a fazer um novo trabalho de ativamento das articulações, de maneira a que pudéssemos partir antes do governo.

L.H. - Então, passou-se de uma revolução defensiva para uma revolução ofensiva.

A.M. - Exatamente. Isto correu quando se teve a notícia de que o governo queria dar o golpe no dia 1 de maio.

A coisa foi num crescendo, até chegar a sexta-feira 13, data marcada para o comício na Central. Os anúncios estavam ao lado do quartel-general. E a mim e a todos repugnava chegar ao quartel-general e ver aquilo: "Povo! Ao comício do dia 13!" Ao lado do quartel-general! Isso era quase levado como uma ofensa. Eu ainda me lembro de ter chegado ao gabinete do Castelo e dizer: "Castelo, você já viu a barbaridade?" E ele: "Calma, Muricy, nós temos que suportar isso." Mas era tremendo.

Nessa ocasião, deu-se também um fato muito importante. O sentimento de legalidade no Exército era ainda muito profundo. Já havia uns que estavam decididos a tudo e outros cujo peso de consciência não deixava tomar uma posição. Dois ou três dias antes do dia 13, encontrei com o major Braga, que depois foi para os Correios e Telégrafos. Ele me disse: "General, nós vamos acabar com o comício." E eu: "O que é que vocês vão fazer?" Ele: "Nós vamos acabar com o comício." Eu insisti: "O que é que vocês vão fazer, me diga o que é?" Ele: "Bom, general, nós temos aí um grupo que resolveu entrar no comício e acabar, com gasolina, com fogo." Eu disse: "Não, vocês tenham paciência... Você vai acalmar os seus companheiros. Isso não pode ser feito. Vocês estão vendo por uma ótica errada." Saí correndo para falar com o Castelo e o Costa e Silva. Reuni os dois e disse: "Isso é grave." O Castelo disse: "Muricy, você segure o que puder." O Costa e Silva também concordou. Dali a pouco chegou o Aragão, que tinha sabido, por meio de um outro oficial da área onde ele estava, que havia um grupo que ia acabar com o comício de qualquer maneira. Aí, providenciamos para um lado, para o outro... E veio o comício do dia 13. O ministro, por precaução, encerrou o expediente ao meio-dia. Eu fui cedo para o quartel-general. E fui procurar o Braga, que estava servindo na diretoria do pessoal, com o Acioli "Gordo", cunhado do Juracy. Chamei o Braga e perguntei: "Como é que está o negócio?" E ele: "Bom, general, já segurei todo mundo, mas há um com quem não consegui falar." E eu: "Então você vai sair e falar com ele." Virei-me para o Acioli: "Acioli, o Braga vai sair a meu serviço." Disse o Acioli: "Você sempre com os seus serviços..." Ele era muito brincalhão, muito amigo do Ademar. Lá saiu o Braga. Quando chegou uma hora da tarde, ele disse: "General, todo mundo está falado, não há mais problema." E o comício saiu.

O comício foi aquela barbaridade que todo mundo conhece. O Exército se sentiu afrontado, porque teve que dar cobertura ao presidente. Dando cobertura ao presidente, indiretamente ele deu cobertura ao comício. O comício foi absolutamente explosivo, subversivo e comunista, com as idéias mais loucas do mundo. Todo mundo viu na televisão o Hércules Correia falar no ouvido do Jango e o Jango quase

que transmitir as idéias do Hércules Correia. O Arrais, que tinha chegado do Nordeste, estava lá no palanque.

Aí deu-se uma coisa muito interessante, para se ver a importância que teve o comício. No dia seguinte, cheguei no meu gabinete e, como sempre, reuni a minha oficialidade. E um major falou: "General, que barbaridade o comício!" Eu disse: "Barbaridade? Eu achei excelente!" E ele: "Mas como, general?" E eu: "Você não está com raiva?" Ele: "Estou." E eu: "Pois então, quantos estão com raiva? Você quer coisa melhor do que isso?"

O comício influenciou numa porção de oficiais que estavam ainda indecisos se deviam romper com a legalidade ou não. Ele induziu, imediatamente, ao desequilíbrio da balança. Ao comício nós devemos também uma atitude de expectativa para uma ação. E mais ainda: logo em seguida desencadeou o episódio dos marinheiros no sindicato dos metalúrgicos, numa indisciplina gritante. Viram-se os marinheiros, com o cabo Anselmo à frente, dizerem e falarem, os fuzileiros foram lá, cercaram, depois confraternizaram, o Cândido Aragão saiu carregado nos ombros, depois veio o Jango e libertou os marinheiros, deu anistia a todo mundo e substituí o ministro da Marinha, Sílvio Mota, que era fraco, mas sério, e que tinha sido meu companheiro na Escola Superior de Guerra. Era um rapaz muito bom.

L.H. - Foi substituído pelo Paulo Mário.

A.M. - O Paulo Mário não tinha expressão nenhuma. Sentiu-se a quebra da disciplina em seu mais profundo grau: um marinheiro carregando um almirante, no meio de uma rua; os marinheiros revoltados perdoados pelo presidente.

A.C. - Um fato grave foi a mudança do ministério da Marinha, não foi?

A.M. - Tudo! O perdão dos marinheiros, no dia seguinte! Aquilo tudo mostrou ao pessoal do Exército, da Aeronáutica e da própria Marinha, que a anarquia, a indisciplina, levava ao esfacelamento da força armada, e o esfacelamento da força armada levava ao caos e dentro do caos tudo era possível. A partir desse momento, tomou-se uma atitude.

E aí eu voltei. Era a Semana Santa, eu tinha ido para Teresópolis, quando liguei o rádio e ouvi o episódio. Então, telefonei para o Cintra no Rio e perguntei: "O que é que está havendo?" Ele disse: "Muricy, venha depressa, que a situação está muito grave. Eu estou em ligação com o Castelo, o Costa e Silva, o Cordeiro e o Ademar e você venha já!" Eu ainda telefonei para o Gross, que estava em Teresópolis, e disse: "Estou voltando para o Rio."

Quando cheguei ao Rio encontrei a seguinte situação: não era mais possível esperar; tínhamos que tomar a iniciativa; em lugar do dia primeiro, tínhamos que sair já, porque não tínhamos a certeza de como estariam as forças armadas com o esqueletamento de sua estrutura hierárquica, no dia 1 de maio. Com a demonstração que tínhamos visto da Marinha, tínhamos chegado à conclusão de que era preciso partir o mais depressa possível.

Foram dias em que eu não mais parei em casa. Eu e os meus companheiros vivíamos dia a noite trabalhando.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.M. - Mas eu vou parar nesse momento e voltar ao ambiente no Brasil.

Como eu disse, principalmente esse começo de ano de 1964 foi de preocupações para a família brasileira. Todo mundo estava sentindo o ambiente cada vez mais pesado. Estava crescendo a perspectiva de uma ação do governo para a implantação de uma República Sindicalista, havendo "seu Brizola - que não era comunista, mas era agitador -, o crescimento no Nordeste do "seu Arrais, do "seu Julião e do "seu Dante Pelacani. Começou a haver, então, a formação da defesa da própria sociedade civil.

Na parte feminina, organizaram-se as ligas e os grupos. No Recife foi organizada a Liga Democrática Feminina, que enfrentou Arrais. A liga resolveu fazer um comício e o Arrais determinou que só poderia ser no estádio de vôlei. As mulheres foram para lá e foi apagada a luz de todo o itinerário. Então, as mulheres acenderam velas: só as mulheres da Liga Democrática Feminina; os maridos e os irmãos, do lado de fora, estavam armados, prontos para tudo: inclusive para matar e morrer! As mulheres foram para o estádio e à luz de velas fizeram o comício. A polícia de Arrais ficou em volta, pronta para a ação. Mas todo mundo enfrentou.

Em Minas, houve aquela ida do Brizola para aquele comício e as mulheres mineiras invadiram o local - era na Escola Normal -, botaram o Brizola para correr e ele nem chegou a tomar pé em Belo Horizonte. Voltou para o aeroporto e, em seguida, retornou para o Rio.

Em São Paulo fez-se a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Nunca se tinha visto tal massa na rua. Não foram só as mulheres, mas os maridos, irmãos, primos. E foi uma demonstração pública de repúdio à situação como se apresentava.

No Rio, pela CAMDE, a irmã do Molina, Amélia Molina Bastos, casada com Virgílio Alves Bastos, irmão do Joaquim, organizou uma demonstração que não se realizou porque veio a revolução. Então ela fez a demonstração depois da revolução, já como regozijo, como ação de graças.

Em vários lugares do Brasil as mulheres se prepararam.

Ao mesmo tempo, havia o receio de que a revolução viesse e o povo começou a se armar. No Nordeste os proprietários de terras e de usinas se armaram e aos seus capangas contra os camponeses, que também se armaram. Na Bahia, idem. Em São Paulo se armam e também no interior do Paraná.

Outro fenômeno que se dá é que um grande número de pessoas começa a querer sair do Brasil. Dada a instabilidade, as pessoas começam a se preparar para sair do Brasil, transferindo fundos, para, de uma hora para outra, pegar um avião e ir embora.

L.H. - Transformando propriedades em dinheiro.

A.M. - Muita gente vendeu propriedades para transferir dinheiro para o exterior. Era um ambiente de receio e, ao mesmo tempo, de vontade de lutar e de reagir, que atingiu toda a população. E a autoridade civil se engajou completamente.

Nesta hora fomos procurar todo mundo. Eu tinha alguns elementos de ligação nos meios civis. Todos esses vieram e mais outros. O Madureira trouxe vários amigos da área financeira e empresarial para conversar comigo, mostrando as preocupações. O mesmo acontecia com todo mundo. A casa do Cordeiro vivia cheia, era dia e noite. Eu até digo: como é que eles não viam o que estava acontecendo?! A casa do Castelo era outra coisa! Eu ia à casa do Castelo nessa ocasião e conheci uma porção de gente que tinha ido procurá-lo. Eu me lembro que numa dessas noites, eu disse que o Castelo, sempre muito formal, conspirava de colarinho e gravata... Eu ia para lá de camisa esporte. Geralmente a primeira coisa que ele dizia: "Da minha herança da Argentina, a Romana tem sido a mais prestativa." A Romana era uma empregada que foi menina para a casa do Castelo e foi educada por dona Argentina. Era dedicadíssima ao Castelo. Foi com ele para Brasília e lá ficou. Casou e ficou lá em Brasília. Mas eu chegava e o Castelo dizia assim: "Tem canjiquinha." Ele sabia que eu gostava muito. Então eu já ia

direto para a geladeira: "Me dá, Romana." E ela me dava lá a canjiquinha. Eu tinha toda a liberdade lá. Eu me lembro ainda que cheguei um dia em casa do Castelo, fui lá, comi a minha canjiquinha e fui para a sala. Quando entrei na sala, estava o Castelo, formal, com um senhor formal na frente e eu brincalhão: "Pronto! Capitão Muricy que se apresenta!" O Castelo me olhou e disse: "Aqui o almirante - que depois foi ministro da Marinha do Castelo - o..." Foi aí que eu o conheci. Os dois formais e eu... [riso]

A.C. - Qual é a fronteira que define o conspirador do simpatizante? Porque, afinal de contas, o general Castelo conversava com o senhor e com outras pessoas há bastante tempo. Quando o senhor considera que...

A.M. - Na hora em que ele toma a decisão que vai enfrentar a situação o simpatizante se torna um conspirador. Até então estou simpatizando e tudo isso, mas não estou preparando para agir. Na hora em que o indivíduo toma a decisão de agir, ele é um conspirador. Então, ele começa a atuar no sentido de angariar meios para agir.

A.C. - Nesse sentido o senhor se engajou como conspirador ainda no Nordeste?

A.M. - Mas lógico! Quando eu escrevi aquela carta para o Golberi, em janeiro de 1963, dizendo que eu li a *Ascensão e Queda do III Reich*, eu declarei: "Estou pronto!" E tomei a decisão. E foi mais ou menos nessa ocasião que o Cordeiro também tomou.

A.C. - Exatamente nessa ocasião. No mesmo mês.

A.M. - Sem ter a menor ligação. Eu não tinha informações, naquela ocasião, sobre esse assunto, tínhamos amizade, mas nunca tínhamos falado sobre esse assunto. Lá no Nordeste outros companheiros vieram a mim e se engajaram. Mas, nessa hora, por que é conspiração? Porque nessa hora eu comecei a conversar com meus oficiais no Nordeste e a catequizá-los para enfrentar uma situação, se necessário, para dar o espírito de luta de qualquer maneira. Conspirar é isso: preparar-se para alguma coisa que se vai fazer.

O pessoal civil também começou a atuar, preocupado, e vinha a mim, como ia aos outros: "Mas o Exército não toma nenhuma atitude? Por que o Exército está dormindo? Isso não é coisa que se faça..." E nos preparando, com a maior inocência do mundo dizíamos: "Não, o quê que se pode fazer, a situação é essa... a legalidade..." Com a maior cara de pau...

L.H. - Mas havia civis na conspiração?

A.M. - Havia.

L.H. - Sobre isso é que eu queria que o senhor falasse um pouco. Havia esse grupo de civis preocupados, mas havia civis na conspiração? O dr. Demóstenes, por exemplo, estava na conspiração?

A.M. - Tanto estava na conspiração que, quando eu tive a confirmação para ir para Minas, resolvi ir no carro do Demostinho. Aí, houve somente uma coisa: eu não disse que era para ir para Minas e eles estavam convencidos de que eu ia para São Paulo.

L.H. - Quais eram os civis de que o senhor se lembra que estavam?

A.M. - Quem mais tinha ligação com os civis era o Cordeiro. E o Castelo tinha. Muita gente foi falar com o Castelo. Comigo, entre os civis, estavam o Carlos Lacerda e alguns elementos ligados a ele. Eu não conversava diretamente com o Lacerda, mas eles atuavam junto do Linhares e eu e o Carlos Lacerda trocávamos recados que eu transmitia para o Castelo. E era assim, por uma cadeia, não havia encontros de um com o outro, havia o vai-e-vem.

Eu conversava com o Armando Falcão. Quero me lembrar daquele deputado que era muito amigo do Dutra... Eu me dava com o Bilac, com o Aduauto... o Bento Ribeiro Dantas. O Bento Ribeiro Dantas, inclusive, estava preparando os aviões, se fossem necessários. O Bentinho estava engajado. E o Amorim, da Cruzeiro, depois seguiu. O Castelo tinha uma porção de gente...

A.C. - Havia empresários?

A.M. - Empresários do Nordeste, cada um com a sua parte. Quando eu estava lá, eu tinha vários empresários que estavam prontos a lutar do meu lado.

L.H. - E que atividades, por exemplo, eles tinham? Só de pombo-correio? Ou tinham alguma tarefa?

A.M. - Não... aí era mais... é o tal negócio. Nós estávamos nos preparando para uma ação militar. E uma ação militar que nós julgávamos demorada. Então, vem aí aquela pergunta sobre o tempo que se esperava.

Numa dessas conversas, num momento de relaxamento, a grande maioria esperava que a luta durasse seis meses. Eu achava que demorava dois meses. Uma única pessoa disse: "Cai, como castelo de cartas." Golberi. E o governo caiu como um castelo de cartas.

E agora me lembro: através do Golberi havia um grupo também grande ligado ao IPE^S. Aquele pessoal do IPE^S estava todo engajado, inclusive para fornecer apoio em dinheiro, transporte, até para servir de condutor, de motorista, se fosse necessário.

L.H. - Eu queria falar um pouquinho do IPE^S, porque me parece que no meio civil a única coisa organizada que havia era o IPE^S. De onde surgiu o Harold Cecil Polland, que montou o IPE^S?

A.M. - Quando cheguei, já encontrei o Harold Polland no IPE^S. Então, a informação que eu vou dar tem uma validade relativa. O que eu sei é que ele, preocupado com o problema, conversou com várias pessoas, sentindo que era preciso começar a fazer um trabalho de esclarecimento junto ao empresário nacional sobre a situação. Aquilo que estava sendo feito no Exército e nas outras forças armadas era preciso fazer junto ao civil. E, dentro disso...

[FINAL DA FITA 37-B]

A.M. - ... ele conseguiu o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais e foi procurar o homem para dirigi-lo. E o homem que estava à mão, porque estava na reserva, era o Golberi.

L.H. - Exatamente. A informação que eu tive é que o IPE^S foi montado para o Golberi.

A.M. - Foi montado para a formação de uma consciência em torno de homens capazes. Então foi-se procurar o Golberi e um grupo que tinha passado pela Escola Superior de Guerra, no nosso tempo, e que tinha realmente grande eficiência. Então aparecem o Garrido Torres, o Glycon de Paiva, o Tubino, pessoal civil e pessoal da reserva.

A.C. - Roberto Campos...

A.M. - O Roberto Campos, o Leitão... Eu me lembro de dois episódios pequeninos, que servem de notícia também.

A.C. - Mas, na verdade, quem monta o IPÊS é o Golberi.

A.M. - É . O Golberi é que recebeu o encargo, dentro do espírito de fazer...

L.H. - Por isso é que se dizia que o IPÊS tinha sido uma coisa criada praticamente de encomenda para o Golberi.

A.M. - Não digo que foi de encomenda para o Golberi. Foi de encomenda para um esclarecimento do empresariado. Agora, o homem capaz de fazer isso estava à mão e era o Golberi.

L.H. - Juntou a fome com a vontade de comer.

A.M. - Também não sei quem deu o nome do Golberi. O Polland não o conhecia.

L.H. - Parece que foi o Glycon.

A.M. - Eu não sei quem foi. Naturalmente foi algum empresário que, tendo feito o curso da Escola Superior de Guerra, falou sobre o Golberi. Não sei, porque quando eu cheguei ao Rio, o Golberi já estava em plena atuação no IPE^S.

A.C. - O senhor acha que foi uma ação voltada especialmente para o empresariado?

A.M. - Não tenha dúvida: inteiramente voltada para o empresariado.

A.C. - E, nesse sentido, o empresariado a financiou?

A.M. - Naturalmente. Todas as despesas eram pagas pelos... Era um meio de fazer, porque o empresariado estava preocupado com a maré montante do comunismo. Era um meio de organizar um elemento de luta.

A.C. - O IPE^S teve uma função semelhante à do general Castelo, quando redigiu aquela reflexão sobre a legalidade. O IPÊS tinha como finalidade discutir todas as propostas ventiladas.

A.M. - Exato. A idéia do IPE^S, como a do Castelo, era esclarecer. Mas as idéias dos dois não eram idênticas. A idéia do Castelo naquele documento foi libertar os militares do compromisso de defender, como guarda pretoriana, um presidente. O presidente deve ser defendido e respeitado como presidente. Na hora em que ele ultrapasse esse limite, o que se tem que olhar é a pátria, é a instituição. Esse é o espírito do documento do Castelo.

Já no IPÊS era diferente. A idéia era mostrar o quadro, esclarecer e, principalmente, mover consciências.

L.H. - Trabalhar as mentes?

A.M. - É . Trabalhar as mentes.

A.C. - Nesse ponto, o senhor não acha que o IPE^S foi exatamente uma adaptação daquela experiência que tinha sido desenvolvida na Escola Superior de Guerra?

A.M. - Não, porque não era a mesma coisa. O SNI é. O Conselho de Segurança é, mas o IPE^S não.

A.C. - Eu digo isso porque tive oportunidade de ler alguns documentos, e, por exemplo, o IPE^S se preocupava em definir um programa de reforma agrária, de governo democrático...

A.M. - Mas aí é o esclarecimento do que é uma verdadeira reforma agrária. Porque o governo apresentava o problema da reforma agrária a seu bel-prazer, segundo a sua concepção.

A.C. - Mas era naquele espírito, que o senhor nos descreveu, de debater tudo na Escola Superior de Guerra.

A.M. - Mas isso é da metodologia da escola, mas não do espírito da escola.

A.C. - Não é da finalidade?

A.M. - Não é da finalidade. É coisa diferente.

Mas nesse período em que vim para o Rio, eu estava sem ajudante-de-ordens, porque ele ficou no Nordeste; terminou seu tempo, que eram dois anos. O meu antigo ajudante-de-ordens, o Mauro, aquele do Rio Grande, estava como major dos pára-quedistas, trabalhando para enfrentar a subversão. O Comandante era do partido, mas o Mauro trabalhava por baixo. Então, sabíamos que o comando era contra nós, mas lá embaixo havia elementos nossos.

Um belo dia, o Golberi me disse: "Muricy, vou pedir a você uma coisa. Há um capitão que foi mandado para fora, e eu queria que ele ficasse aqui no Rio. Você quer indicá-lo para ajudante-de-ordens?" E eu: "Indico." Indiquei, mas o ministro não atendeu. O capitão chamava-se Heitor Herrera e foi aí que eu o conheci. Pouco depois, Golberi veio para mim: "Ah, o capitão Roberto Ninô é um homem necessário aqui e foi transferido para a Bahia." Indiquei o Roberto Ninô. Outra vez levei o contra. Eram elementos muito perigosos, que o governo não me deu. Aí eu fiquei bravo, fui lá ao chefe-de-gabinete e disse: "Eu tenho direito, eu quero!" O Genaro disse: "Mas Muricy, você compreende, esse elemento... Mas há um rapaz, que está saindo do Exército, foi meu ajudante-de-ordens e vai ficar agora sem comissão. É um rapaz bom, sério. E eu tomei então esse rapaz que foi comigo para o Recife depois da revolução e que é Hugo Eisenborn. Fiquei com um peso de consciência: levava ou não comigo para Minas? Eu não o conhecia. Minha responsabilidade era muito

grande, porque ninguém sabia o tempo que a luta iria durar nem o que iria acontecer. Então, não o levei. Até hoje ele se queixa: "General, o senhor não me levou..." Mas isso aí é só um episódio. Esse era o ambiente.

A.C. - Quando o senhor falou nos grupos da conspiração, o general Golberi não apareceu.

A.M. - Não apareceu porque eu estou falando dos militares. Mas o Golberi tinha uma ligação ligeira com o Castelo. Ambos se conheciam, o Castelo gostava muito dele, mas não tinham uma ligação direta. Da mesma maneira, o Costa e Silva, que depois não gostou dele.

L.M. - Porque o Golberi tinha uma certa fama de muito intelectual...

A.C. - Todo homem capaz demais cria inveja. Então havia uma má vontade enorme contra ele por parte dos companheiros, porque ele era muito superior à grande média. Mas ele trabalhava. Então eu, que era muito ligado a ele, é que fazia a ligação entre esse grupo central e o Golberi. Três ou quatro vezes por semana eu saía do quartel-general, ao fim do expediente, e ia para o IPE^S. Sentava lá com o Golberi, conversávamos, trocávamos idéias, eu dava informações, dizia-lhe o que se passava, ele me dava os dados que podia e eu levava lá para os companheiros do Exército.

O Golberi era muito amigo do Orlando. Mas o Orlando não ia procurar o Golberi para não ficar marcado, e o Ernesto, apesar de muito amigo, também não ia. Eu já era mais do que marcado, então... uma marca a mais outra a menos não tinha importância. Eu é que fazia a ligação do Golberi, do IPE^S, com o grupo revolucionário militar. Ele me mantinha informado e eu o mantinha informado.

A.C. - Isso era uma forma de ligação com a sociedade civil, também.

A.M. - Exato. Agora vem a parte final da conspiração.

L.H. - O senhor teve notícias daquela famosa operação *Brother Sam*, em que os americanos parariam seus navios ao largo da costa?

A.M. - Não... aquilo tudo foi uma coisa unilateral, sem nenhuma... Houve conversas... O Guedes, como eu disse, estava completamente isolado do resto do Brasil. Minas era Minas. Então, ele fazia as coisas, conversou...

L.H. - Ele conversou muito com o consulado americano em Belo Horizonte.

A.M. - Pois é... mas... tudo isso muito superficialmente. E nós, por exemplo, que tínhamos toda a intimidade com o Walters - e o Castelo mais do que ninguém - nunca abrimos a boca para ele sobre isso. Nunca! Ele sentia: "Como é que vai, general?" E dizíamos: "Está ruim, estamos aqui brigando, mas está ruim." E não íamos além disso. Nunca! E mais: no dia seguinte ao que cheguei de Minas - dia 3 - encontrei o Walters no quartel-general e ele me perguntou: "Muricy, como é que foi aquele negócio? Estava tudo bem e de repente mudou?" E eu: "Não, o que há é isso." E contei a ele. Ele estava surpreso e não entendia como é que tinha acontecido.

A.C. - Quem conversava muito com o Walters era o Assis Brasil.

A.M. - É ... procurava...

A.C. - O senhor sabia disso? Ele conta isso nas suas memórias.

A.M. - Não. Dessa, eu não sabia. Mas aí vem o problema dessa... Quando houve o episódio do dia 13, o Castelo e o Costa e Silva sentiram que tinham que tomar uma posição e que seriam os chefes. E havia a possibilidade de um ou outro ser preso, então, cada um organizou o seu estado-maior para operações. Esse estado-maior se concretizou durante a crise dos marinheiros.

Na montagem do estado-maior do Castelo, nós estávamos reunidos: o Cordeiro, o Ademar, o Castelo naturalmente, eu e acho que o Cintra também. Começamos a ver que nomes trazer para o Castelo. Dois nomes surgiram imediatamente: o Cordeiro sugeriu o Golberi e o Ademar sugeriu o Ernesto. O Castelo

não tinha grande intimidade com os dois e, com o Ernesto, tinha havido aquele problema com o Orlando. Nunca tinham servido juntos. Com o Golberi, foi só questão de dar um telefonema: "Golberi você vem aqui falar com o Cordeiro", ou com o Ademar, não me lembro mais com quem. E ele veio.

Com o Ernesto, surgiu o problema de como conversar. Foi aí que o Castelo me perguntou: "Como é que nós fazemos isso?" Eu disse: "Vamos lá à casa dele." E ele: "Mas onde é a casa dele?" E eu: "Vamos lá, eu levo." Fomos o Cordeiro, Ademar e eu para a casa do Ernesto. Quando chegamos lá, estava o Aduauto Esmeraldo e um rapaz que é o irmão mais velho do Draud Ernani, o Dedé, muito amigo do Ernesto. Quando eu olhei aquilo lá, fiquei num canto com o irmão do Draud Ernani.

L.H. - O Draud estava na conspiração também?

A.M. - Não. Nem ele nem o irmão dele. Mas então, eu tinha que disfarçar e fiquei ali, porque o Aduauto estava. O Aduauto é que me emprestou a arma para eu ir para Minas.

A.C. - Que situação, general! Ele é que lhe emprestou a arma?!

A.M. - Foi, porque eu tinha uma pistolinha pequena, 7/65. Não... eu fui com essa pistolinha 7/65. Ele me emprestou, mas chegou tarde, agora me lembro. Eu ia pegar uma pistola 45, que é outra coisa.

Mas eu fiquei conversando e o Cordeiro e o Ademar conversaram com o Ernesto. Até que a coisa acalmou - porque eu só ouvia resmungos - saímos de lá e o Ademar disse: "Pronto Muriçoca!" - ele só me chamava de Muriçoca - "Vamos embora." No caminho, eu soube que o Ernesto tinha aceitado. E aí começou a haver o estado-maior do Castelo e o do Costa e Silva.

No estado-maior do Castelo estavam: o Ademar, que já estava na reserva; o Cordeiro que, apesar de mais antigo, vivia lá, opinando; o Golberi; o Ernesto; o Mamede; o Malan e eu. Mas eu estava sempre naquela expectativa de Minas, embora nessa altura dos acontecimentos não tivesse tido mais contato...

L.H. - O senhor não estava mais contando com isso?

A.M. - Não estava mais contando, embora não estivesse excluindo. Então estava me engajando, mas numa situação de talvez ocupar a costa, onde o comandante era o meu velho e querido amigo de infância Moraes. E aí entrou uma daquelas dores de consciência. Outro dia eu ainda estive falando com o Djalma Dias Ribeiro e disse: "Djalma, eu cheguei a parar o carro na porta da Artilharia de Costa, para ir conversar com o Moraes." Depois eu pensei: "Mas a minha responsabilidade é tão grande, que eu não posso!" É o meu caso com Moraes. Talvez se eu tivesse conversado não tivesse depois de tomar uma decisão dolorosa, de indicar o nome do Moraes para ser cassado ou ser reformado, naquela ocasião. São coisas que a gente...

L.H. - É o estado-maior do Costa e Silva?

A.M. - O Costa levou o Cossé, o Siseno, o Portela...

L.H. - O Aragão estava?

A.M. - Não sei bem se o Aragão estava.

L.H. - E o Riograndino?

A.M. - Riograndino estava, embora já na reserva, mas ao lado do irmão. O Riograndino esteve sempre conosco nesses últimos dias.

A.C. - E o Kruel? O Kruel estava no II Exército e o Riograndino no estado-maior do Costa e Silva?

A.M. - Ele veio para cá e estava no estado-maior do Costa.

A idéia era fazer um estado-maior móvel, de postos de comando isolados de onde se pudesse manter as comunicações com os diferentes... acompanhar, meio na clandestinidade, os acontecimentos e comandar aquilo que fosse possível.

A.C. - E havia uma definição de funções ali dentro?

A.M. - Não. Era um estado-maior absolutamente informal, em que debatiam-se todos os problemas.

A.C. - Era uma espécie de direção?

A.M. - Era uma direção colegiada, chamemos assim. Não era um estado-maior: você é segunda seção, você operações... Não havia uma separação de funções. Discutia-se tudo com todos.

A.C. - Mas havia, segundo os talentos, as vocações naturais?

A.M. - Não, eram todos muito bem qualificados e muito bem cotados.

A.C. - Eu ouvi dizer que o general Mamede ficou um pouco na área de operações do Castelo.

A.M. - Não, o Mamede não ficou. Todo mundo dava palpite. No dia 27 ou 28 eu me afastei, porque veio o convite do Mourão. A constituição do estado-maior foi mais ou menos no dia 20. A constituição do estado-maior foi mais ou menos no dia 20. Eu me lembro que, quando eu descii de Teresópolis naquela Sexta-feira Santa, eu já... o estado-maior foi constituído.

L.H. - Foi no dia 20 que o Castelo lançou aquela circular.

A.M. - No dia 20 a coisa já funcionava. Já tinha havido a circular, o Castelo já tinha tomado uma posição clara. A coisa já era para não ter mais... Mas eu não entendo como é que o governo não viu, porque a coisa era quase ostensiva! Era quase ostensiva! Eu não sei, até hoje! Cegos, cegos, cegos.

L.H. - Há uma coincidência de datas muito interessante. No dia 20, o general Castelo lançou aquela circular interna, que já é quase um convite ao levante. Nesse mesmo dia 20 aconteceu a convenção do PSD, que indicou o Juscelino candidato às eleições em 1965. Então, a sensação que se tem é de que a coisa corria em dois níveis: de um lado, a conspiração já estava pronta para estourar e de outro havia uma ficção partidária... de que os políticos estavam tentando salvar a situação.

A.M. - A conspiração, apesar de toda essa movimentação, não foi percebida pelos políticos, nem por muita gente que não era político. Nesse período, a mim como a outros, vieram políticos dizendo: "Mas general, o Exército não toma nenhuma atitude?" E eu: "Mas o que é que a gente pode fazer? Nós estamos dentro da Constituição! Temos que obedecer a Constituição." Era isso que eu e os outros fazíamos. Na própria Marinha, quando houve o episódio dos marinheiros e depois o do Minas Gerais, em que depuseram o comandante, que tinha servido comigo lá em Natal me disse: "General, Muricy... na Marinha nós não temos mais nada! Como é que vamos fazer?!" Respondi: "Você se lembra do episódio do Alcazar de Toledo? Unam-se, armem-se, levem munição, levem alimento, vão para o Clube Naval, cerquem-se lá e lutem enquanto o Clube Naval estiver em pé."

L.H. - Bela lembrança, o episódio do Alcazar de Toledo. É isso mesmo.

A.M. - Foi isso que eu disse para ele. E eu sabia que estava para arrebentar a revolução. Mas era aquela coisa de não divulgar.

L.H. - E na Marinha havia um problema estranho, porque o Aragão era almirante de fuzileiros.

A.M. - Sim, e o pessoal da armada estava pronto para a luta, mas não tinha como, inclusive porque na Marinha os sargentos, os cabos e os marinheiros estavam revoltados! Desde o episódio... A Marinha perdeu a sua base. Nós nos preparamos para que não acontecesse no Exército a mesma coisa.

A.C. - Como foi esse episódio do Minas Gerais?

A.M. - Foi nomeado um comandante para lá, não me lembro quem era, e ele recebeu o aviso de que não fosse para bordo.

A.C. - Na mesma época?

A.M. - A Marinha esfacelou-se. Havia gente disposta a morrer. Isso foi naqueles últimos dias. Os últimos dias foram trágicos! Eu praticamente não dormia. A partir do dia 23 ou 24, eu dormia aos pedacinhos, porque eu virei cem por cento conspirador.

L.H. - Isso da Marinha estava muito sério mesmo. Inclusive, no dia 1, a luta séria que houve aqui no Rio foi no Arsenal de Marinha.

A.M. - É . O problema na Marinha estava sério, tremendo. Eu acho que quem agüentou muito foi aquele rapaz, que foi almirante, intendente. Ele enfrentou, reagiu. Quero lembrar o nome dele...

A.C. - Houve umas coisas impressionantes com o cabo Anselmo, que afinal não era "revolucionário", era ligado, parece, a serviços de informação.

A.M. - Não! Não! Não! Ele era comuna, mesmo! Cabo Anselmo não foi posto por ninguém lá dentro! Era elemento comunista infiltrado para ser diretor do Clube de Cabos e Soldados. Não tenha dúvida! Depois vieram com histórias!

Eu vou lhes contar uma história. Às vezes me contam que a CIA fez, o FBI fez... o SNI... A imaginação do povo é uma coisa impressionante! Vieram me perguntar se eu fiz isso e se fiz aquilo... O que se inventa é uma loucura!

Então, nós chegamos agora a um ponto em que se desencadeou a parte militar da revolução. Eu entro, então, na vinda do Neder.

Nós perdemos, como eu disse, o contato com o Mourão. Sabíamos das ligações com Minas, o que estava sendo feito. Os homens de ligação eram o Cordeiro e o Ademar. Nós não fazíamos ligação nenhuma.

Na noite do dia 27, eu recebi um telefonema: "General Muricy, aqui quem fala é Roberto Denis". E eu: "Como vai, Roberto?" Era o filho do Denis. Foi a primeira vez que eu tive notícia do nome Denis na revolução. E ele: "Eu queria ir aí hoje à noite, levando ao senhor um amigo nosso." Eu disse: "Vem" e esperei. Chegaram o Roberto Denis, o cunhado dele, e o juiz Antônio Neder, lá de Petrópolis. Aí ele se apresentou, dizendo que estava ligado ao Mourão e à conspiração em Minas, que ia constantemente a Juiz de Fora - nessa evolução dos fatos, já tinha havido o caso dos marinheiros - e que Minas estava se preparando para partir. Então, o Mourão mandava me perguntar se eu confirmava a minha palavra de ir assumir a tropa.

Eu disse: "Bom, o convite foi em dezembro e está sendo reforçado agora. Eu tenho que falar, porque já tenho outras ligações. Preciso ver onde eu vou atuar. Dou a resposta amanhã."

A.C. - Quando foi isso?

A.M. - Na noite de 27 ou 28 de março, depois do episódio dos marinheiros e bem antes do episódio dos sargentos no Automóvel Clube.

No dia seguinte, como sempre, fui ao encontro dos companheiros e expus: "O Mourão mandou me perguntar isso. E eu quero saber: dentro desse quadro, onde é que eu serei mais útil?" A resposta unânime foi: "Vá para Minas. Lá nós não temos ninguém de confiança. Você será um homem em quem vamos acreditar." Eu disse: "Bom, então eu me desligo, porque de agora em diante eu vou pensar em outras coisas." Eu me desliguei e comecei a me preparar para ir para Minas.

Já eu tinha combinado com o Valter Pires e com Caracas Linhares e tinha procurado falar com o Itiberê. Mas não encontrei o Itiberê. Andei catando de todo jeito, mas foi uma dessas coisas de desencontro. Então, chamei o Walter Pires e o Caracas e disse: "Quero que vocês me confirmem. Vão comigo para Minas?" E eles: "Vamos." Eu: "Então vamos começar a preparar: como é que nós vamos, o que vamos fazer, quando vamos. A previsão é de que tudo esteja preparado até o dia 10 de abril. Até lá ainda há muita coisa para fazer, porque, principalmente no Rio Grande, a coisa está ainda muito fluida. E nós queremos que a coisa se resolva com um mínimo de choque. Para o Nordeste, não há problema nenhum." O Castelo já tinha mandado falar com o Justino e o Justino tinha confirmado sua posição ao lado da revolução, já aceitando o Castelo como chefe e dizendo que o IV Exército estava árdego...

[FINAL DA FITA 38-A]

A.C. - Aquelas velhas dificuldades tinham-se resolvido.

A.M. - Foram completamente superadas. Então eu comecei a dizer: "Isso aí vai ser, possivelmente, entre 1 e 10, é quando se espera que esteja pronto, para se poder desencadear a revolução. Antes disso não dá."

A.C. - Para esperar o Rio Grande...

A.M. - Para fazer uma coisa harmônica. Nós tínhamos a preocupação de evitar um derramamento de sangue e o choque, embora esperássemos o choque. Mas queríamos esperar o choque em melhores condições. Então estávamos mandando gente de um lado para outro, para poder desencadear a operação com a maior segurança possível. Foi gente para o Nordeste, gente para o Sul... E Minas, como já se estava preparando para embarcar e veio o convite para mim, não se pensou. Mas fez-se ligação com São Paulo, mandou-se o Malan para o Sul, onde ele foi surpreendido, dia 31, lá em Porto Alegre...

Eu comecei, então, a me reunir com o Valter Pires e com o Heitor para estudar. Primeiro imaginamos que tínhamos que ir para Juiz de Fora uns dois dias antes. Ficaríamos até na casa de uma parenta do Linhares, a fim de nos ligarmos ao pessoal da região, para ajudar o levante da tropa.

Ao mesmo tempo, vimos que a tropa mineira era fraca em relação à do I Exército aqui no Rio, muito mais armada e numerosa, com uma estrutura muito melhor. Teríamos que brigar na serra o máximo possível.

Aí estudamos a possibilidade de não ficarmos parados em Minas, nem de virmos loucamente tomar o quartel-general. Nós nos lembramos de 1932, quando o Novais parou em Cruzeiro e com isso a revolução de São Paulo parou dentro de São Paulo. Então sairíamos de Juiz de Fora, ficaríamos o máximo possível na serra e, se possível, desceríamos! Mas iríamos até a baixada e pararíamos. Dali em diante era suicídio. Até a serra, pegando de surpresa, viríamos.

Adotada essa idéia, o Valter trouxe alguns companheiros - ele estava na Escola Superior de Guerra - e conversamos um pouco sobre a parte militar que teríamos que empregar. Entre eles estava o Lepiane, que depois comandou o 4o. RI, onde o Lamarca roubou aqueles fuzis e, com isso, o Lepiane perdeu toda a capacidade de comando.

O Valter trouxe também o Andreazza, que era tenente-coronel; veio um outro...

L.H. - O Andreazza era amigo do Valter Pires?

A.M. - Era amigo do Valter Pires e companheiro de trabalho na Escola Superior de Guerra. Nós estávamos discutindo isso e periodicamente procurávamos ligação lá com Minas, muito discreta, mas tudo... Não houve modificação e nos preparamos para essa ação que seria no começo de abril.

No dia 30 de março, houve aquela reunião do Automóvel Clube. E à tarde começaram a chegar umas notícias esquisitas de Minas, que em Belo Horizonte tinha havido um movimento de tropas, tinha ido qualquer coisa lá para o lado da cidade industrial. Umas coisas esquisitas... Eu ainda liguei para o Ernesto e perguntei: "Você sabe alguma coisa?" E ele: "Não, não sei nada." Liguei para o Ademar, que também disse: "Não sei nada." Procurei falar com o Itiberê, que era mineiro também, e não consegui. Pensei: "Então não há nada." De noite, estava acompanhando o discurso do Automóvel Clube... Aliás, eu assisti ao ato do Automóvel Clube em quatro casas diferentes: na minha, na do Castelo, e em duas ou três diferentes, por que eu andei trabalhando para o movimento. Na casa do Valter... Nessa noite, às três horas da manhã, entrou lá em casa o Raimundo Padilha com mais dois e perguntou: "Muricy, arrebitou o negócio em São Paulo?" Eu disse: "Não. Não há nada em São Paulo. Há pouco tempo nós tivemos uma ligação com São Paulo." E eles: "Nós estamos aqui prontos para o que der e vier."

A.C. - Os telefones não estavam censurados?

A.M. - Não tinha censura nenhuma! A gente falava claramente. A não ser na parte de conspiração, que a gente dava apelidos. Por exemplo: o Castelo era... Eu comentava com o Cintra: "Você já falou com o cearense?" E ele: "Não falei." Eu dizia: "Fale com o dr. Jardim." Dr. Jardim era o Cordeiro, que morava na Praça Eugênio Jardim. Assim nós íamos conversando, trocando idéias, mas não havia censura nenhuma.

A.C. - Vocês tinham certeza disso?

A.M. - Se tivesse havido... mas chega um ponto em que tanto faz como tanto fez. Mas a impressão que eu tinha é que não havia tempo de se aproveitar a informação. E não havendo tempo, qualquer coisa servia. Sabíamos que ainda não havia nenhuma situação anormal naquela noite de 30 para 31 em Minas, a não ser essa coisa em Belo Horizonte. Depois eu vim a saber o que tinha acontecido: já era o Guedes, que tinha se levantado no dia 30. Realmente, no dia 30 o Guedes tomou uma posição contra o Nairo Vilanova Madeira que tinha sido mandado... Também depois é que eu fui saber que houve no dia 28 uma reunião com o Mourão, o Guedes, o Magalhães...

L.H. - No Campo de aviação de Juiz de Fora.

A.M. - No campo de aviação, para firmar o dia 30. O Guedes declarou que só fazia o levante na lua cheia, que em quarto minguante ele não fazia, ou fazia antes, ou depois, que não dava certo... Eu vim a saber disso depois, nós não sabíamos nada.

Nessa situação, a coisa foi e nós nos preparamos para embarcar a qualquer hora. Quando chegou a manhã de 31, às seis horas passou lá em casa o Valter Pires, que disse: "Antônio Carlos, como é? É hoje, não é hoje?" Eu disse: "Não é hoje." E ele: "Então vou embora para a escola." E foi. Dali a pouco, às sete da manhã, o telefone tocou. Era o Neder: "Olha, general Muricy, o nosso amigo lá de Juiz de Fora manda dizer que ele começou a brincadeira." E eu: "Mas como, Neder?!" "Ele mandou lhe avisar." Depois eu soube que ele mandou avisar também ao Lacerda e ao Armando Falcão.

L.H. - O Neder estava em Petrópolis?

A.M. - Estava. Ele disse: "Estou telefonando daqui porque o nosso amigo lá de Juiz de Fora declarou que começou. E ele quer saber a que horas o senhor pode estar." Eu disse: "Bom, agora eu tenho que pegar novamente os companheiros e me preparar. São sete e pouco... Meio-dia, meio-dia e pouco eu estou em Juiz de Fora. Pode dizer a ele."

Imediatamente saí correndo, peguei a caminhonete e fui à casa do Ademar de Queiroz, que estava se preparando para uma reunião do estado-maior do Castelo, na casa dele. Ele estava esperando o Golberri e o Ernesto - o Malan já tinha seguido para o Sul - para depois irem ao Castelo, levar as conclusões da ... Eu cheguei lá...

A.C. - Para que era a reunião?

A.M. - Para preparar o movimento aqui no Rio. As reuniões da conspiração eram periódicas.

A.C. - Mas eles não estavam sabendo de Minas?

A.M. - Não. Eu é que cheguei e disse. Só estava o Ademar, quando eu cheguei lá. Eu disse: "Ademar, eu recebi esse telefonema do Neder." E ele: "Mas não pode, você é um afobado, isso aí não pode ser." Eu disse: "Houve o levante. O Neder não ia me telefonar e dizer que o Mourão começou o levante se não fosse verdade." O Ademar: "Não, você está afobado, espera aí que eu vou confirmar." O Landri, que era o homem da telefônica, tinha dado ao Ademar um telefone especial e ele ligava diretamente. Ele ligou e falou nem sei com quem lá em Belo Horizonte. Perguntou: "Há alguma coisa aí?" Responderam: "Não há nada." Ele me disse: "Olha, Muricy, não há nada, você está é afobado." Eu disse: "Liga para Juiz de Fora. Manda ver lá em Juiz de Fora." Aí ele fez nova ligação. Enquanto isso, a Valdina foi ver um café para mim, porque eu tinha saído sem café. Quando eu estava tomando café, o Ademar disse: "Levantou Juiz de Fora, confirmado." Eu disse: "Bom, então eu vou embora. Avisa ao Castelo já. Avisa ao Ernesto e ao Golberi e eu darei notícias." Ele perguntou: "Como?" E eu: "Não se incomode que alguém vai lhe dar notícias. Lembrei-me de Virgínia, que não ficaria em casa. Mas, se não fosse Virgínia, seria meu filho Marcos que daria a notícia.

Saí correndo. Fui para casa e telefonei para o Valter, que estava na escola. Eu disse: "Valter, é hoje, já. Volta para casa que daqui a meia hora eu vou te pegar." Telefonei para a casa Linhares. A Otília me disse: "O Heitor tomou um remédio um calmante e está dormindo." Eu disse: "Acorda, porque ele vai comigo já". Ela disse: "Mas então, general, ele está meio tonto..." Eu disse: "Vou para aí já." Meti o pé e fui pegar o Heitor, que estava tresnoitado, meio dopado ainda. Eu disse: "Vai se vestir, vamos embora." Fomos no meu carro. Eu tinha me preparado para ir no carro do Demostinho, porque era um meio de ninguém saber. Todo mundo conhecia o meu carro. Apesar de ser uma caminhonete particular, todo mundo sabia que ela era do general Muricy. Era uma Rural Willys. Mas não deu tempo de coisa nenhuma e fui eu mesmo dirigindo. Peguei o Linhares... Ele estava botando a gravata. Eu disse: "Larga a gravata!" E ele: "Mas Muricy, eu não sei andar sem gravata..." Peguei o Linhares, botei no carro, pegamos qualquer coisa, passei em casa do Valter, ele já estava pronto, passei lá em casa.

Eu tinha-me preparado para que Virgínia não ficasse em casa. Um dos auxiliares do Brizola era meu vizinho na rua Santa Clara e eu tinha receio de que o Brizola aproveitasse para fazer o que não pôde fazer nas outras vezes.

L.H. - Descontar faturas antigas, não é?

A.C. - Vizinho de prédio?

A.M. - O meu prédio ficava ao lado do dele. Eu morava no primeiro andar; no prédio vizinho, no terceiro andar - parece - morava esse secretário do Brizola. Eu preparei para que Virgínia fosse para a casa do meu cunhado em Teresópolis.

A.C. - O senhor lembra o nome desse secretário do Brizola?

A.M. - Não, não lembro. O meu cunhado tinha um nome alemão, de maneira que dificilmente achariam Virgínia e as crianças. Mas ela resolveu não ir. Resolveu ficar porque era um meio de manter a ligação. Telefonei para o meu filho Marcos e avisei: "Estou indo embora lá para Minas." Ele pegou o carro e ainda saiu para ver se me alcançava, mas eu estava com velocidade superior à dele.

A.C. - Mas era muito perigoso deixar a família assim. Uma chantagem, uma coisa assim...

A.M. - Eu ia levar, mas... E eu posso com pernambucana? [risos]

A.C. - Pernambucana é fogo!

L.H. - À 11 horas da manhã o Jango ainda não sabia que o Mourão tinha saído. O Palácio Laranjeiras não tinha a menor idéia do que estava acontecendo.

A.M. - Eu soube porque o Neder me avisou. O Ademar soube porque eu avisei e ele confirmou. Em Belo Horizonte não havia movimentação.

L.H. - O Lacerda também sabia desde cedo. Acho que o Neder avisou.

A.M. - O Neder telefonou para mim, para o Lacerda e para o Falcão. Foram os três telefonemas que o Neder deu. Tanto que, quando eu saí de casa, procurei entrar pela Farani - naquele tempo não havia ainda o aterro - e não pude, porque o Lacerda já estava fechando a rua. Eu disse: "Toco então pelo morro da Viúva, pela praia, para ir embora. E eu disse para o Valter e Linhares: "Vocês, se têm coração, fechem os olhos, porque eu vou correr."

L.H. - Naquele tempo, a estrada era perigosíssima.

A.M. - Mas eu saí de Copacabana às 9 h da manhã e às 12:20h estava entrando no QG.

L.H. - Mas então, naquele estrada horrorosa o senhor deve ter corrido feito um alucinado...

A.M. - Eu disse: "Se vocês têm medo, fechem os olhos."

A.C. - Quando o Neder comunicou ao senhor a decisão do Mourão?

A.M. - Às sete horas da manhã. Eu saí de casa, fui à casa do Ademar, voltei, fui à casa do Linhares, voltei, fui à casa do Pires, passei lá em casa, me despedi de Virgínia. Não eram 7:20 h quando eu estava com a notícia de que o Mourão tinha partido. Era uma decisão que precisava se confirmar e uma vez confirmada, parti.

Mandei o aviso: "Parti". E aí começa uma outra fase, em que eu falo individualmente, na primeira pessoa, porque refere-te à minha atuação no que vai acontecer.

Daqui em diante é a parte do Destacamento Tiradentes. Até lá era a revolução geral, agora entra a parte do Destacamento Tiradentes. Até lá era a revolução geral, agora entra a parte do Destacamento Tiradentes.

15ª. Entrevista: 06.04.1981

L.H. - O general, tínhamos combinado na última sessão que começaríamos hoje contando a história do Destacamento Tiradentes.

A.M. - Exatamente. Eu estava então saindo do Rio de Janeiro, depois de receber o aviso do general Mourão de que ele havia levantado as tropas mineiras, antes do prazo que nós tínhamos combinado.

Eu já contei que estava previsto a partir do dia 2, quando se poderia ter uma noção melhor da articulação dentro do Brasil. Mas Minas estava fazendo a revolução à moda... só Minas.

Depois eu vim a saber que os mineiros tinham marcado mesmo para o dia 31, tendo havido uma reunião no dia 28. Aí há uma certa contradição, por que o Neder esteve em minha casa na noite de 27 para 28 e não me falou nada sobre o prazo. Pelo contrário, eu combinei com ele que eles me avisariam com dois dias de antecedência, para eu ir para Juiz de Fora, a fim de poder tomar parte e ajudar a fazer o levante. E eu recebi a notícia de já ter havido o levante, de maneira que há uma certa contradição. Não vamos entrar em polêmica, porque não adianta.

O fato é que na noite de 30 para 31 realmente houve a notícia de movimento em Minas. Depois viemos a saber que o Guedes naquele dia recebera a notícia de que o general Nairo Vilanova Madeira tinha sido ou seria nomeado para substituí-lo no ID 4. Ele reuniu a oficialidade e declarou que daquela momento em diante não recebia mais ordens do governo, rebelando-se portanto. A verdade é que ele se rebelou no dia 30.

Mas o Guedes não tinha propriamente tropa. A única tropa do Exército que ele tinha em Minas era o 12º. RI. Portanto, pouca coisa para uma posição de revolta. Isolada, não tem expressão. De qualquer maneira, foi ele quem deu o início a essa coisa que depois se propagou rapidamente por todo o Brasil.

Mais tarde, ao chegar a Juiz de Fora, eu soube também que o Mourão tinha ficado em dúvida sobre a hora, mas que naquela noite - pelo menos ele me disse isso -, ouvindo o discurso do presidente no Automóvel Clube, com o tal do cabo Anselmo ao lado, e constatando o número de sargentos, ele viu que aquilo não era mais possível e resolveu desencadear a revolução.

Os oficiais do estado-maior do Mourão que depois estiveram comigo - uma rapaziada muito boa - reforçam uma parte dessa assertiva e, por outro lado, declaram que pressionaram o Mourão, porque sentiram que aquilo não era possível. Eu acredito mais nessa última versão dada a natureza dos homens que compunham o estado-maior.

O fato, como eu disse, é que naquela manhã eu procurei confirmar o levante, não tive confirmação no Rio e só às sete e pouco da manhã é que eu tive a chamada do ministro Neder. Ele ainda estava em Petrópolis, ia seguir para Juiz de Fora e me perguntava a que horas eu poderia chegar lá. Eu disse que a partir de meio-dia poderia estar lá.

Eu tinha combinado que iria no carro do Demostinho, para não chamar a atenção. Mas não tive tempo. Somente telefonei para o meu filho Marcos, avisando que ia seguir. Também falei com Virgínia, que ia embora, pedi para ele ir para Teresópolis. Ela não foi. Eu avisei o Pires e o Caracas e partimos.

Eu saí do Rio de Janeiro mais ou menos às nove horas da manhã. Saí de Copacabana. Ao chegar à rua Farani, já encontrei a rua bloqueada por viaturas - jipes ou coisa que o valha - e guardas fechando o trânsito. Eu senti, então, que o Carlos Lacerda já estava avisado, conforme, aliás, o Neder havia me dito. E eu disse ao Pires e ao Caracas: "Vamos agora o mais rápido possível." O aterro ainda não estava pronto, nós corremos pela praia, eu não respeitei nenhum sinal até sair da cidade, para pegar a avenida Brasil. Acredito que até aí a velocidade média tenha sido acima de 80. Depois foi o que o automóvel deu na estrada, eu mesmo na direção. Nessas horas eu gosto de mim mesmo, tenho confiança em mim.

Eu fiquei depois preocupado que o governo já estivesse alertado. Mas quando nós passamos no batalhão de carros, ali na avenida Brasil, eu vi que os portões estavam abertos e uma lavadeira estava entrando com uma trouxa de roupas no quartel. Isso é coisa de vida militar, que a gente conhece de tropa, então eu disse: "Não há prontidão, eles não estão alertados. Eu vou direto." Eu tinha pensado que caso Petrópolis estivesse bloqueada eu faria contorno. Seria muito mais longo, eu iria por Teresópolis e sairia por Itaipava, mais adiante. Iria perder tempo. Mas aí eu disse: "Dá para ir direto."

A.C. - O Sinal foi a lavadeira?

A.M. - Sim. A lavadeira foi o sinal de que não havia prontidão. O conhecimento da vida de tropa...

A.C. - Quando há prontidão a lavadeira não entra?

A.M. - Não entra. Pelo menos, o portão está fechado. Ela entra com licença especial e escoltada.

Eu então segui direto, o mais depressa que a viatura podia. A estrada ainda era a antiga, cheia de curvas. Estava tudo tranqüilo, não vi movimento nenhum. Durante o caminho, fomos confirmando o estudo, que nós havíamos feito na carta, de pontos onde se poderia barrar a progressão do I Exército que naturalmente mandaria forças contra nós e forças muito mais poderosas. Nós não teríamos forças para enfrentá-lo em campo aberto. Então víamos os pontos onde poderíamos colocar tropas, principalmente naquele trecho entre Petrópolis e Areal, que é muito dobrado. Ali seria relativamente fácil segurar a progressão das tropas.

E só fomos encontrar notícia de que tinha havido mesmo revolução, levante de tropas, quando chegamos em Matias Barbosa.

L.H. - Quer dizer que na divisa do estado também não havia nada?

A.M. - Nada. Havia pouco trânsito, ou seja movimento normal de estrada, com carros e caminhões.

Ao chegarmos a Matias Barbosa já vinha um esquadrão de reconhecimento mecanizado. São carros leves. Estavam sobre jamantas, se deslocando.

Eu parei o carro, o oficial que comandava era o capitão Mandarinó que parou também. Eu pensei: "Para que é que eu vou perder tempo?" Fiz sinal para eles continuarem e continuei também.

O fato é que ao meio-dia e vinte eu dei entrada no QG da 4^a. Região. Dirigi-me imediatamente para o gabinete do Mourão e me apresentei a ele. Ele se mostrou muito satisfeito de eu ter chegado com o Pires. Com o Linhares havia restrição, porque ele era muito ligado ao Lacerda. E Lacerda não era estimado nem pelo Mourão, nem por alguns dos oficiais do estado-maior. Outros pelo contrário, gostavam muito dele. O Lacerda sempre teve uma particularidade de dividir opinião. O chefe do estado-maior, coronel Costa, me disse: "Mas general Muricy, o senhor traz esse homem que é amigo do Lacerda?" Eu disse: "Não importa quem é que eu estou trazendo! Eu estou trazendo e ele vai ficar comigo! Está acabado!"

Ele então não pôde dizer nada e eu me apresentei ao Mourão. Ele me disse: "Então você vai assumir o comando do destacamento." Chamou o E-3, que é o oficial de operações, major José Antônio Barbosa de Moraes, que hoje é general e comanda Florianópolis e me disse: "Vá em ligação com ele". O Moraes me disse que a tropa à minha disposição seria o regimento de Juiz de Fora. Era o Grupo de Artilharia de Juiz de Fora, o 11^o. RI, na base de um batalhão, com o coronel Ferraro, que estava perfeitamente instruído - esta era a melhor tropa que eu tinha -, um batalhão que vinha de Belo Horizonte, os dois

batalhões lá do 12º. RI, o 9º. Batalhão de Polícia, comando pelo Falcão, e mais dois outros batalhões que estavam na região de Além-Paraíba, fechando a estrada.

Eu disse: "Bom, então a tropa que temos é esta. A primeira coisa que eu fazer é ajudar a botar a tropa na estrada e, ao mesmo tempo, assumir o comando. Eles têm que saber eu sou o comandante." Então me fardei, botei o uniforme de campanha que tinha levado - por que eu viajei com roupa esporte...

[FINAL DA FITA 38-B]

A.M. - ... e segui para o quartel do 10º. Quando eu saí do quartel estava havendo um incidente, porque o comandante do regimento, coronel Clóvis, que tinha aderido ao movimento, tinha desistido. Então o regimento ficou meio acéfalo. Então o Mourão escalou para comandar o regimento o tenente-coronel... Não me lembro o nome dele agora. Ele se apresentou a mim e fomos para o quartel. Quando cheguei lá, a tropa já estava começando a se preparar e estavam chegando os ônibus que o empresário Mansur tinha posto à disposição. Aliás, o Mansur jogou tudo na revolução. Levou os ônibus, os motoristas, fez questão de não receber um tostão, nem ele nem os motoristas; o problema da alimentação ficava por conta dele. Ele jogou tudo que tinha.

A.C. - Ele era de lá mesmo?

A.M. - José Mansur era lá de Juiz de Fora, de uma empresa de transporte local.

Quem no momento estava dirigindo essa operação era o major Lindemburgo, que já tinha servido comigo, nem me lembro mais onde. Eu cheguei e pedi para Lindemburgo reunir rapidamente a oficialidade, para eu ter contato com ela. Declarei que eu estava assumindo o comando do destacamento, que contava com eles... O que sempre se diz nesses momentos. Todos estavam prontos, vibrantes, dispostos a tomar qualquer atitude. Eu então mandei que logo que estivessem prontos seguissem para a ponte do Paraibuna, onde aguardariam ordens. Eu estava com a idéia de não ficarmos parados no Paraibuna, como eram as ordens existentes. Mas isso era coisa para resolver depois.

Saí de lá e fui para o quartel da artilharia, do Jaber. O Jaber era bom mesmo. Botou a tropa toda em forma, perfeitamente arrumada e equipada. Eram viaturas antigas com uma manutenção perfeita. Também reuni a oficialidade, declarei que assumia naquele momento o comando do destacamento, transmiti a mensagem, saí e fui para o quartel da polícia.

Lá no 9º. Batalhão de Polícia o comandante era o coronel Pádua Falcão, um rapaz excelente, que depois foi substituído pelo Zé Geraldo. O ambiente também era muito bom. A polícia, entretanto, não tinha condições para uma briga prolongada. A polícia não é preparada para uma ação em campanha. Então nos faltava o que chamamos de apoio logístico.

L.H. - Mas o Magalhães andou armando a polícia, nesse período, para eventualidade.

A.M. - Mas isso não se faz do dia para a noite. Há uma parte logística de alimentação, uma de intendência, uma de material bélico, uma de viaturas, e isso tudo não se improvisa. Fica um amontoado, mal dá algum resultado, mas não tem eficiência suficiente para uma ação militar.

Em todo caso, o batalhão ficou enquadrado dentro do conjunto. Foi fácil, depois não houve nenhum problema de ordem logística para atendê-lo. Nós demos elementos de apoio e ficamos então aguardando o batalhão do Ferraro e o batalhão que vinha lá de Belo Horizonte.

Quando acabei tudo isso, já às quatro e meia da tarde, eu voltei para o quartel-general. Nesta hora é que eu fui comer alguma coisa, já com os dois oficiais que ficaram trabalhado comigo. Um deles era o Alísio Sebastião Mendes Vaz, que era de Minas Gerais, tinha sido do quartel-general e estava no Rio, na Escola de Estado-Maior. Do outro rapaz eu não recorro o nome. Ambos ficaram junto com o Moraes e o Virgínio Vargas Brasileiro. O Virgínio e o Moraes me puseram ao par da situação, das tropas que se tinham levantado em Minas e da ligação praticamente nula com São Paulo. Eles estavam mais ou menos isolados. Ao mesmo tempo, eles me mostraram a ordem que tinha sido redigida, que era encastelar-se em torno de Minas, para evitar que atacassem o estado. Mas isso era ilusório. Eu lhes disse que discordava e conversei com os oficiais do estado-maior. Vieram então à baila aquelas duas concepções extremas: a do Mourão, que ninguém aceitou - o próprio estado-maior vetou - e a do Guedes. Dessa maneira nós tivemos que adotar o meio termo: ir com a tropa enquanto pudéssemos seguir para o Rio, ganhando espaço para outras operações. Se ganhássemos espaço no estado do Rio, seriam mais fáceis as ligações com São Paulo, Minas e Espírito Santo, havendo um maior isolamento do Nordeste em relação ao Sul. Portanto, quanto mais nós descêssemos, melhor.

L.H. - Aquela ponte do Paraibuna é um lugar horroroso, uma coisa estreitinha...

A.M. - É. Ali é uma passagem obrigatória. Se eu ficasse ali não iria mais para a frente. O Moraes, que era realmente o oficial mais ao par dessa questão de operações e um homem de absoluta confiança do Mourão, concordou comigo e ali mesmo nós esboçamos um resumo de ordem: numa primeira fase, reuniríamos a tropa na região da ponte do Paraibuna; numa segunda fase, prosseguiríamos para o Sul até... Mais ou menos aquela idéia, que eu tinha trazido, de ir até o máximo da serra, se possível descer até o belvedere, ou até a Fábrica Nacional de Motores e dali aguardar, pois seria muito perigoso tomar qualquer medida contra tropas muito mais fortes, em terreno plano, aberto.

Depois disso, acabei de almoçar e fui ao gabinete do Mourão, onde encontrei o marechal Denis. Pela primeira vez eu tomei conhecimento de que o Denis estava realmente dentro da conspiração mineira.

A.C. - O senhor ainda não tinha visto o Mourão?

A.M. - Tinha... Quando eu cheguei, falei com o Mourão e ele disse que eu assumisse o comando... coisa muito rápida. Voltei, novamente, ao Mourão e aí já estava o Denis.

O Mourão disse que estava redigindo a proclamação que ia lançar, como lançou pouco depois. E eu estava trabalhando com o Moraes na situação, quando o Neder trouxe a minuta do documento que o Mourão ia lançar. Mostrou a mim, ao Moraes...

L.H. - Quer dizer que o Neder também já estava lá.

A.M. - Já! Não sei a que horas ele chegou, mas deve ter sido antes de mim. Não me recorro de tê-lo visto, ou devo tê-lo visto à hora que eu cheguei lá. Mas foi muito rápido, e eu fiz questão de logo tomar contato com a tropa. A minha função era assumir o comando e eu assumi, porque depois a tropa seria minha. Antes era qualquer outra coisa, mas não era minha.

Então eu tomei essa posição, ainda comentamos alguma coisa, o Neder tomou nota...

A.C. - Naquela hora o senhor leu a proclamação?

A.M. - Li. O Neder nos mostrou, depois ele foi lá para dentro, a proclamação saiu e eu não tive mais nenhuma interferência nisso. Sei que nesse momento já havia uma discussão a respeito da proclamação divulgada na véspera pelo Magalhães Pinto e que o Guedes não tinha gostado dela. Ele tinha achado que a proclamação do Magalhães Pinto era muito pouco enérgica e que precisava uma definição melhor. Fez uma porção de carga sobre o Magalhães. Aliás, ele transcreve isso no livro dele. Ele é muito honesto no dizer o que pensa e o que ele diz ali é verdade, embora com interpretações diferentes.

L.M. - Ele acusa muito o Magalhães de ter rompido o pacto.

A.M. - Exato. E não é... nessas horas, cada um está num ponto de vista, nem sempre idêntico. Não há dois pontos de vista idênticos. Mesmo quando a gente está bem afinado, há sempre divergências em certos pontos. E o Guedes nunca teve grande confiança no Magalhães Pinto, assim como o Magalhães Pinto nunca teve grande confiança no Guedes nem no Mourão, tanto que ele se apoiou muito na polícia mineira, que era realmente muito boa. A polícia mineira foi uma tropa que esteve muito coesa na mão do Zé Geraldo. Ele se mostrou um grande comandante. Mas não era uma tropa preparada para uma luta em campanha. A polícia é uma tropa preparada para ações em cidades e não para ações em campo. Dessa maneira, seria uma tropa para curtas ações, não poderia durar, como nós dizemos em linguagem militar.

L.H. - E a posição do Magalhães era muito delicada, porque ele era governador de estado.

A.M. - O Magalhães realmente jogou tudo que ele tinha: nome, passado e fortuna. Ele pode ter defeitos - ele tem defeitos - mas, na Revolução de 64, tomou um posição que não foi de última hora. Tomei contato com isso e senti lá em Minas. Ele, realmente, não fugiu.

A.C. - Acusava-se o Magalhães Pinto de tentar negociar com o Jango até o fim. Mas isso, na verdade, não impediu que ele assumisse... Talvez tenha sido mais um jogo político para deixar a porta aberta.

A.M. - Pode ser. Foi como com o Joaquim, lá no Nordeste, que disse: "Estamos de prontidão, está tudo bem, estamos de prontidão." E no fim todo mundo estava revoltado. Em parte era verdade, estava todo mundo de prontidão, mas era prontidão noutro sentido, para outro lado.

Mas então, esse era o ambiente que eu pude sentir naquele dia 31, em Minas.

L.H. - O senhor chegou a conversar com o marechal Denis?

A.M. - Muito rapidamente. Naquela hora, eu estava com uma missão, que era levar a tropa mais depressa possível para o Rio. Então, deixei que o pessoal que estava olhando a retaguarda olhasse a retaguarda. Eu fui é tratar da minha tropa, da munição, da alimentação, da gasolina, de tudo que eu precisava para ir para frente. Nessa hora eu estava absolutamente investido da função de chefe militar e essencial era ir para a frente. Então, deixei que esses outros aspectos fossem rolando como rolassem.

A.C. - Qual seria a função do Denis? Um conselheiro?

A.M. - Eu não gosto de dizer. Estava mais lá pela presença. Não tinha ação militar nenhuma, a não ser indiretamente, sobre o Raimundo, que tinha sido seu assistente. Os oficiais do estado-maior do Mourão eram em Minas. Esses homens nem uma vez fizeram referência a decisões do Denis. Nunca disseram: "O marechal Denis disse isso ou aquilo.. Eles falavam no Mourão e às vezes no Guedes. Eles falavam na tropa, mas em ações do Denis nenhum deles tocou.

L.H. - O senhor leu o livro do marechal Denis?

A.M. - Não quis ler, porque tinha lido certas declarações dele, certos depoimentos anteriores, e achei que o livro era uma repetição daquilo que ele tinha dito: "Eu fiz, eu mandei, eu resolvi, eu decidi, eu fiz um plano, o meu plano era assim..." Só chegar em Minas, não tomei conhecimento de nenhum desses planos.

L.H. - O que me chocou um pouco no livro dele foram duas coisa, basicamente: primeiro, que o marechal Cordeiro teria se apresentado a ele e teria se colocado à sua disposição para trabalhar pela conspiração, e que ele, então, teria dado determinadas ordens ao marechal Cordeiro.

A.M. - Ele conversava e dizia que deu ordens.

L.H. - A segunda é que ele teria combinado que a senha para o início da revolução seria uma notícia comum, no rádio, dizendo: "O marechal Denis está em tal lugar."

A.M. - Nunca tomei conhecimento disso, a não ser no livro dele. Sendo que tomei conhecimento da existência do Denis na conspiração, primeiro, num indício, quando o filho e o genro vão à minha casa; segundo, quando encontrei o Denis sentado no QG da região, às quatro e meia da tarde, quando voltei dos quartéis, depois de ter posto a tropa na estrada. Portanto, o Denis não teve, que eu saiba, nenhuma interferência na ação fora de Minas Gerais. E mais: tomei contato com os oficiais do estado-maior do Mourão, de alguns dos quais eu tenho hoje a melhor, a mais grata recordação, e posso dizer que são homens de grande valor moral, intelectual e profissional; nenhum deles me fez a menor referência à atuação do Denis. Então, eu estou apresentando fatos. E como digo: prefiro não interpretar.

L.H. E o senhor mesmo nos disse, na sessão passada, que o marechal Denis estava um pouco afastado e que tinha ficado um pouco desacreditado no Exército.

A.M. - No Exército, ele estava desacreditado, como até hoje é.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.C. - O senhor podia falar um pouco mais sobre as funções do estado-maior do Mourão?

A.M. - Em Santa Maria, onde serviu, o Mourão encontrou um grupo muito bom, chefiado pelo Ramão Mena Barreto, que eu já tinha contatado, naquela minha andança pelo Rio Grande.

Em São Paulo eu não andei, mas ele teve um contato muito bom com oficiais do estado-maior da região, onde ele organizou o seu QG revolucionário. Ao chegar em Minas ele encontrou um grupo que também já estava disposto. E ele agiu como um elemento catalisador perante aquele grupo, que tinha, que eu me recorde: Antônio Barbosa de Moraes; Virgínio Vargas Brasileiro; Everaldo José da Silva, que foi quem assumiu o comando; Alísio Sebastião Mendes Vaz, que depois saiu, voltou e ficou trabalhando comigo no Destacamento Tiradentes; Itho Sandemberg, um rapaz em quem ninguém acreditava muito, mas, em todo caso, ele fez; Cúrcio, um rapaz muito bom. O Antônio Carlos Andrada Serpa estava sempre em contato com eles.

L.H. - É de Barbacena, não é?

A.M. - É de Barbacena e ligado lá. Às vésperas da revolução, telefonei para o Antônio Carlos, mandando saber se ele queria ficar no meu estado-maior do destacamento. Eu me lembrei dele. E ele me disse que não podia, porque ia para São Paulo. Ele tinha missão em São Paulo.

L.H. - General, esse estado-maior do Mourão era o normal da IV Região?

A.M. - Não. Dentro do quartel-general normal ele tinha um grupo para revolução. Para a vida normal, ele tratava com todo mundo. De vez em quando ele se reunia com o grupo, para a revolução. Era um estado-maior dentro do estado-maior, uma rapaziada ótima.

L.H. - Além do Mansur, que o senhor falou que foi muito prestativo, o senhor tomou conhecimento de alguns daqueles empresários de Juiz de Fora, como os Moraes Sarmiento, aquela gente que estaria participando também?

A.M. - Não tomei. Eu me recorde do prefeito. Inclusive, fiz a revolução no carro do prefeito, que tinha uma porção de vantagens: rádio... Dessa maneira, eu me deslocava com muita facilidade. Eu fiz toda a revolução no carro do prefeito de Juiz de Fora. O único empresário mesmo que eu sei que forneceu elementos importantes para o destacamento foi o Mansur.

Em Belo Horizonte, tomei conhecimentos de que estava havendo uma mobilização, que o Guedes estava dirigindo reuniões em todas as cidades de Minas, para poder fazer grupos de resistência. Tudo isso foi em condições muito precárias, porque não havia nem instrução, nem elementos para dar instrução, nem armamento, nem munição.

A.C. - O fato de o senhor não ter sido avisado do levante revela bem uma certa desarticulação dos planos. O senhor, como uma pessoa-chave teria que ser participado dos planos e conversas.

A.M. - Não tenha dúvida. O que eu posso dizer é que eu tinha combinado que eu iria dois dias antes para Minas, para Juiz de Fora, a fim de tomar contato com o estado-maior revolucionário, de que eu tinha tido notícia, assim com para assumir o comando da tropa e ajudar o levante. Inclusive, podia haver reações e eu estava disposto a enfrentá-las.

A.C. - Teria que haver uma definição melhor dos planos, não é?

A.M. - Não tenha dúvida. Houve uma precipitação. Os próprios oficiais do estado-maior revolucionário dizem que houve uma precipitação. Eles mesmos sentiram que o momento havia chegado, partiram, mas sabiam que não estavam cumprindo um programa, um cronograma.

A.C. - Isso dá à frente mineira um certo lado aventureiro.

A.M. - Mas isso tudo é assim mesmo. Em todas as revoluções sempre há o início... Inclusive, com o passar dos anos, eu digo que felizmente houve essa precipitação. A nós pegou desprevenidos. Ao governo, muito mais. Então, o governo tomou medidas tardias, porque ele não acreditava, não sabia do que estava acontecendo. Tudo isso foi útil. Se fomos surpreendidos, o governo foi mais surpreendido ainda.

A.C. - Sobre esse problema da data, havia, como o senhor disse, uma intenção racional de prolongar para abril, para tentar recuperar o Rio Grande do Sul. Isso levaria a revolução para 10 de abril, 15...

A.M. - Entre 2 e 10, era o que nós imaginávamos.

L.H. - O Cordeiro, já no dia 30, foi para São Paulo, provavelmente seguindo esse plano de estar lá alguns dias antes, para poder preparar.

A.M. - Como eu me preparava para ir. Mas eu fiquei aguardando a notícia do Neder.

A.C. - Eu pergunto ao senhor: qual foi o papel da reunião dos sargentos nisso tudo? Afinal, o impacto desse acontecimento mudou um pouco os planos.

A.M. - O Mourão diz que foi isso que o apressou. Os outros dizem que já estavam decididos, no dia 28, que seria no dia 31, portanto não foi isso que apressou. Os oficiais do estado-maior do Mourão dizem que isso influenciou e eles acharam que era o momento em que tinham que partir. Eu não estava lá, mas há indícios de que ainda havia uma certa coisa que não estava fixada. O dia não estava bem arrumado na cabeça dos conspiradores. Nem na nossa.

A.C. - Nós chegamos a uma conclusão um pouco dura: afinal, há um pouco de confusão, e isso se deve ao fato de que certos revolucionários desejavam assumir a liderança do processo, para justamente se sentirem identificados com ele. O fato do general Mourão não ter prevenido o senhor - "Eu vou lançar minha tropa na rua" - e já ter dado o fato por consumado não significa que ele estava querendo garantir para si essa posição ofensiva mais pública, mais...

A.M. - O que ele queria era ser o chefe militar da revolução. Isso ele fez questão de deixar bem claro, desde o início. Daí os choques que surgiram depois da revolução. Ninguém acreditava no Mourão. Daí os choques que apareceram depois, também, com o Denis. O Denis também queria ser o chefe militar da revolução. Na realidade, eles eram os chefes do movimento mineiro. Esse é que é o ponto essencial do que eu pude ver. E eu, por acaso, fui quem mais viu, nesse particular, no Brasil, porque eu estava conspirando de cá e fui lá pegar um final de conspiração e o início do movimento em Minas. E tomei, naturalmente, contato com todos os elementos que lá estavam.

A.C. - Houve revolucionários, como o senhor mostrou, que estavam trabalhando há muito tempo: o Ademar de Queiroz, o Cordeiro de Farias e outras pessoas, como o senhor mesmo. E, ao final, quem ficou com o lado mais espetacular da coisa foi general Mourão! Então, havia um certo descompasso entre a ação real e a ação pública.

A.M. - Mas isso era o de menos. O que importa é o efeito final e não as formas como se chega lá. Naturalmente, o que há é que, queiramos ou não, foi o Mourão a figura que polarizou. Não foi o Denis. O Denis não tinha comando e não polarizava. O Mourão, apesar das críticas que os próprios oficiais faziam, veladamente, ao seu comando, era o comandante. E em torno da figura do comando é que se polarizou a IV Região Militar para o levante. Eu mesmo vim como comandado do Mourão. Embora, na realidade... Há uns episódios que mais tarde vou contar... Há um momento em que o Mourão declara: "Porque eu tenho a força, eu faço!" Eu ouvi ele dizer: "A força é minha..." Mas calei, não adiantava me chocar com ele. Ele se auto-elevava, dentro de um processo em que não tinha nem mesmo o apoio total do seu estado-maior revolucionário. Eu não gosto de dizer isso, é muito duro dizê-lo de um homem que me deu a oportunidade feliz de comandar um destacamento na revolução. Mas a verdade é esta.

A.C. - Mas que tipo de dificuldades havia com o estado-maior dele?

A.M. - O estado-maior dele achava que o Mourão era um homem sem uma base firme de decisão, sem qualidades de liderança...

[FINAL DA FITA 39-A]

A.M. - Tinha inteligência, mas não era um comandante. Então, davam-lhe apoio porque, através da figura do comandante, era possível atuar. Mas o estado-maior reagia muito contra o que o Mourão queria fazer. Por exemplo, aquela loucura dele sair de lá às oito horas da noite... O seu próprio estado-maior reagiu e conseguiu breicar. Quando cheguei a Minas, isso já estava suspenso. Então o Mourão declara no seu livro que "Passada a oportunidade, já não era mais possível...". Mas foi o seu estado-maior que impediu que ele fizesse aquela loucura.

A.C. - Porque era loucura sair de noite?

A.M. - Imaginar que se possa sair de Juiz de Fora com uma tropa, às oito ou dez horas da noite sem ninguém saber... entrar no Rio de Janeiro sem ninguém saber... ocupar o quartel-general sem ninguém saber... e depois que estivesse lá dentro dizer: "Eu estou revoltado! Sou dono do Brasil! "... E todo

mundo dizer: "É dono do Brasil"... Com toda a tropa da Vila Militar pronta para descer... aquele exercício estaria liquidado, esmagado, não sobraria um! Não sobraria um para contar a história! Isso aí é de um homem que não tem a menor noção das forças.

A.C. - Se eu estou entendendo bem a idéia era fazer as coisas de uma tal maneira que o campo do inimigo fosse minado, muito mais do que confrontado diretamente? Dentro de uma lógica normal, que é a que o senhor talvez esteja querendo propor, não se trataria de procurar um confronto imediato, rápido, mas dar tempo para que os elementos da tropa inimiga se desagregassem.

A.M. - É como eu digo: em toda revolução há um período de 48 horas em que tudo é permitido. Dentro de 48 horas se definem as posições. A partir daí cada um já sabe quem é amigo e quem é inimigo. Nas primeiras 48 horas eu posso procurar captar amizades para o meu lado. Então, essas 48 horas são fundamentais para precipitar o jogo e chamar o máximo de partidários. Nós sabíamos que dentro do Exército a massa maior era do nosso lado. A história toda era fazer com que a massa vencesse a luta para sair da legalidade. Este era o problema maior.

A.C. - Então tinha-se que dar tempo a essas pessoas...

A.M. - Mas isso aí, no impacto, em 48 horas se decide.

L.H. - Então, de certa forma, essa precipitação do general Mourão foi muito útil.

A.M. - Foi, porque se tivéssemos considerado a ação uma maluquice: "Bom, então vamos deixar o Mourão se dar mal sozinho, nós vamos aguardar um outro momento"... Mas na medida em que ele saiu, até como uma forma de impedir que ele fizesse a maluquice, todo mundo saiu junto.

O Castelo ainda quis ver se tinha tempo de segurar, porque não estava tudo preparado. Mas a coisa foi tão brusca que o Mourão já tinha partido, não foi mais possível. Daí, glosaram que o Castelo não queria fazer... O Guedes critica o Castelo de uma maneira pouco delicada, sobre esse aspecto. E, no entanto, o que o Castelo fez foi uma coisa normal. Monta-se uma coisa que de repente se vê modificada; ele procurou acertar aquilo. Não pôde, não pôde, paciência, parte-se para modificar o plano. O que realmente não havia dúvida era de que Minas e São Paulo eram os estados em que mais facilmente se poderia fazer um levante. No Rio havia mais dificuldade e apenas na medida em que as tropas fossem perdendo o comando direto que era ligado ao governo.

A.C. - Nesse caso, não se tratava de ocupar o Rio imediatamente, mas de dar tempo para que as coisa se definissem melhor.

A.M. - Naturalmente. Mas é que eu digo: no fim, Deus é brasileiro essa precipitação permitiu que a revolução fosse vitoriosa, praticamente sem sangue. Nós pensávamos que iria correr muito sangue, principalmente no Rio e no Rio Grande. Eram as duas áreas em que nós julgávamos que haveria um choque muito grande.

A.C. - Eu gostaria de perguntar ao senhor sobre o Valter Pires.

A.M. - Com eu disse, eu o convidei e ele foi comigo. Esteve ao meu lado o tempo todo. Todas as áreas onde eu andei, andei com ele, ou estava mandando ele fazer uma coisa ou outra. Quando eu cheguei a

Juiz de Fora, tratei de organizar um pequeno estado-maior próprio. Além do Valter, que ficou como chefe do meu estado-maior, havia o Heitor Caracas Linhares, o Sebastião Alísio, que tinha chegado e ficou comigo, e ainda um rapaz que, se não me engano, foi o Cúrcio. Eu quis ficar com o Moraes, mas ele estava ligado ao Mourão, e o Mourão não deu, de maneira que eu fiquei com esses quatro oficiais constituindo o estado-maior do destacamento.

A.C. - Na verdade o senhor fazia uma ponte perfeita do seu estado-maior com o do Mourão.

A.M. - Fiquei completamente ligado. E fiquei muito mais ligado ao estado-maior do que ao Mourão, porque logo em seguida o quartel-general ficou cheio de gente. Não me interessava quem estava lá ou quem não estava. O que interessava era que eu tinha que chegar com a tropa o mais depressa possível no Rio de Janeiro, ou no caminho do Rio de Janeiro. Essa é que era a minha função, para poder precipitar os acontecimentos. O que eu não podia era ficar contemporizando, ficar recebendo honrarias... Nada disso. O meu interesse era ir logo para a frente e o mais depressa possível.

A.C. - O estado-maior era constituído basicamente de coronéis?

A.M. - De majores para cima. O Moraes era major, o Aloísio era major. Os outros eram tenentes-coronéis ou coronéis.

A.C. - Embora tivesse havido essa intenção, como o senhor diz, de prestigiar a hierarquia, isso dava poder ao Mourão?

A.M. - Mas o número de oficiais lá era o de que se dispunha. Eu tinha que lançar mão do que tinha lá. Se eu conto com quatro, só posso ter aqueles quatro. O posto aí é indiferente, eu pego aqueles que tenho. O Mourão precisava ter o seu estado-maior e eu precisava ter o meu miudinho. Eu tinha levado dois oficiais. O Alísio, logo em seguida, chegou e eles me deram mais um homem para, com quatro oficiais, eu fazer o...

A.C. - A impressão que se tem é que, no fundo, na faixa dos coronéis, tenentes-coronéis e majores, o trabalho pela revolução era mais coeso, mais disciplinado, mais certo do que, talvez, na área do próprio generalato, do grande comando.

A.M. - Realmente o número de coronéis era muito maior, no Rio e em toda parte. É difícil... nunca houve uma revolução que tivesse tantos generais e tantos coronéis. Era grande o número. Só em torno do Castelo e do Costa e Silva quantos generais estavam... Em Minas havia dois generais. Em São Paulo havia o Kruel. Todos os outros ficaram no chove-não-molha e depois aderiram à última hora: o Aloísio, o Bandeira. Mas o Zerbini ficou contra. No Paraná, o Dario ficou firme. Em compensação, o Silvino e aquele outro de infantaria ficaram contra.

A.C. - O Dario era o comandante da região no Paraná?

A.M. - Assumi o comando da região. Ele era o comandante da AD. O Comandante da região era o Silvino Castor de Nóbrega, que não chegou a aterrissar. Ele estava no Rio de Janeiro, levantou vôo daqui, mas fecharam o campo de aviação e ele desceu em Porto Alegre. Quando chegou no Paraná, a campanha já estava acabada.

A.C. - Aqui no Rio os generais estavam muito divididos, muito indecisos.

A.M. - Naturalmente que a gente só trata de conspirar com aqueles de que tem certeza. Quando tem dúvida, pró-réu: não conspira. Havia uma porção de oficiais que tínhamos certeza de que mais tarde viriam, mas como não estávamos certos se, na hora, eles atuariam, ficamos esperando o momento para conversar. Conversa de conspiração é só com quem se tem confiança. E como eu contei no caso do Moraes, em que eu chequei a parar lá no QG da costa e depois embarquei no carro outra vez, porque minha responsabilidade era muito grande. Então, arriscando perder uma amizade de toda a vida, eu não procurei o Moraes. Não sei se estava certo ou errado. Eu agi de acordo com a minha consciência, portanto não me arrependo de não ter chamado o Moraes. Mas me doeu muito.

É difícil de se dizer. Mas havia homens de quem não se sabia a posição. Por exemplo, o Braga, que foi depois comandante do III Exército, era um homem de quem nós tínhamos certeza de que ficaria conosco. Mas não tínhamos certeza de que ele conspiraria conosco. Não o procuramos. Nunca.

A.C. - Havia pessoas de quem se esperava a adesão depois que as coisas estivessem mais claras?

A.M. - Mas nós não procurávamos, porque era uma responsabilidade muito grande revelar certos fatos que depois iriam prejudicar um movimento que estava sendo montado com muita cautela.

A.C. - Nesse caso, era melhor ter um grupo menor, mas mais coeso.

A.M. - Exato. Agora, havia muitos coronéis. No Nordeste, todos os coronéis e majores estavam ligados à revolução. Aqui no Rio, havia maior quantidade de majores do que de coronéis, pelo menos na tropa. Nós tínhamos ligação com muitos majores e tenentes-coronéis. Havia muitos coronéis também, mas que não estavam na tropa. O pessoal da tropa era da confiança do governo. Então, nos afastávamos, embora tivéssemos certeza de que à última hora pudéssemos trazê-los. São momentos muito delicados de quem se tem para poder conversar. Uma imprudência às vezes pode botar o barco a perder. E isso é um perigo.

L.H. - Porque esse Destacamento Tiradentes recebeu esse nome?

A.M. - Foi uma homenagem a Minas... em honra a Tiradentes, ao mineiro, ao fato de que a tropa era de Minas. Em vista disso, o próprio estado-maior sugeriu, o Mourão aceitou e saiu, então, o nome Destacamento Tiradentes. Saiu em boletim: "...vem constituído o Destacamento Tiradentes, composto de tais tropas, sob o comando do general Muricy, com a missão de...". Eu recebi os livros estão aí.

A.C. - Qual o sentido militar mais preciso de destacamento?

A.M. - É um conjunto de tropas, organizado esporadicamente para um determinado fim. Eu tenho um regimento, um batalhão, uma bateria, uma companhia. Mas se eu juntar um certo número de tropas para uma missão específica, eu organizo um destacamento. Acabada a missão, acaba o destacamento. Foi o que aconteceu com o Destacamento Tiradentes. Organizamos o destacamento no dia 31, eu vim com ele para o Rio e, quando voltei, no dia 6, eu o desmanchei. Estava terminada a missão, dissolvi o destacamento e cada tropa voltou a seu quartel.

A.C. - Em situação normal de guerra não existe destacamento?

A.M. - Não. Pode haver, para uma situação dentro da guerra, um destacamento especial. Eu organizo o destacamento para uma missão especial, dentro do conjunto. O destacamento é um conjunto de tropas que recebe uma missão determinada, dentro de uma situação específica. Terminado aquilo, termina a razão de ser do destacamento e ele desaparece. As tropas voltam a seus lugares de origem. Foi o que aconteceu com o Destacamento Tiradentes.

A.C. - É uma forma pouco usual de combinar esses elementos...

A.M. - Não, não é uma forma pouco usual. É uma forma normal de organizar uma tropa para uma situação específica. Por exemplo, o caso de Minas: eu tinha que vir com a tropa de Minas para cá. Eu poderia vir com a tropa mineira, mas ela seria uma divisão de infantaria. Mas não havia uma divisão, mesmo porque uma parte veio para cá e outra se dirigiu para Brasília, sob o comando do coronel Vale. Ele foi com o grupo de artilharia de Pouso Alegre, com o batalhão de infantaria de Belo Horizonte e mais dois ou três batalhões da polícia de Minas. Então, foi um destacamento. Organizou-se uma tropa para uma determinada função. O outro destacamento, que era a parte mais forte, veio comigo para o Rio. Essa é que é a finalidade do destacamento. Acabado isso, não há mais razão de ser do destacamento. Ele desaparece, já que é uma coisa provisória, para o cumprimento de uma missão. É isso, em poucas palavras.

Agora vamos continuar. Nesse dia 31, eu ainda fiquei no quartel-general do Mourão até mais ou menos sete horas da noite, tomando providências e sabendo que medidas tinham sido tomadas do ponto de vista logístico, que tropas vinham, onde e em que situação estava o 11^o. RI. Ele vinha de São João Del Rei. Soube que os sargentos da banda de música tinham-se recusado a se levantar. Houve depois um inquérito a respeito. O batalhão que vinha de Belo Horizonte só poderia chegar de madrugada. Buscamos informações e desde logo eu tomei uma medida. Uma vez que eu iria partir para o Rio no outro dia, assim que o destacamento estivesse reunido, mandei que o esquadrão de reconhecimento passasse a ponte do Paraibuna e chegasse até 150 m ao sul. Isso permitiu ia que eu saísse no outro dia com tranquilidade em direção ao Rio de Janeiro.

L.H. - Alguma notícia do Rio, a essa hora?

A.M. - Nada, nada, nada! Estava completamente no escuro. O Rio também não tinha notícia nenhuma. E também não havia notícias de São Paulo. Não se sabia nada do que estava ocorrendo no Brasil. Naquele tempo era a estação local que a gente ouvia, com hinos patrióticos, mas notícias, mesmo, nada.

A` noite, jantei em casa do Mourão. Aí é que eu conheci a Maria. Estava jantando também o Djalma Dias Ribeiro, que eu não sabia que estava na conspiração. Eu tinha encontrado o Djalma, uma vez, em Copacabana. Ele me disse praticamente o mesmo que o Cintra me dissera: "Muricy, a situação está muito ruim, pela primeira vez na minha vida eu estou conspirando." Eu disse: "Meus parabéns, porque eu acho que numa hora dessas todo mundo tem que conspirar para ver se muda o Brasil. Você sabe como está." Conversei assim, mas não avancei mais do que isso, porque eu não conhecia direito o ponto de vista do Djalma. Mas quando cheguei lá, vi que ele estava integrado com movimento de Minas. Estávamos jantando e ele me disse: " Muricy, estou indo para o Rio. Você quer alguma notícia? Quer que eu fale com a dona Virgínia?" Eu disse: Quero. Diga a ela que me viu aqui e conte como isso está aqui." Eu tinha certeza de que ela imediatamente iria falar com o Castelo e com o Ademar, como

fez. O Djalma seguiu, chegou ao Rio e telefonou para Virgínia. Depois, ela ligou para o Ademar e para o Castelo, dizendo: "Recebi um aviso..." No outro dia, ele foi se encontrar conosco. O Djalma foi muito eficiente.

Depois disso, segui para a ponte do Paraibuna. Lá, a tropa começou a chegar e eu tomei as medidas para prosseguir no dia seguinte. Mais ou menos às dez horas da noite, colou no meu esquadrão a tropa do 1º. BC, lá de Petrópolis, comandada pelo Kerenski. Nesse momento, um rapaz, que também tinha sido posto à minha disposição, o capitão Fassheber, filho de um amigo meu e que tinha servido no batalhão de Petrópolis, veio me dizer: "General, há um tenente que está querendo passar para o lado de cá." Eu disse: "Traga ele aqui." Ele conseguiu pegar o tenente e veio a meu encontro. O tenente me disse que estava disposto a trazer seu pelotão para o lado de cá. Eu elogiei sua atitude de coerência, em benefício do Brasil e realmente... Ele disse: "Há outro tenente que também quer vir." Eu disse: "Pois venham vocês dois com os pelotões."

Ao mesmo tempo, comecei a preparar uma ação para repelir a tropa do Kerenski no outro dia de manhã. Havia possibilidade...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

L.H. - O senhor estava do lado de lá do Paraibuna ou do lado de cá?

A.M. - Eu estava na ponte do Paraibuna. Não estava em cima da ponte, mas tanto fazia, porque a ponte era fininha. Eu estava 1,5 km adiante da ponte. É o que se chama uma cabeça de ponte. Eu tinha estabelecido uma cabeça de ponte de 1,5 km para o lado de cá, a fim de permitir a minha arrancada no outro dia. Se eu quisesse uma posição defensiva, teria ficado do lado de lá. Era um meio de dizer: "Venham, mas eu não deixo vocês passarem o rio." Mas eu queria ir para a frente, então tinha que assegurar o que se chama o desembocar do rio. Para isso eu tinha estabelecido uma cabeça de ponte de um 1,5 km.

Mas então, como no dia seguinte iria avançar, pequei a primeira tropa que tinha chegado, que era o batalhão do Zé Geraldo, e disse ao Geraldo: "Amanhã de manhã, quando clarear, eu dou a ordem e você avança o mais depressa possível." Antes de avançar, eu chamei o grupo de artilharia do Jaber e disse: "Jaber, ao clarear, por minha ordem, você dá dois tiros naquela pedreira, só para alertar que eu vou partir. Eu quero evitar o derramamento de sangue o mais possível, mas quero avisar que eu vou. É um meio de dizer: estou indo. Quem quiser vir para mim, venha, quem não quiser, saia da frente, porque eu vou."

Ao mesmo tempo, como o 1º. BC estava encostado, eu preparei uma ação de envolvimento com o Alísio. Peguei o batalhão que vinha de São João Del Rei e preparei um envolvimento, caindo na retaguarda do batalhão, de maneira que, ao clarear do dia, eu teria ido por outra estrada, de Além-Paraíba, que caía na retaguarda do batalhão do Kerenski. Mas quando eu estava me preparando, e o Alísio preparando o batalhão para fazer esses deslocamentos, vieram os dois pelotões com os tenentes. Apresentaram-se nervosos, naturalmente, eu elogiei, falei do assunto com os soldados, eles criaram força, mandei outros oficiais animar. Dali a pouco tive notícia de que Kerenski estava recuando. O Kerenski, perdendo aqueles dois pelotões, também ficou numa situação difícil e procurou a sua oficialidade, que também começou a querer ir embora. A grande maioria quis aderir e, como solução, ele recuou com toda a tropa para Petrópolis. Eu mandei suspender a ação que o Alísio estava

organizando e resolvi que, no dia seguinte, assim que clareasse, eu daria as salvas em cima da pedreira, como um alerta, e depois seguiria com o máximo de velocidade que eu pudesse.

Passei a noite preparando tudo para o dia seguinte, e, mais ou menos às quatro da madrugada, chegou o Denis acompanhado de outro oficial e me contou o episódio, que já é conhecido, do coronel Batista, que tinha mandado o filho dele para Areal, para ver qual era a tropa que passava. O Batista informou que estava passando uma tropa que ele tinha conseguido identificar como sendo do 1º. RI. O Denis disse: "Ah, bom, quem está comandando o 1º. RI é o Raimundo. Manda chamar o Raimundo." O Raimundo tinha sido assistente-secretário do Denis. O Denis se apresentou ao telefone e o Raimundo resolveu aderir, dizendo que, em lugar de combater, ele iria se juntar a mim.

Então, o destacamento que vinha ao meu encontro ia se juntar a mim. Ao mesmo tempo, o Denis contou que tinha tido a notícia de que no Rio o Cunha Melo é que estava encarregado de comandar a tropa que subiria ao meu encontro para impedir a minha progressão. E, que com a saída do 1º. RI, a tropa ia ficar muito desfalcada. Eu disse: "Então a solução que eu tenho é ir ao encontro do Raimundo e, se o Cunha Melo estiver lá, eu prendo." Peguei o carro e, com o Valter e o Aloísio, trapassei as nossas linhas, a cabeça de ponte, e caminhei. Quando chegamos à Serraria que fica mais ou menos a vinte quilômetros do Paraibuna, o dia estava clareando e encontrei o regimento que vinha chegando. Eu parei e o coronel Raimundo, que vinha num jipe, saltou, veio ao meu encontro, se apresentou e declarou que a tropa dele estava à minha disposição. Naturalmente, fiz um elogio aos oficiais que estavam ali na frente e demonstrei a satisfação que tínhamos ao receber aquele apoio àquela hora, que era fundamental para a revolução e para o interesse do Brasil. Aí ele me informou que o grupo de artilharia que vinha com ele, que era um grupo do Regimento Floriano, não estava querendo aderir. O comandante era o tenente-coronel Raimundo Nonato, que estava querendo voltar. Ele tinha conversado na estrada e o Raimundo Nonato disse que tinha um compromisso com o comandante dele e que, se não conseguisse chegar para combater, ele regressaria ao Rio para ficar ao lado do governo. Dessa maneira, ele ia regressar.

Eu perguntei: "Raimundo, como é que está a sua tropa?" Ele: Está muito cansada. Viajou a noite inteira, estamos sem gasolina." Eu peguei o Valter e disse: "Providencie a alimentação e o combustível para a tropa." Enquanto isso...

[FINAL DA FITA 39-B]

A.M. - ... fui ao encontro do grupo, que estava em coluna de estrada, e chamei o coronel Raimundo Nonato. Ele veio e eu expus o caso. Ele me disse que tinha um compromisso com o seu comandante. Eu disse: "Mas um compromisso maior você tem com o Brasil. Eu acho que entre um compromisso com um chefe e um compromisso com a pátria, o da pátria é maior." E continuamos aquela conversa. Eu disse: "Volta, vai conversar com seus oficiais. Apresenta os meus pontos de vista e depois vem me dizer o que ficou resolvido." Ele foi e, dali a pouco veio um tenente ou um capitão correndo para mim: "General, o grupo de artilharia está entrando na estrada e vai se retirar." Aí me deu uma raiva daquelas! Pequei o meu motorista, o sargento Nelson, pequei um segurança, o soldado César, um rapaz muito bom, arranquei para cima do grupo e passei por perto de uma companhia de infantaria do 1o. RI e disse ao capitão (que hoje coronel): "Estenda o seu pessoal em linha, pronto para atirar ao meu comando." O pessoal se preparou, deitou embalado, pronto para atirar, e eu caminhei em direção ao Raimundo Nonato. Mande-o descer da viatura, ele desceu, eu disse uma série de desconposturas.

Nessa hora a gente perde a cabeça mesmo. Disse uma porção de coisas e o prendi. Botei-o num jipe, com uma sentinela vista e me dirigi para as viaturas. Comecei a atravessar viaturas no meio da estrada, atravanquei, parou tudo, ninguém pôde passar. Eu mandei que toda a tropa descesse, botei-a em forma e comecei a falar. Comecei a explicar a razão porque tínhamo-nos levantado e aí deu-se um episódio que até *O Globo* comentou. No meio daquilo tudo um sargento gordão levantou-se e disse: "O Espírito Santo está falando pela boca do general. Eu fico com ele!" E todo mundo ficou. Mas uma bateria já tinha ido embora.

A.C. - Mas o Raimundo Nonato achava realmente que o senhor ia deixá-lo ir embora assim? Como se fosse um passeio?

A.M. - Ele me pediu para voltar: "Mas, general Muricy, eu peço para o senhor me deixar ir, porque eu tenho um compromisso com o meu comandante." Eu disse: "Eu não posso deixar!" E ele: "Mas eu não vou atuar." E eu: "Não vai atuar, mas vai contar o que viu e eu não quero que você conte nada do que viu. Você não pode ir, um absurdo! Você vai ficar preso." Botei-o num jipe com um sentinela vista.

A.C. - Uma situação absurda

L.H. - A ameaça de guerra civil era muito grande. Era uma postura, um pouco pré-napoleônica de guerra; o senhor conversa com o inimigo, diz: "Não, eu vou combater,..."

A.M. - Não... É preciso entender o que uma guerra civil no início e o que uma guerra civil depois de desencadeada. Na luta interna, quando os lados não se definiram, você tem toda a liberdade de ação.

L.H. - Ainda se pode parlamentar.

A.M. - Sim. Depois, não. É como eu digo: há de 24 a 48 horas para adesões. Depois disso, quem ficou do lado de lá vai brigar com quem ficou do lado de cá. Não tenha dúvida nenhuma. E a vida me mostrou sempre isso. Na minha vida, eu tinha assistido a uma porção de revoluções, então eu sabia que esses momentos são críticos. Tem-se que atuar nessa hora. Por exemplo, nessa mesma ocasião, nós alcançamos, em Serraria, um grupo de oficiais do 1o. BC, entre eles um tenente, filho daquele coronel Sarmiento, da Casa Militar, que tinha sido um dos instigadores da operação contra o Lacerda. O Valter Pires começou a conversar com ele e conseguiu levar uma porção para o nosso lado. E esse menino teve uma atitude muito correta. Quando eu passei lá, o Valter me disse: "Olha, estes aqui aderiram e aqueles ali resolveram manter a atitude." Eu fui para aqueles últimos e disse: "Eu quero dizer que eu compreendo e respeito o ponto de vista de vocês. Vocês não podem ficar em liberdade, mas têm todo o nosso respeito e consideração, porque principalmente são homens de caráter. Têm uma atitude e mantêm essa atitude. Eu os respeito." Foi assim que eu fiz. O indivíduo tem o direito de divergir de outro e aquele outro tem obrigação de aceitar a posição do adversário. O que não pode haver dolo, m fé, felonía. Isso outra coisa.

Mas aí se deu essa adesão, que trouxe o desequilíbrio completo do destacamento do Cunha Melo. Então, reuni o meu estado-maior, que naquela ocasião era só de quatro oficiais e disse: "Agora só há um jeito: andar o mais depressa possível para transpor o obstáculo grande que aparece, que o rio Paraíba, ao sul de Três Rios. Nós temos que ultrapassar agora o mais depressa possível a ponte de Três Rios. Vamos botar o destacamento na estrada o mais depressa possível." Disse ao coronel Raimundo que ele depois jogasse a sua tropa na estrada atrás do meu destacamento e saí na maior velocidade

junto com a vanguarda.

Chegamos na altura de Três Rios por volta das dez da manhã, do dia 1. até aquele momento, eu não tinha tido notícia nenhuma de São Paulo, nem da unidade Escola de Sargentos de Três Corações, nem de Valença etc., de maneira que resolvi constituir uma flanco-guarda, na altura de Alfredo Chaves. Alfredo Chaves uma estação que fica ao longo do Paraíba, num vale cercado de morros muito altos, no qual passam, ao mesmo tempo, a estrada de ferro e a estrada de rodagem. Mandeí para lá o batalhão do Falcão, da polícia, com uma companhia de caminhões anticarros, para barrar qualquer progressão de carros, e dei ordem para não deixar passar ninguém. Quando eu estava passando por Três Rios, recebi a notícia de que ao sul da ponte do Paraíba tinha sido visto um jipe que se aproximou da ponte e que, logo que viu a tropa do destacamento, tinha feito meia volta e retornado com a maior velocidade em direção a Areal. Eu aí disse: "Bom, então agora está começando. Possivelmente já há tropa."

Dali a pouco passou novamente por mim, vindo do Rio, o Djalma Dias Ribeiro. A estrada era livre. Minha única preocupação era com os caminhões-tanque de gasolina. A` medida que eles iam passando eu ia requisitando, botando na estrada, porque eu precisava de gasolina. Então, ia fazendo uma coluna de gasolina minha disposição. A gasolina era mais importante do que tudo mais.

A.C. - Para onde iam esses caminhões de gasolina?

A.M. - Iam para Minas. Eram caminhões normais de abastecimento. Eles estavam completamente inocentes. Eu que estava precisando de ter gasolina. Eu requisitava. Dava um documento de requisição, para depois receberem, como receberam, o pagamento da gasolina.

O Djalma me disse: "Muricy, eu estive no Rio, telefonei para a tua mulher, está tudo bem. Ainda hoje de manhã saí de lá, está tudo em paz." Eu perguntei: "Mas ela foi para Teresópolis? E ele: "Não, não foi. Disse que resolveu ficar no Rio para poder ter comunicação com você com facilidade." E eu: "Então, o que eu posso fazer? Não posso impedir." Ao mesmo tempo, ele disse: "Quando eu vinha para cá, ultrapassei várias unidades de infantaria." E começamos a ver: tantos caminhões de tropa de tal tipo... Eu cheguei conclusão que deviam ser cerca de dois a três batalhões e mais de umas duas a quatro baterias de artilharia. Eu avaliei mais ou menos a tropa e disse: "Com essa tropa eu posso me chocar. Então eu vou embora." Resolvi mudar o meu dispositivo.

L.H. - E onde que o Djalma tinha ultrapassado essa coluna?

A.M. - Na subida da serra, na altura do belvedere. Como ele estava correndo muito mais, eu avaliei que essa tropa, se tivesse chegado na região de Areal, seria há pouco tempo. Realmente, eu estava certo.

Eu avaliei: "Bom, eles estão na altura de Areal." Não havia nenhum indício de movimento de tropa a norte de Areal, porque agora nós estávamos justamente no rio Paraíba, ao sul de Três Rios. Dali para Areal eram uns vinte ou trinta quilômetros. Eu pensei: "É em Areal que esse menino vai querer me deter."

L.H. - O senhor já supunha que era o Cunha Melo?

A.M. - Eu já sabia.

L.H. Pelo menos o senhor não corria o risco de ser apanhado naquela garganta entre Areal e Petrópolis. Areal já mais aberto.

A.M. - E eu aí já tinha certeza de que minha tropa, com a saída do batalhão do lado de lá para vir para o lado de cá, tinha-se equilibrado. Isso deu ao meu destacamento capacidade de lutar contra o Cunha Melo. Poderia fazer uma ação de surpresa, mas para um choque real em campo aberto eu não teria condições.

Então eu resolvi partir para montar uma ação de surpresa. Na vida militar, nas primeiras horas de uma instalação a tropa ainda da está muito bisonha, ainda não se ambientou no terreno. Então, nesses primeiros momentos, agindo com violência pode-se ter resultados verdadeiramente surpreendentes, mesmo quando a tropa superior. Em vista disso, eu peguei a tropa do Ferraro, que era o 11 e tinha instrução completa, pequei o grupo de artilharia, que também estava com a instrução completa, e organizei um pequeno destacamento. Esse destacamento deveria ultrapassar a vanguarda - constituída daquele esquadrão de reconhecimento e de um batalhão de infantaria de Juiz de Fora -, que já estava caminhando para Areal.

Eu disse para o Ferraro: "Você assume o comando desse destacamento, toma o que se chama dispositivo de aproximação, que já vai mais ou menos aberto, sai de coluna de estrada para um dispositivo aberto, ultrapassa a companhia e monta um ataque, mesmo mal-montado. O que preciso não perder tempo. Nessa hora os minutos têm um valor excepcional. É preciso não dar tempo para que eles firmem no terreno, necessário que eles não se consolidem, porque depois nós vamos ter muita dificuldade em ultrapassá-los. Então, essa hora crucial."

A.C. - Mas eles já estavam desfalcados.

A.M. - Estavam, mas eu não sabia qual era o efetivo exato deles. Eles tinham perdido o RI, mas no Rio ainda havia dois regimentos, o segundo e o terceiro, e outras tropas de artilharia. Eu sabia que eles tinham infantaria e artilharia. Mas que tropas estavam na minha frente?

A.C. - E o senhor já tinha tudo que podia?

A.M. - Já, mas o quê que eu tinha? Cinco batalhões de infantaria, mais o da polícia, totalizando seis; tinha um grupo de artilharia e duas baterias que haviam sobrado. E era com essa tropa que eu tinha que tentar ir ao Rio, de qualquer maneira. E tinha que andar com velocidade, para não dar tempo do inimigo se firmar no terreno, porque aí seria muito mais difícil.

A.C. - Mas as tropas do Raimundo Nonato, que tinham-se rendido ao senhor, se incorporaram?

A.M. - Eu já contava com elas a meu lado.

A.C. - Uma vez que tirou o comandante...

A.M. - Ah! Veio toda a oficialidade. Respeitei aqueles que não quiseram vir. Eu fiquei com quem queria ficar comigo e estava disposto a lutar.

A.C. - E os que não quiseram ficar tomaram rumo.

A.M. - Mandei que se apresentassem na retaguarda.

L.H. - O senhor disse que o Djalma Dias Ribeiro tinha feito uma certa previsão dos efetivos que tinha encontrado na estrada...

A.M. - Ele me deu uma avaliação que me permitiu sentir que eu estava pau-a-pau ou tinha um pouco mais do que o Cunha Melo.

L.H. - Ele disse que o Cunha Melo tinha uma artilharia de 105. O senhor também tinha?

A.M. - A artilharia estava mais ou menos... Mas na infantaria eu tinha, talvez, mais batalhões do que ele. O Djalma tinha imaginado uns quatro batalhões e eu já estava com cinco, e com mais uma batalhão de polícia. Então, eu tinha principalmente o que se chama de iniciativa. Isso tudo pesa. Ao mesmo tempo, a minha soldadesca, os meus oficiais estavam todos dispostos a romper. Quantos, do lado de lá, estariam dispostos a não enfrentar?

A.C. - O senhor trabalhava numa ofensiva muito pouco definida. O senhor tinha tudo o que podia ter de Minas. Não tinha mais nada a acrescentar. O senhor estava com as suas forças bem definidas. Mas o inimigo não, o senhor não sabia.

A.M. - Eu não sabia direito. Pela avaliação, eu devia estar um pouco mais forte.

A.C. - Mas o senhor poderia ter surpresas? De repente, poderia haver uma tropa inimiga que fosse contra.

A.M. - Mas nisso vai sempre a minha premissa: num movimento interno, as 48 primeiras horas são decisivas para colocar os indivíduos nos seus lugares. Depois que houver os primeiros choques, as posições estarão definidas. Enquanto não houver choque, tudo possível. Então, tratava-se de obter o máximo de adesões nessa fase de não haver choques ou no início do choque.

A.C. - O senhor, na verdade, estava na linha de frente e corria os maiores riscos possíveis.

A.M. - Não... eu estava disposto a ir.

A.C. - O senhor estava, no fundo, numa situação que o obrigava a definições.

A.M. - Não tenha dúvida. E eu procurei definições. Justamente quando eu determinei ao Ferraro que prosseguisse, preparado para atacar de surpresa, eu queria pegar a tropa adversa numa posição não consolidada, haveria gente que não iria se empenhar na defesa do governo, porque já era contra. Eu estava contando um pouco com isso e com a resistência também. Eu não sabia o que iria acontecer. Mas eu tinha que tentar vencer a resistência de Areal e, se possível, chegar baixada.

A.C. - E o senhor tinha que ser rápido.

A.M. - Tinha que ser rápido, ganhar tempo.

Nesse momento eu estava com um problema. JÁ era uma ou duas horas da tarde e houve um retardo logístico. Eu avancei com a tropa, mas apoio logístico de alimentação estava atrasado. Então, mandei o

Valter Pires a Três Rios, para falar para Juiz de Fora. Quando ele voltou, me disse: "Antônio Carlos, o Mourão manda avisar a você que vai haver agora de tarde um encontro do general Moraes Âncora com o general Krueel, lá na Academia Militar. O Goulart já saiu do Rio. Eu disse ao Mourão qual era a situação da nossa tropa e ele manda dizer a você para botar tudo numa velocidade menor, para evitar qualquer derramamento de sangue desnecessário." Eu disse: "Bom, então você vai fazer uma coisa: vai ao encontro da tropa do Cunha Melo, entra em contato e diz ao Cunha Melo que eu estou me preparando para atacar, mas recebi esse aviso; então, que ele pare e se retire, porque eu não quero também provocar choque desnecessário."

O Valter foi e, lá na frente da nossa tropa, se encontrou, se não me engano, com o coronel Reis, que tinha servido no 2o. RI. E era o 2o. RI que estava tomando posição em frente a Areal. E ele disse: "Eu vou." Atravessou a linha e foi falar com o Cunha Melo. Foi ao QG e, mais ou menos uma hora depois, chegou a mim o major Granja, que era do estado-maior do Cunha Melo.

O Granja me disse: "O general Cunha Melo mandou que eu viesse falar com o senhor, dizendo que recebeu o seu recado. Ele não tem notícia nenhuma que isso tenha ocorrido, mas vai procurar saber. Mas disse que recebeu ordem para detê-lo e vai tomar posição para detê-lo." Eu disse: "E eu recebi a missão de ir ao Rio de Janeiro e vou partir para o Rio de Janeiro. Já estou tomando o meu dispositivo de ataque, você deve ter passado pela minha tropa e deve saber que eu estou me preparando para atacar." Ele perguntou: "O senhor vai prosseguir?" E eu disse: "Eu não vou parar, vou prosseguir. A única coisa que, antes de atacar, eu assumo um compromisso: comunico ao Cunha Melo que eu vou atacar, para ver se ele tem, até esse momento, alguma notícia. Mas eu vou continuar com os meus preparativos de ataque, não vou me atrasar, porque pode não ser verdade."

A.C. - Eu não entendi. O quê que ele esperava? Que notícia?

A.M. - Ele foi procurar ver se era verdade que o Jango já tinha saído do Rio, e que o Âncora tinha ido se encontrar com Krueel na Escola Militar para fazer rendição. Ele queria saber se era verdade; estava certo, absolutamente certo.

L.H. - O senhor podia estar blefando.

A.M. - Podia. Eu disse: "Então você volte e diga a ele que eu prossigo nos meus preparativos de ataque e que, tão logo eu esteja pronto, se não tiver nenhum aviso da parte dele, eu comunico que vou atacar, mas eu não paro."

A.C. - Foi um acordo de cavalheiros.

A.M. - Sim. Aliás, o Cunha Melo tinha sido meu aluno na Escola de Estado-Maior e sempre me dei muito bem com ele. Nunca mais o encontrei, mas sempre me dei muito bem com ele.

Mas o fato que as coisas prosseguiram. Umas duas horas depois veio um outro rapaz, que era o chefe do estado-maior do Cunha Melo. Era um rapaz de cavalaria. Não me lembro o nome dele. Eu gostava muito dele, e gosto ainda. Ele disse: "O general Cunha Melo manda comunicar ao senhor que realmente está se realizando o encontro na Escola Militar entre o general Krueel e o general Âncora e que o presidente já se retirou do Rio. E ele vai se retrair. Ele acha que não tem mais missão, vai se retrair. Ele pede ao senhor, entretanto, que pare onde está. Não houve choque, de maneira que para não haver..." Eu disse: "Não, eu não paro onde estou. Eu recebi a missão de descer e continuo. A única coisa com que me comprometo que partirei daqui a duas horas. Em duas horas, a tropa do Cunha Melo

tem tempo de se retrair e então não haver o choque. Mas eu vou continuar." E ele: "Mas general, pelo menos que não entre na cidade de Petrópolis, porque, afinal de contas, não houve choque com o 1o. BC e fica..." Eu disse: "Não senhor! Pois eu vou passar por uma estrada de contorno e vou deixá-la sem o meu controle?! Não, eu não posso avançar militarmente sem ter posse das estradas vicinais. Então tenha paciência, eu vou passar por Petrópolis mesmo. Eu tenho que decompor a minha coluna, mandar uma tropa pela estrada do contorno e outra pela União Indústria, por dentro de Petrópolis. Não posso deixar de fazer isso. Agora, vou pelo menos até o belvedere e, se possível, vou até a Fábrica de Motores, até a refinaria." E ele: "Mas o senhor não precisa da refinaria." Eu: "Preciso. Eu preciso de gasolina e, se possível, eu quero deixar vocês sem gasolina. Eu tenho que ocupar a refinaria e a minha tropa vai ocupá-la, não tenha dúvida nenhuma." Ele: "Mas general..." Eu falei: Olha, você vá lá e diga ao Cunha Melo que eu espero duas horas para seguir e daí em diante eu vou embora."

Ele voltou. Eu mandei reunir então toda a oficialidade num pontilhão que tem ao norte de Areal, onde sai a estrada que vai dar em Além Paraíba. Nessa ponte eu reuni uns sessenta ou oitenta oficiais. Informei-os de que a revolução estava vitoriosa, que o Goulart tinha-se retirado do Rio de Janeiro, que tinha havido um acordo na Escola Militar e que o governo tinha cessado toda e qualquer resistência. Exaltei os brios da oficialidade, disse todas aquelas coisas de levantar o moral da tropa. E disse que íamos prosseguir, para poder chegarmos ao Rio de Janeiro, que era a missão que íamos cumprir. Foi uma ovação, uma satisfação, e eu marquei a hora da partida. Cada um voltava às suas unidades e às tantas horas se preparava para entrar em ordem de marcha.

A.C. - até esse momento o senhor estava completamente cortado do estado-maior da revolução aqui no Rio. Não tinha nenhum contato a não ser indireto, através...

A.M. - Eu estava em operação militar. Não tinha nada com o que estava se passando.

A.C. - Eles sabiam, por outros canais, que o senhor estava avançando.

A.M. - Eles sabiam através de outros canais, assim como eu estava tomando conhecimento através de outros canais, inclusive do próprio Cunha Melo, que mandou confirmar os fatos. Então, reuni toda a tropa e mandei comunicar ao Mourão que já tinha recebido a comunicação do Cunha Melo, que o Cunha Melo iria retrair e que prosseguiria num primeiro lance, para a refinaria e, num outro lance, até o Rio de Janeiro.

Eu comecei a preparar a minha tropa e esperei. Acho que não esperei as duas horas que eu tinha combinado, mas foi uma hora e tanto. E dali parti. Quando chegamos na altura de Pedro do Rio, encontrei o 2o. RI, parado. O comandante - um rapaz de quem eu gostava muito - veio a mim e disse: "Muricy, eu quero dizer a você uma coisa. Eu estava do lado do governo, você sabe a minha posição junto ao Jair. Eu devo muito da minha carreira militar ao Jair e não ficaria nunca contra o ministro. Mas na hora em que o presidente se afasta, a minha tropa está inteiramente sua disposição..."

[FINAL DA FITA 40-A]